

2022

▶▶▶ RELATÓRIO DE GESTÃO



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

2022

RELATÓRIO DE GESTÃO



ACESSE O SITE

www.tre-sp.jus.br

ACESSE AS REDES SOCIAIS OFICIAIS

 **@tresp.oficial**

 **@trespjus**

 **@TRESPjusbr**

 **@tre-sp**

 **@trespjus**

 **@trespjusbr**



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	4
QUEM SOMOS?	4
COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO?	5
COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE	6
MEMBROS DA CORTE	7
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS	8
ORGANOGRAMA	9
MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL	11
O TRIBUNAL EM NÚMEROS	12
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	13
Mapa Estratégico 2021-2026	14
Mapa de contribuição da Agenda 2030	15
Sistema Integrado de Planejamento (SIP)	16
GOVERNANÇA	18
NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS	19
CADEIA DE VALOR	20
CONTINUIDADE DE NEGÓCIO	21
GESTÃO DE RISCOS	23
LINHAS DE DEFESA	24
TEMAS RELEVANTES	25
Projeto Inclusão Político-Eleitoral	26
Projeto Parceria Cidadã	30
Implantação da Sala-Cofre	31
Pagamento de Mesárias e Mesários via Pix	32
Programa de Combate à Desinformação	33
ELEIÇÕES 2022	34
Números das Eleições 2022	35
Identificação Biométrica e a Segurança do Processo Eleitoral	36
GAM – Sistema de Gerenciamento de Apoios Logísticos e Mesários	37
REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA	38
RESULTADOS DA GESTÃO	39
ESTRATÉGIA 2021-2026	39
Macrodesafio 1	39
Macrodesafio 2	40
Ações para o atingimento dos macrodesafios 1 e 2	42
Macrodesafio 3	44
Macrodesafio 4	46
Ações para o atingimento dos macrodesafios 3 e 4	49
Macrodesafio 5	50
Macrodesafio 6	52
Ações para o atingimento do macrodesafio 6	56
Macrodesafio 7	57
Macrodesafio 8	58
Ações para o atingimento dos macrodesafios 7 e 8	60
Macrodesafio 9	61
Ações para o atingimento do macrodesafio 9	63
ALOCÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	64
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	64
Orçamento Ordinário	64

Descentralização de Créditos ao TRE-SP	67
Contingenciamento	69
EC nº 95/2016 - Teto de Gastos Públicos da União	69
Orçamento Impositivo	69
Assunção de Gastos dos Cartórios do Interior	70
GESTÃO DE PESSOAS	71
Avaliação da Força de Trabalho	71
Recrutamento, Alocação de Pessoas e Servidores com Condições de Aposentadoria	73
Avaliação de Desempenho e Movimentação na Carreira	73
Detalhamento da Despesa de Pessoal, Evolução dos Últimos Anos e Justificativas para Aumento/Diminuição	76
A Estratégia de Capacitação	76
Iniciativas	78
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	79
Conformidade Legal	79
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	83
Conformidade Legal	83
Investimentos de Capital	84
Desfazimento de Ativos	85
Locação de Imóveis e Equipamentos	85
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	86
Alocação de Recursos – Soluções de TIC	86
Objetivos Estratégicos	87
Conformidade Legal - Gestão da Tecnologia da Informação	87
Modelo de Governança de TIC do TRE-SP	87
Montante de Recursos Aplicados em TIC	89
Contratações mais Relevantes de Recursos de TIC	90
Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor	91
Segurança da Informação	93
GESTÃO DE CUSTOS	95
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	98
Destaques 2022	98
Critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações	99
Ações para redução do consumo de recursos naturais	100
Principais ações, campanhas, atividades e projetos desenvolvidos em 2022	101
GESTÃO DA ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE	103
Destaques 2022	103
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU, CONTEMPLANDO AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS E PENDENTES DE CUMPRIMENTO	109
Secretaria de Gestão de Pessoas	109
Secretaria de Gestão de Materiais	111
INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO E AS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES FEITAS PELA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO, RELATANDO OS FATOS APURADOS OU EM APURAÇÃO PELAS COMISSÕES DE INQUÉRITO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES COM O INTUITO DE APURAR DANO AO ERÁRIO, FRAUDES OU CORRUPÇÃO	112
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	113
APRESENTAÇÃO	113
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	113



Em atendimento à Instrução Normativa nº 84, de 22/04/2020, e à Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, ambas do Tribunal de Contas da União (TCU), tenho a satisfação de apresentar o Relatório de Gestão 2022, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

O objetivo desta publicação é promover transparência e conhecimento à sociedade em geral sobre a atuação do TRE-SP durante o ano de 2022, de modo a cumprir a obrigação constitucional do administrador público de prestar contas em relação à utilização dos recursos públicos, bem como informar quais foram os desafios da organização e os resultados alcançados na respectiva gestão.

Nessa esteira, a preparação, realização e totalização das Eleições de 2022 foram marcadas por diversos obstáculos devido ao clima de hostilidade prevalente no cenário político, que perdurou durante todo o período eleitoral.

A questão da segurança de todos os envolvidos no processo eleitoral exigiu esforços permanentes deste Tribunal em acionar as autoridades competentes para garantir a execução dos trabalhos com a tranquilidade necessária e desejada.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, a Justiça Eleitoral, que completou 91 anos no corrente ano, cumpriu mais uma vez a sua missão de zelar pela integridade do pleito, entregando à sociedade eleições limpas e transparentes.

Mas, se os desafios foram enormes, o planejamento das eleições também trouxe muitas oportunidades para o desenvolvimento de projetos na busca do cumprimento do macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais”, previsto no Planejamento Estratégico 2021-2026 por meio da Resolução TRE-SP 546/2021.

Dentro dessa perspectiva, com o intuito de ampliar a participação popular, especialmente das populações mais vulneráveis, o Tribunal desenvolveu os projetos “Parceria Cidadã” e “Inclusão Eleitoral”.

O Parceria Cidadã é um convênio firmado com as prefeituras localizadas em cidades onde não há unidade física da Justiça Eleitoral. Nesses casos, a municipalidade disponibiliza um computador e orientações, quando necessário, para que os eleitores excluídos digitalmente possam utilizar os serviços remotos da Justiça Eleitoral. A medida evita o deslocamento das pessoas a regiões distantes para a solicitação de atendimento presencial. Dos 361 municípios elegíveis para o projeto, mais de 65% firmaram parceria com o TRE.

O projeto Inclusão Eleitoral, por sua vez, almeja promover a cidadania para povos indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos rurais do estado de São Paulo, no sentido de que o exercício do voto seja facilitado. Para cumprir esse objetivo, foi desenvolvido um intenso trabalho que busca compreender as dificuldades locais e as soluções para a instalação de seções eleitorais mais próximas dos eleitores dessas regiões.

Esses projetos e outras ações estão expostos detalhadamente ao longo do presente relatório integrado, organizado de forma colaborativa com a participação de todas as áreas da administração do Tribunal, para que seja um relevante instrumento de prestação de contas à sociedade por intermédio da fidedignidade das suas informações.

Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia
Presidente



QUEM SOMOS?

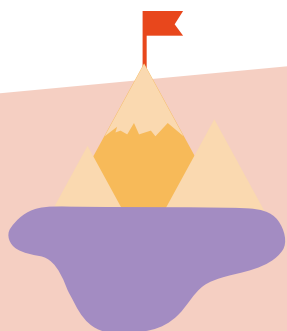
O TRE-SP é o órgão do Poder Judiciário Federal responsável pela organização das eleições no Estado de São Paulo.

TSE

O TRE-SP é vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), localizado em Brasília e órgão máximo da Justiça Eleitoral, fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira.

TRE-SP

O TRE-SP é o maior Tribunal Regional Eleitoral do país, seja em número de eleitores, de zonas eleitorais, de servidores ou de mesários. Com sede administrativa na região central da capital do Estado de São Paulo, o TRE-SP é responsável, entre outras atribuições, por planejar e coordenar o processo eleitoral em âmbito estadual e municipal.



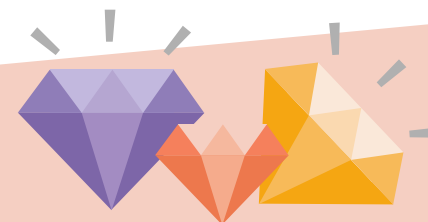
NOSSA MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral



NOSSA VISÃO

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial quanto à transparência, segurança e efetividade, bem como ser reconhecido como um tribunal inovador e sustentável



NOSSOS VALORES

- Acessibilidade
- Credibilidade
- Comprometimento
- Eficiência
- Ética
- Imparcialidade
- Inovação

COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO?

Para garantir a legitimidade do processo eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo acumula funções administrativas, decorrentes da administração do pleito e de suas atividades internas, e jurisdicionais, vinculadas ao processo eleitoral, com o julgamento de matérias afetas a ele.

O gráfico apresentado nesta página fornece um panorama de como o Tribunal se organiza utilizando ferramentas de gestão e governança para fornecer valor à sociedade.

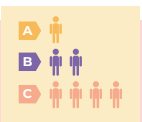


CADEIA DE VALOR



Nesta seção são apresentados os principais processos realizados pela organização que geram valor para a sociedade.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A estrutura hierárquica administrativa do TRE-SP é definida pelo Regulamento Interno da Secretaria. Conheça o organograma do Tribunal nesta seção.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



Apresentação das principais medidas para fortalecimento dos controles internos e contribuições para que o TRE-SP atinja seus objetivos estratégicos.

ESTRATÉGIA



Para o cumprimento de sua missão, o TRE-SP sistematizou, por meio de seu Plano Estratégico, uma série de atividades e iniciativas para impulsionar o alcance de seus objetivos. Veja nesta seção quais são elas.

GOVERNANÇA



O modelo de governança do TRE-SP sistematiza as diversas relações e interações entre a Justiça Eleitoral e clientes externos e internos para direcionar e gerir a organização estrategicamente, cumprindo, assim, a missão, visão e valores institucionais.

O TRIBUNAL EM NÚMEROS



Nesta seção, apresentamos os principais números do TRE-SP.

MODELO DE NEGÓCIOS



O modelo de negócios representa os principais recursos utilizados pelo TRE-SP, bem como os produtos e serviços oferecidos e seus resultados.

MEMBROS E INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS



Esta seção apresenta os membros da Corte e os principais gestores administrativos.

AMBIENTE EXTERNO



Principais fatores e variáveis externos à Justiça Eleitoral que podem afetar, de maneira positiva ou negativa, o cumprimento de sua missão.

COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE

PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

<http://www.tre-sp.jus.br>



Acesso a:

Sistema de agendamento
Certidões
Dados sobre eleições
Serviços Judiciais



Consulta a:

Título e locais de
votação
Andamento processual
Portal da Transparência
Perguntas frequentes

ATENDIMENTO

Realizado pelos 393 cartórios eleitorais
do Estado de SP

2.324.185

Total de atendimentos em 2022



CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

Informa a sociedade sobre os serviços
prestados pela Justiça Eleitoral Paulista
e a forma de obtê-los.

258.011

Visualizações
de 01/01/2022 a 31/12/2022

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (NIC)

Atende pedidos de informação em
conformidade com a Lei 12.527/2011

1.072

Total de atendimentos em 2022

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR

Colocada à disposição do público para
prestar esclarecimentos sobre o serviço
eleitoral.

DISQUE 148

(serviço tarifado)

103.863

atendimentos
de 1/1/2022 a 31/12/2022

REDES SOCIAIS



/trespjusbr

23.910

seguidores

122.738

visualizações



@trespjusbr

15.481

seguidores



/trespjusbr

17.002

inscritos

2.310.097

visualizações



/tresp.oficial

109.852

seguidores

2.695

Total de atendimentos em 2022

OUVIDORIA

Atende demandas relativas a reclamações,
denúncias, sugestões e elogios e atua
na defesa dos direitos dos usuários dos
serviços públicos, em conformidade com a
Lei 13.460/2017

2.232

Total de atendimentos
em 2022



4

Ouvidoria
da Mulher

MEMBROS DA CORTE

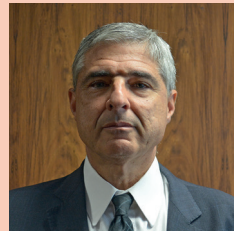
DESEMBARGADORES



Presidente
Paulo Sérgio Brant
de Carvalho Galizia



**Vice-Presidente e
Corregedor**
Silmar Fernandes



Maurício Fiorito



**Maria Cláudia
Bedotti**



Marcio Kayatt



**Sérgio do
Nascimento**



Denise Indig Pinheiro
Juíza Assessora da Presidência



Fernanda Mendes Simões Colombini
Juíza Assessora da Corregedoria

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS



Claucio Corrêa
Diretor-Geral



Alessandro Dintof
Secretário de
Administração de
Material



André Pavim
Secretário da
Corregedoria



Carlos Fujimoto
Secretário de
Orçamento e Finanças



Daniel Forlivesi
Secretário de Tecnologia
da Informação



Denise Lira
Secretária da
Presidência



Eliana Passarelli
Secretária de
Comunicação Social



Frederyk Arantes
Secretário de
Auditoria Interna



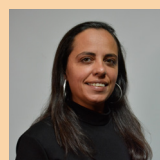
José Luiz Simião
Secretário de Gestão
de Serviços



Livia Guiselini
Secretária de Gestão
da Informação e
Documental



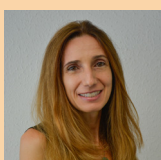
Patrícia Scheifer
Secretária Judiciária



Paula Helena Batista
Secretária de
Gestão de Pessoas

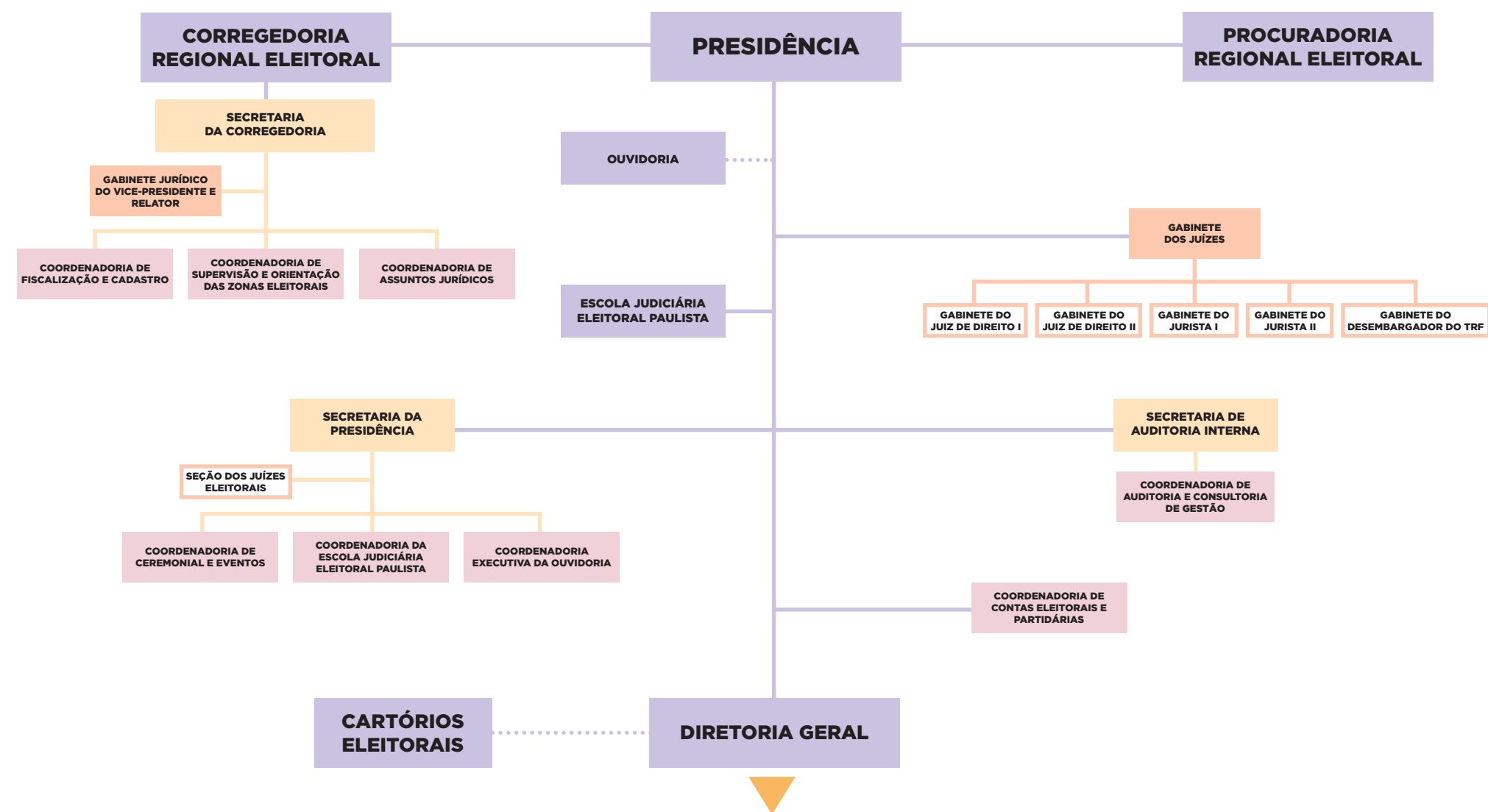


Regina Rufino
Secretária de
Planejamento
Estratégico e Eleições

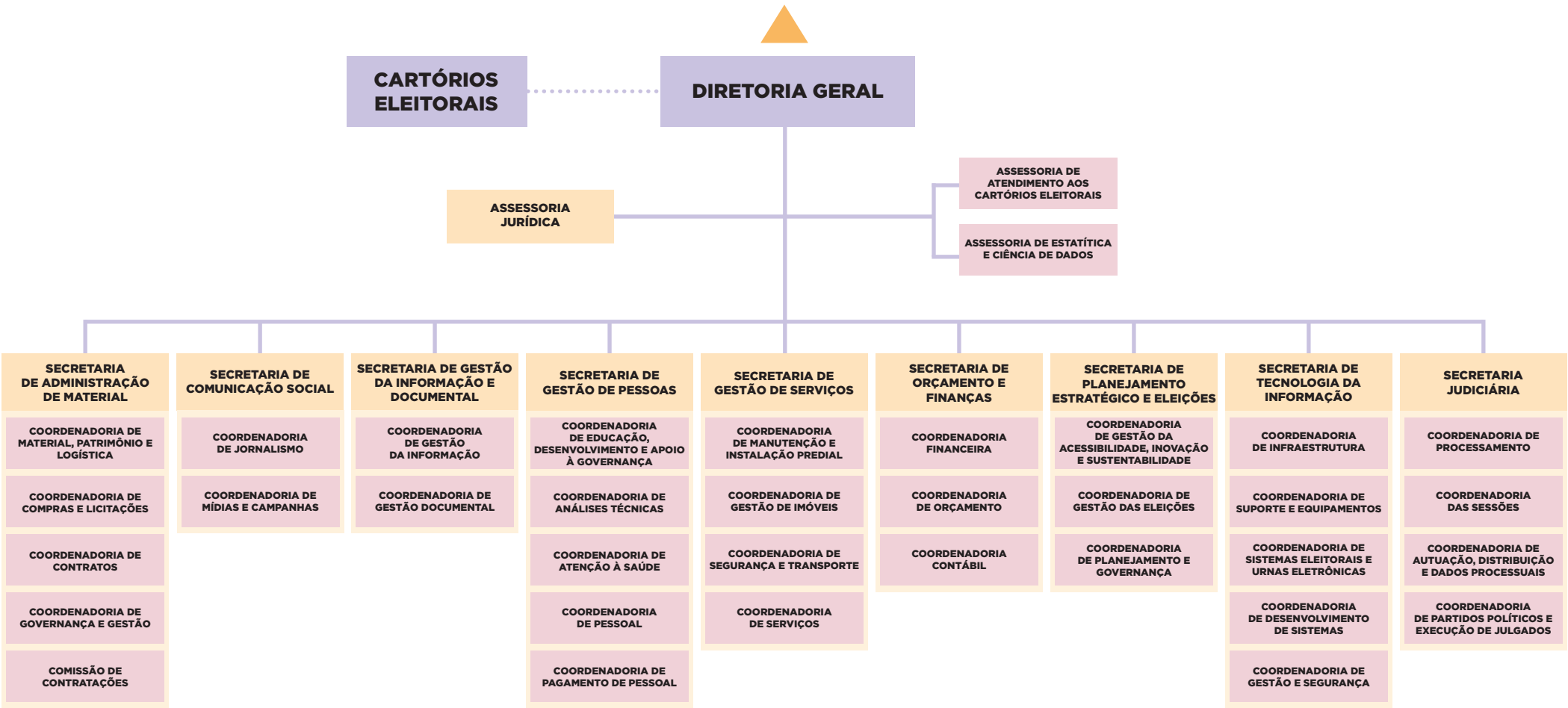


Silvia de Marchi
Assessora-Chefe
Jurídica

ORGANOGRAMA



ORGANOGRAMA



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

As eleições de 2022 foram desafiadoras para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Além de todos os esforços empregados na área logística em decorrência da magnitude do Estado, o TRE-SP preparou, realizou e totalizou as eleições em um cenário político de conflagração, o que exigiu cautela permanente em relação à segurança de todos os envolvidos no processo eleitoral.

São Paulo possui o maior colégio eleitoral do país com cerca de 33 milhões de eleitores, distribuídos nos 645 municípios do estado. No primeiro e segundo turnos, realizados em outubro passado, funcionaram mais de 100 mil seções eleitorais, abrigadas em quase 11 mil locais de votação. Contamos com 393 zonas eleitorais – 58 na capital –, responsáveis pela logística das eleições nos seus respectivos municípios.

Ante a essa magnitude, a administração do TRE tem concentrado esforços no seu planejamento estratégico, a fim de mitigar eventos futuros, externos ou internos, com a capacidade de impactar a realização de suas atividades e prejudicar o cumprimento da sua missão.

Nesse sentido, em 2018, o TRE deu início à gestão de riscos, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e guiado pela Política de Gestão de Riscos instituída pela Resolução TRE-SP 452/2018. Em 2022, foi realizada a revisão dessa Política, por meio da Resolução nº 579/2022, com o objetivo de simplificar as ações e torná-las mais eficientes.

Alinhado a esse trabalho, também foi finalizado em 2022 o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), que possui 2 subplanos: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e o Plano de Recuperação de Desastres (PRD). O objetivo dessa iniciativa é desenvolver estratégias detalhadas para que o Tribunal esteja preparado para evitar a interrupção de suas atividades em situações de risco. Todo o processo de elaboração do PCN foi realizado de forma colaborativa com representantes das unidades da Secretaria do TRE, bem como dos cartórios eleitorais.

Por outro lado, dando continuidade ao projeto de reorganização dos cartórios eleitorais iniciado em 2021, destaco a assunção de gastos pelo Tribunal. Foram contratados os serviços de limpeza para 74 zonas eleitorais. Além disso, foram licitados os serviços de instalação de sistema integrado de segurança patrimonial a monitoramento eletrônico para 49 cartórios da região metropolitana.

Por fim, essas e outras atividades estão detalhadas neste relatório integrado, elaborado em atendimento às normas constitucionais e do Tribunal de Contas da União (TCU), e que oferece uma visão abrangente da atuação do TRE-SP durante o ano de 2022.

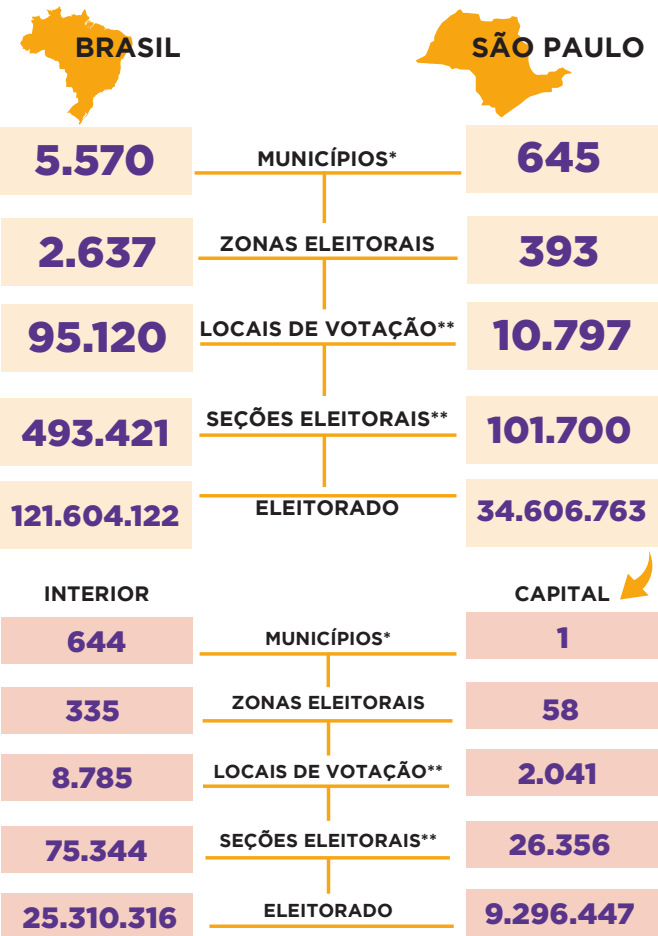
Boa leitura!

Claucio Cristiano Abreu Corrêa
Diretor-Geral



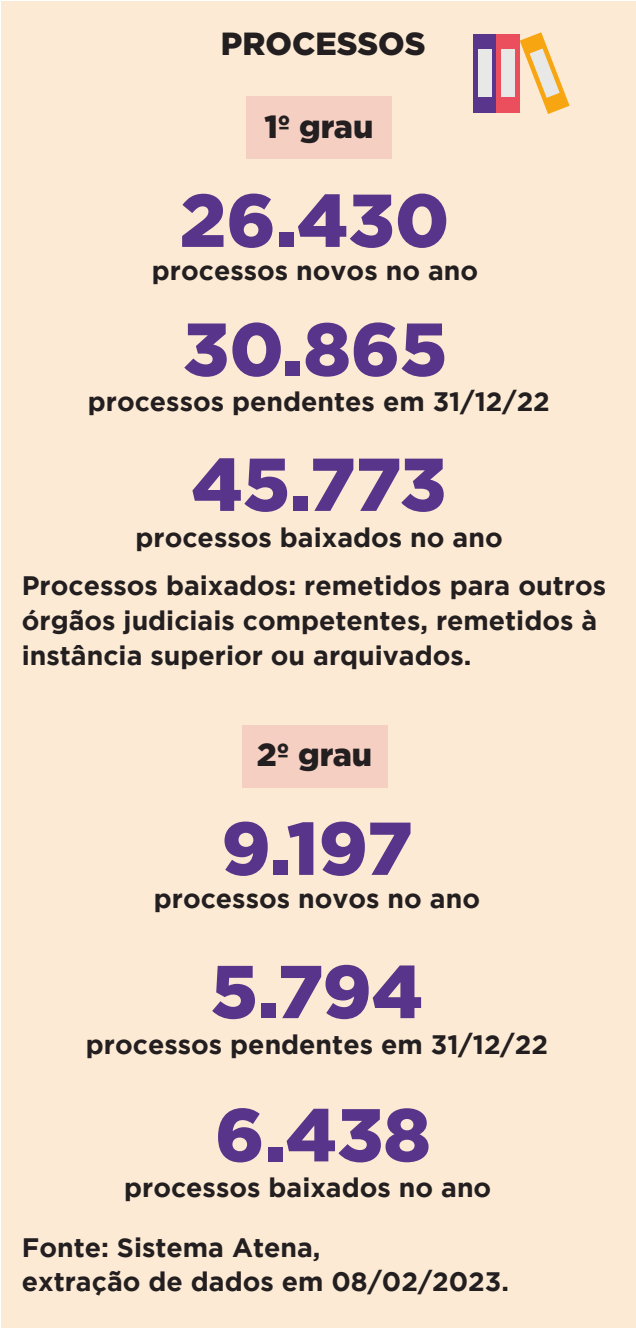
O TRIBUNAL EM NÚMEROS

A Justiça Eleitoral paulista desempenha funções essenciais para garantir os direitos da cidadania e o exercício da democracia, sendo responsável pela gestão do processo eleitoral nos 645 municípios do Estado de São Paulo e pela administração do maior colégio eleitoral do país, com cerca de 33 milhões de eleitores cadastrados, o que representa 22% do eleitorado brasileiro.



*5.570 = 5.568 municípios + Distrito Federal + Distrito Estadual de Fernando de Noronha. O total do Brasil inclui eleitores registrados no exterior
**Período de referência: 31/12/2022. Fonte: TSE

Para concretizar essa missão, conta com uma infraestrutura administrativa que abrange, além dos prédios-sede, mais 393 unidades de atendimento ao público, denominadas zonas eleitorais, sendo 58 localizadas na capital e 335 distribuídas pelo interior do Estado, além de outros pontos de atendimento itinerantes, e um corpo funcional de quase 5 mil pessoas, entre servidores, terceirizados e estagiários.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é um instrumento de gestão que permite a uma organização sistematizar o direcionamento de seus esforços e recursos rumo ao atingimento de um grande objetivo de longo prazo, denominado visão de futuro ou somente visão, sem se afastar da realização de sua missão institucional e nem de seus valores. O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo instituiu sua Estratégia para o período 2021-2026 por meio da Resolução TRE-SP nº 546/2021 e, por este instrumento, definiu

que sua visão é: consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial quanto à transparência, segurança e efetividade, bem como ser reconhecido como um tribunal inovador e sustentável. Por sua vez, a missão institucional é: Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral. E os valores que devem reger as ações de todas e todos os envolvidos nos trabalhos da instituição são: Acessibilidade, Credibilidade, Comprometimento, Eficiência, Ética, Imparcialidade e Inovação.

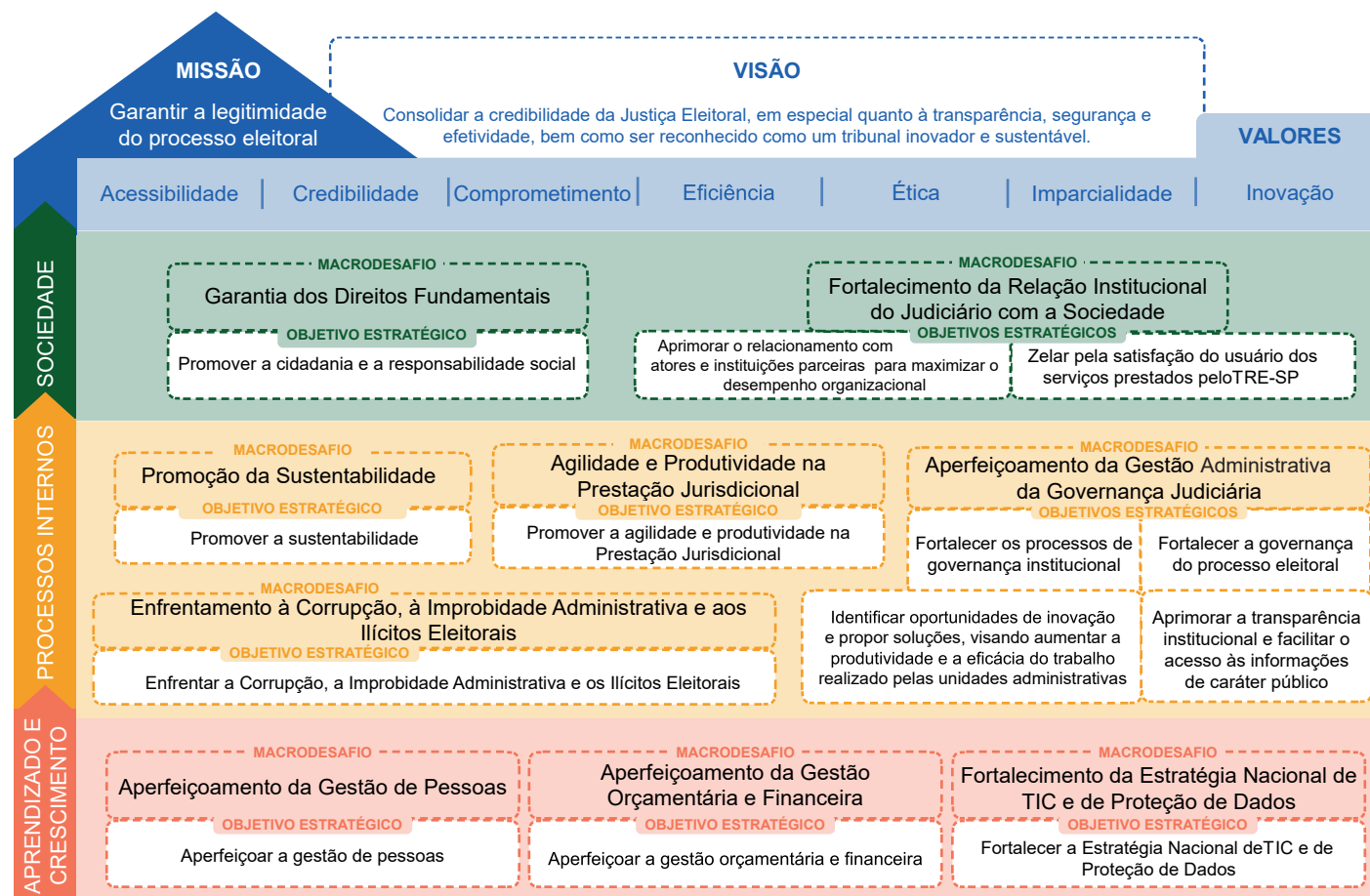


MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026

A partir dos direcionadores estratégicos estabelecidos, é possível notar a profunda preocupação deste Tribunal com a construção da democracia por meio do voto e da importância que se dá à procura por soluções inovadoras para os complexos desafios que se apresentam, ao mesmo tempo em que se busca colaborar com a construção de uma sociedade cada vez mais sustentável e plena de acessibilidade.

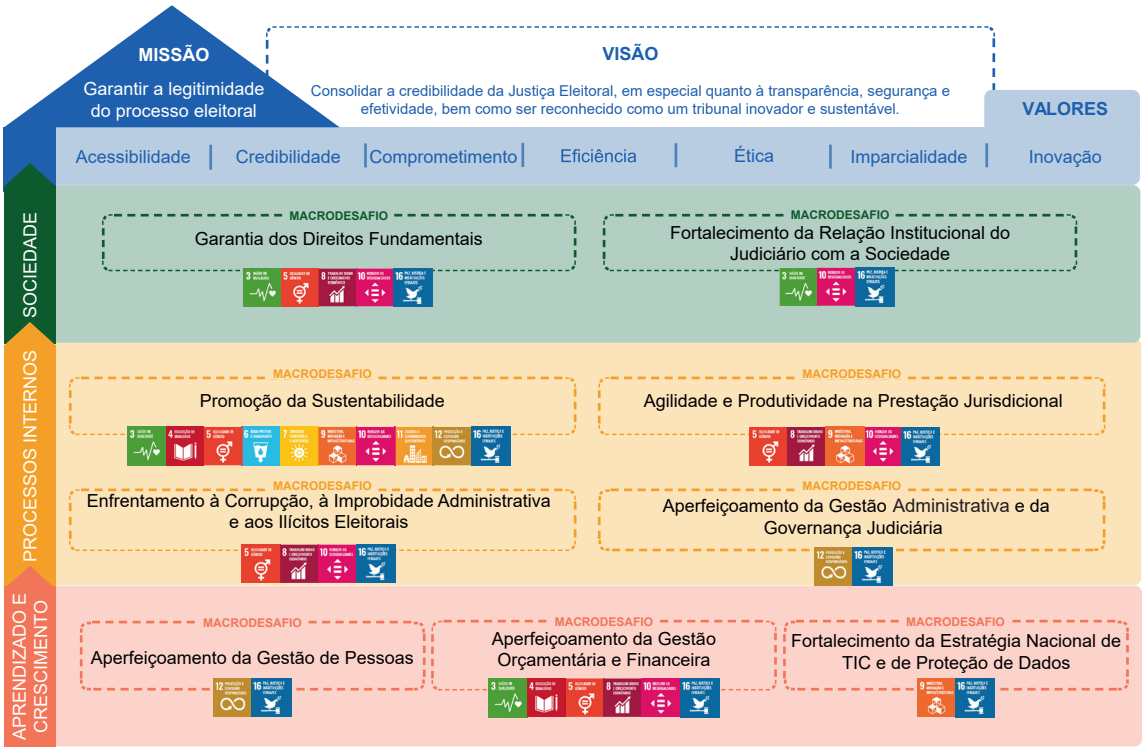
Para viabilizar o atingimento da visão de futuro, por sua vez, são definidos os grandes objetivos de longo prazo, também chamados de macrodesafios, divididos de forma a permitir maior precisão na alocação dos recursos e mais efetividade na mensuração do seu atingimento. É importante apontar que alguns macrodesafios ainda são amplos o suficiente para que sejam desdobrados em um ou mais objetivos. A esses desdobramentos dos macrodesafios denominamos objetivos estratégicos.

Por fim, esses macrodesafios estão divididos em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento. Todo o planejamento de longo prazo pode ser resumido em um mapa estratégico, que apresentamos abaixo. Por meio dele, os colaboradores e colaboradoras, bem como toda a sociedade, podem compreender melhor as expectativas e objetivos do TRE-SP para o período 2021-2026.



MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA AGENDA 2030

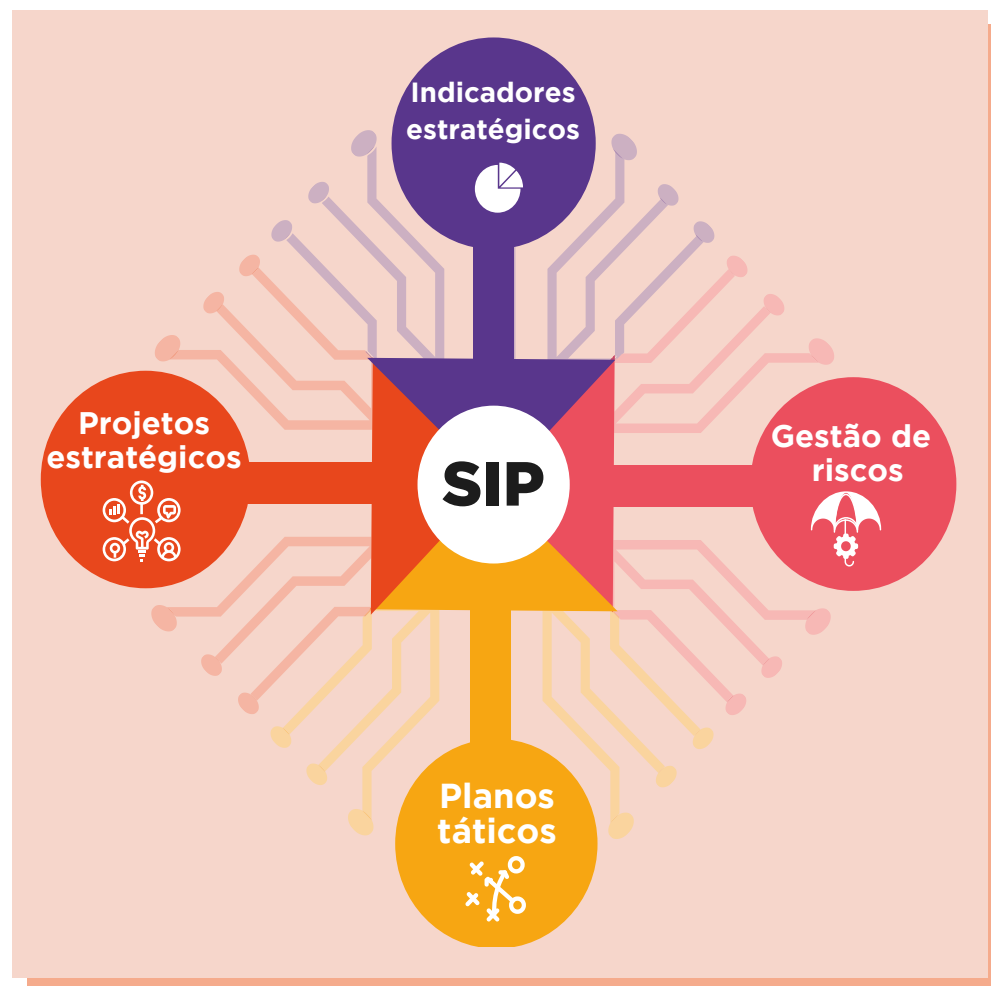
Sendo acessibilidade e sustentabilidade dois de nossos principais pontos de atenção, o Plano Estratégico não poderia deixar de refletir nossa contribuição a esses temas. Assim, foi elaborada uma versão alternativa do mapa estratégico, ilustrando a adesão do TRE-SP à agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU:



SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO (SIP)

Importante ressaltar que, para além do plano estratégico, a Administração conta com as diretrizes do Sistema Integrado de Planejamento - SIP (definido pela Portaria TRE-SP nº 143/2021), que possibilita às diversas unidades do Regional implantar planejamentos específicos (chamados táticos) alinhados à estratégia da organização. Dessa maneira, é formada uma grande rede de instrumentos de planejamento que envolve o plano estratégico, a cadeia de valor (que será detalhada mais adiante) e os planos táticos da organização.

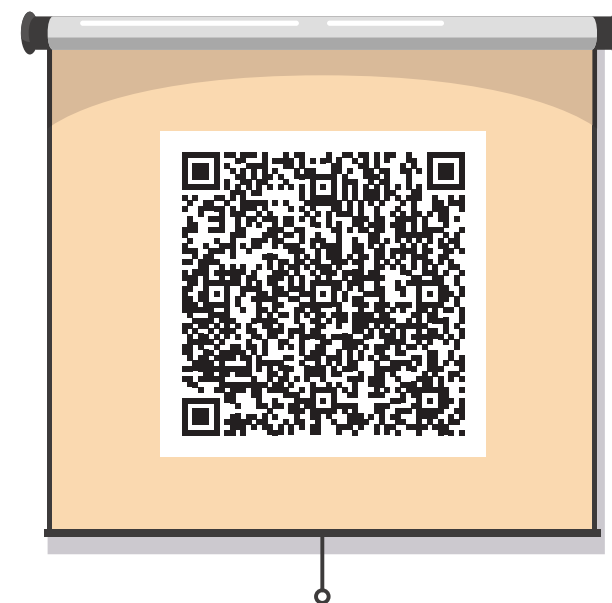
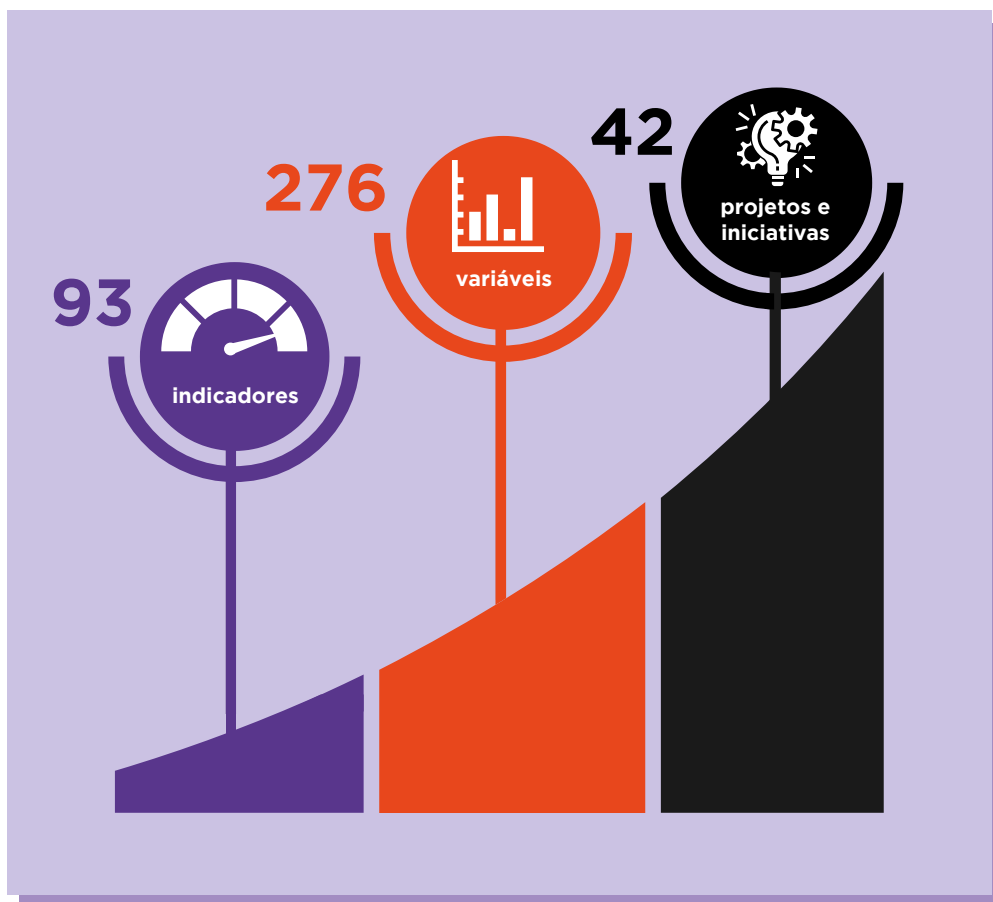
O SIP ainda permite que todas as informações nele contidas, referentes aos diversos instrumentos de planejamento do TRE-SP, sejam estruturadas em bancos de dados. Dessa forma, torna-se viável elaborar painéis interativos e gerar, por meio de técnicas de ciência de dados, insights que permitam a tomada de decisão de forma otimizada.



Fica claro que os macrodesafios permeiam todos os instrumentos de planejamento. Nesse contexto, e tendo como objetivo o atingimento desses macrodesafios, estão sendo implementados, ao longo do ciclo atual da estratégia, 42 projetos e iniciativas pelas diversas áreas da organização. Para monitorar o seu atingimento, há a mensuração de 93 indicadores de desempenho de níveis estratégico e tático, o que ocorre de forma integrada e interligada.

Durante o ano de 2022, a estratégia do TRE-SP foi revista por meio das Resoluções TRE-SP nº 582/2022 e nº 605/2022, de modo a adequá-la à nova estrutura da Secretaria do Tribunal e promover ajustes que permitiram que os indicadores de desempenho retratassem de forma mais fiel o atingimento dos resultados. Além dessa revisão, foi dado início à gestão do portfólio de projetos e iniciativas, o que permite à Administração acompanhar, de forma efetiva e tempestiva, o andamento das atividades que visam ao impulsionamento da sua estratégia. O monitoramento dos resultados é aberto a todo o público interessado e pode ser verificado por meio do link ou do QR-Code abaixo:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNzJiNTkYWYtNjE2NS00Z-TUyLWI0Y2EtYWUwYmE1NmEwMDRmliwidCI6IjU3YzdhYTlwLTYYNDMt-NGM0NC1hMjE4LWZjYjM3YmVmN2VhYiJ9&pageName=ReportSection>



GOVERNANÇA

A governança é o conjunto de regras e instâncias internas ou externas a uma organização que dão previsibilidade e transparência ao processo decisório. Por meio dessa estrutura, todas as partes interessadas podem saber de antemão quais trâmites são adotados na condução estratégica do TRE-SP, fornecendo maior agilidade e transparência à gestão.

As unidades que compõem a Gestão Estratégica e a Gestão Tática são as responsáveis pelas tomadas de decisão do Tribunal.

Nossa estrutura de governança foi definida pela Resolução TRE-SP nº 421/2017.

O Sistema de Governança implementado permite a legitimação das decisões das instâncias internas de governança por todas as partes interessadas na gestão da instituição, o gerenciamento dos riscos estratégicos e dos conflitos internos, além de propiciar a promoção do accountability, da eficiência e da transparência no Regional.



NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS

Entre as várias ferramentas que demonstram a maneira pela qual uma determinada organização entrega valor a seu público, trazemos o modelo CANVAS¹, que demonstra, por meio de alguns itens gráficos, quais são os principais valores entregues e quais os meios utilizados para tanto, sem esquecer de listar todos os envolvidos no trabalho do TRE.

Abaixo, nosso modelo de negócios, em que evidenciamos a centralidade da sociedade em nossa proposta de entrega de valor.



PROPOSTA DE VALOR

Garantir o exercício da cidadania
Garantir a lisura e a transparência do processo de votação e apuração da votação
Garantir o direito de votar e ser votado



ATIVIDADES-CHAVE

Prestação Jurisdicional
Relacionamento com a sociedade
Preparação, Realização e Apuração das Eleições
Administração do Cadastro Eleitoral
Administração do Cadastro Partidário



PARCERIAS-CHAVE

Estado
Prefeituras
Polícia Militar
Ministério Público
Tribunal de Justiça
Tribunal Superior Eleitoral
Imprensa
Polícia Federal



RECURSOS-CHAVE

Colaboradores
(mesários, apoios logísticos, membros das juntas apuradoras, servidores requisitados, estagiários)
Magistrados
Servidores
Recursos orçamentários
Recursos de TIC
Infraestrutura



CANAIS

Portal (site)
Redes sociais
Central telefônica
Serviços digitais
Ouvidoria
Núcleo de Informação ao Cidadão
Atendimento presencial
Aplicativos de mensagens instantâneas



SEGMENTOS DE MERCADO

Sociedade
Eleitores
Partidos
Candidatos
Advogados
Jornalistas



ESTRUTURA DE CUSTOS

Recursos Humanos
Infraestrutura de TIC
Infraestrutura Predial



ESTRUTURA DE RECEITAS

Orçamento público



RELAÇÕES COM OS CLIENTES

Transparência
Agilidade na Prestação de Informações
Interatividade
Atendimento presencial descentralizado
Atendimento Virtual
Proteção de Dados

[1] Business Model Canvas (BMC), ferramenta de gestão criada por Alexander Osterwalder.

CADEIA DE VALOR

Cadeia de valor é uma metodologia que demonstra a forma pela qual a Administração aponta os macroprocessos de trabalho que geram valor aos seus clientes ou à sociedade, no caso das organizações públicas. Um processo de trabalho é, em resumo, um conjunto de atividades inter-relacionadas por meio do qual os insumos (ou matéria-prima) são transformados em produtos. Por sua vez, um macroprocesso é um processo de grande porte, que envolve várias áreas de uma organização.

A cadeia de valor divide os macroprocessos em três grupos:



A cadeia de valor do TRE-SP é definida segundo o diagrama:



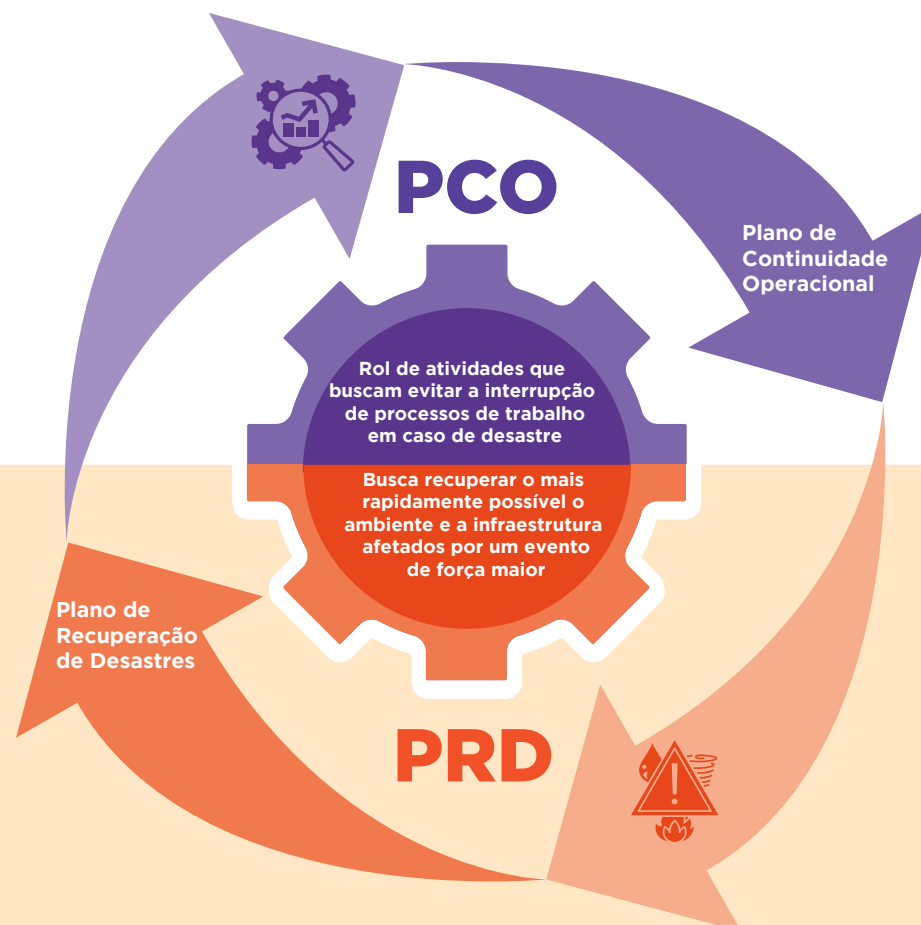
O desdobramento da cadeia de valor, isto é, o documento que lista todos os processos de trabalho que compõem os macroprocessos apontados, é chamado de arquitetura de processos. No exercício de 2022, a cadeia de valor e a arquitetura de processos do Tribunal foram alteradas por meio da Portaria TRE-SP nº 72/2022, e passaram a abranger os processos de trabalho referentes à gestão administrativa dos cartórios eleitorais, além de dar mais destaque aos processos de trabalho relativos à segurança da informação e à proteção de dados pessoais. A constante atualização da cadeia de valor e da arquitetura de processos permite à sociedade conhecer melhor os meios pelos quais as organizações por ela mantidas geram valor, e também propicia à Administração uma melhor gestão dos seus processos e dos temas a eles relacionados, como a gestão de riscos e a política de continuidade de negócio.

CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Toda organização está sujeita a eventos que tenham o potencial de interromper o andamento de seus trabalhos, por mais significativos que sejam os seus esforços na gestão de riscos. Com o TRE-SP não é diferente. Porém, com o aperfeiçoamento da gestão, é possível direcionar esforços para que determinados serviços não sejam interrompidos, mesmo em caso de desastre.

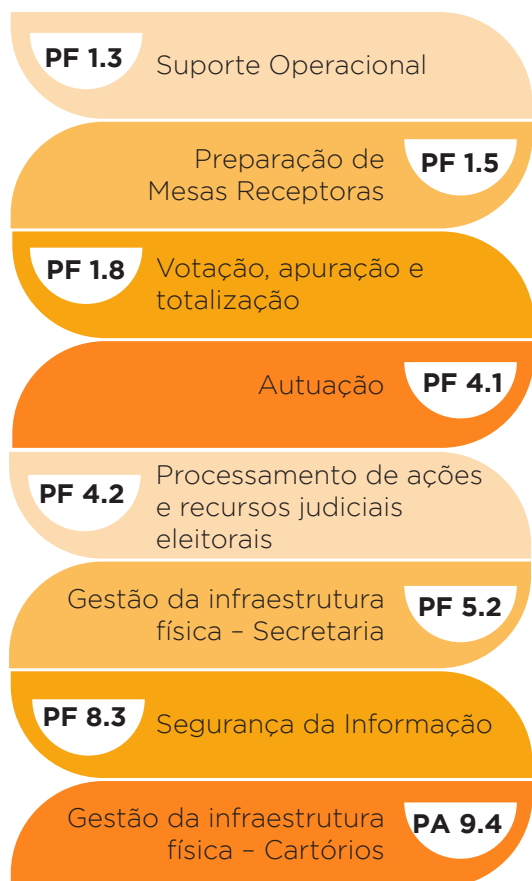
Plano de Continuidade de Negócio

Para atingir esse objetivo, foi incluído no Plano Estratégico Institucional o projeto estratégico 6.1.1.2 - Implantação do Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio. Como consequência, teve início no ano de 2021 a construção do Plano de Continuidade de Negócio – PCN. Este instrumento é composto de dois subplanos: O Plano de Continuidade Operacional – PCO e o Plano de Recuperação de Desastres – PRD:



Sistema de gestão da continuidade de negócio

A construção do Plano de Continuidade de negócio é dividida em duas fases, sendo que a primeira, BIA – do inglês Business impact analysis, ou Análise de Impacto no Negócio, que consiste em classificar os processos de trabalho segundo o impacto que sua interrupção não programada pode causar à Administração, já foi concluída. Os processos de trabalho considerados mais críticos para a continuidade no TRE-SP foram:



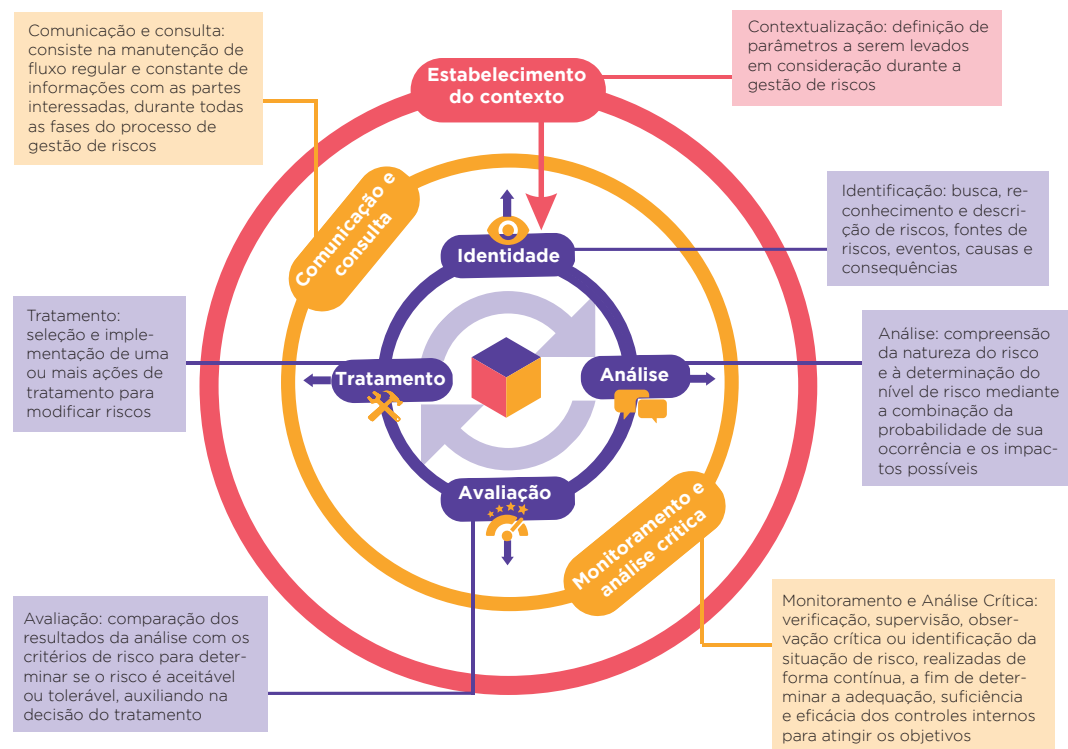
No exercício de 2022, foi concluída a elaboração do Plano de Continuidade de Negócio do TRE-SP, com o levantamento de todas as atividades preventivas e reativas que compõem o Plano de Continuidade Operacional e o Plano de Recuperação de Desastres, respectivamente. Todo o processo de elaboração do PCN foi realizado de forma colaborativa, envolvendo as diversas unidades do TRE-SP e os representantes dos cartórios eleitorais. Além disso, a construção dos documentos foi totalmente automatizada, atividade que foi possível graças à estruturação dos dados gerados no contexto do Sistema Integrado de Planejamento – SIP. Como consequência, temos os seguintes números:



GESTÃO DE RISCOS

Busca-se, ao fazer gestão de riscos, compreender o horizonte futuro de uma organização e os eventos que podem impactar a realização de suas atividades e o cumprimento de sua missão. Assim, ao conhecer e classificar tais eventos, pode-se atuar na mitigação da probabilidade de que ocorram ou no impacto que possam causar. A gestão de riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo teve início em 2018, guiada pela Política de Gestão de Riscos instituída por meio da Resolução TRE-SP nº 452/2018, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União.

No ano de 2022, foi realizada a revisão da Política de Gestão de Riscos do TRE-SP, por meio da Res. TRE-SP nº 579/2022, com o objetivo de simplificar os trabalhos de gestão de riscos, mas sem que isso representasse retrocesso na efetividade dessas atividades. Além disso, foi implantado o sistema de gestão de riscos, que permite às unidades identificar, analisar e definir o tratamento a seus riscos segundo a política definida. Por fim, foi aprovado e divulgado o Manual de Gestão de Riscos do TRE-SP. Com todos esses instrumentos, as diversas unidades do Regional detêm os subsídios necessários para conduzir os trabalhos de gestão de riscos.



LINHAS DE DEFESA

A Política de Gestão de Riscos, aprovada por meio da Resolução TRE-SP nº 579/2022, adotou o modelo das três linhas de defesa no gerenciamento de riscos adotando a Declaração de Posicionamento do IIA -The Institute of Internal Auditors*, que consiste na atuação coordenada de três camadas com responsabilidades e funções específicas.

Representada pela unidade de auditoria interna, responsável por avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas de defesa no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade

3ª LINHA DE DEFESA

Composta pela unidade de Auditoria Interna

2ª LINHA DE DEFESA

Composta pelos órgãos de governança, a exemplo do Comitê Gestor da Estratégia (CoGEst), do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (CDTIC), da Comissão de Segurança da Informação e do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, bem como a Unidade de Planejamento Estratégico e de Eleições

Contempla os controles situados ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela 1ª linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada

1ª LINHA DE DEFESA

Composta pelos gestores de riscos

Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores de riscos durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio

*Criado em 1941, The Institute of Internal Auditors (IIA) é uma associação profissional internacional, com sede global em Altamonte Springs, Flórida, EUA. O IIA é o líder reconhecido, principal defensor e educador em auditoria interna. Declarações de Posicionamento fazem parte da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do IIA, a estrutura conceitual que organiza as orientações oficiais promulgadas pelo IIA. Órgão global confiável, fonte de orientação, o IIA fornece aos profissionais de auditoria interna no mundo todo orientações oficiais organizadas na IPPF como obrigatórias e fortemente recomendadas. As Declarações fazem parte da categoria "fortemente recomendadas" – a conformidade não é obrigatória, mas é fortemente recomendada - e as orientações são reforçadas pelo IIA por meio de processos formais de revisão e aprovação

TEMAS RELEVANTES

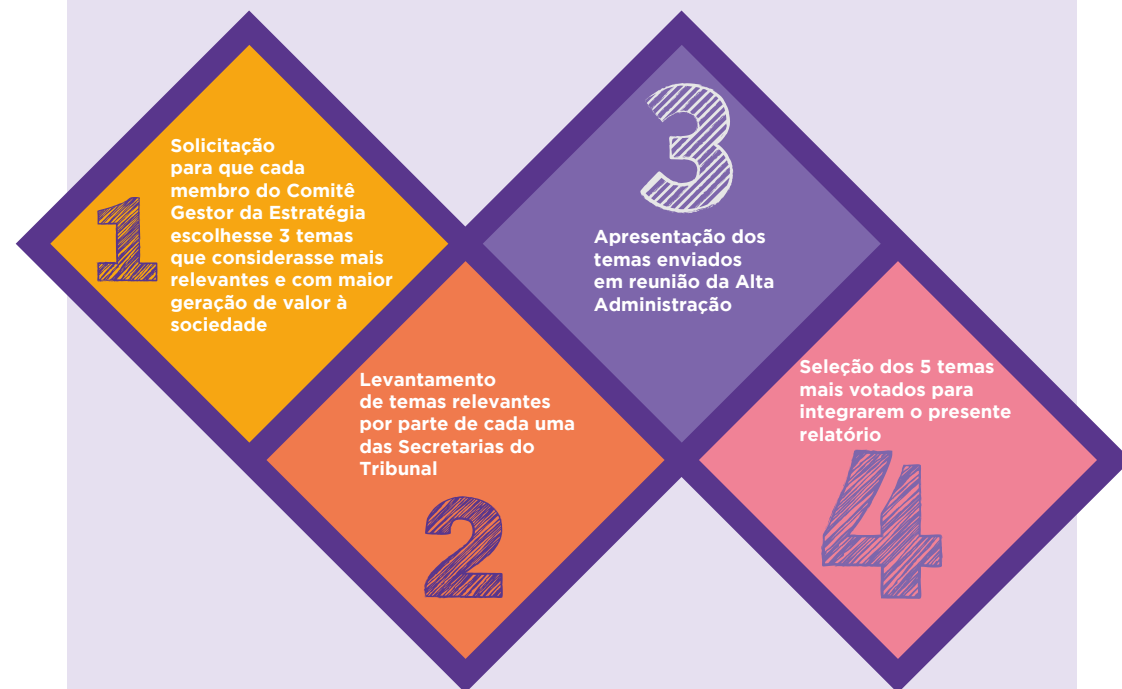


O TRE-SP, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União - TCU, usou o critério de materialidade das informações para definir as principais iniciativas adotadas no exercício de 2022 a serem apresentadas à sociedade.

Dessa forma, busca-se, segundo o mesmo TCU, divulgar “informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de (...) alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.

”Assim, o procedimento para tal definição sugerido pelo TCU foi adaptado para a realidade deste Tribunal sem que houvesse perda de qualidade da decisão e relevância das informações.

Para tanto, foram seguidos os seguintes passos:



Do processo descrito, foram selecionados os seguintes temas:

- ▶ Projeto Inclusão Político-Eleitoral
- ▶ Projeto Parceria Cidadã
- ▶ Implantação da Sala-Cofre
- ▶ Pagamento dos mesários via PIX
- ▶ Programa de combate à desinformação

PROJETO INCLUSÃO POLÍTICO-ELEITORAL

O despertar para a necessidade de um projeto destinado à inclusão político-eleitoral teve início durante as Eleições 2020, e, portanto, em meio à pandemia do COVID-19.

Foi nesse contexto que surgiu a discussão sobre protocolos sanitários que tornassem seguro o exercício do voto por grupos vulneráveis, uma preocupação que foi reforçada com o relatório final apresentado pela Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), com recomendação para que a Justiça Eleitoral brasileira criasse melhores condições e mecanismos de participação de pessoas indígenas e afrodescendentes, ampliando a representatividade nos espaços de poder.

A partir da análise desses apontamentos, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo teve a iniciativa de aproximar-se de povos, comunidades tradicionais e

assentamentos rurais paulistas, com o objetivo de compreender as dificuldades locais e buscar soluções para essas eleitoras e eleitores, de modo a facilitar o exercício do voto. Assim, foi efetivamente criado e estruturado o Projeto de Inclusão Político-Eleitoral.

Durante o ano de 2022, diversas ações foram conduzidas no Estado todo, sempre contando com o importante apoio e colaboração de outros órgãos e entidades, tanto na identificação e localização dessas comunidades, quanto na intermediação com esses grupos, na divulgação das ações, e até mesmo no acompanhamento até locais de difícil acesso.

Entre as entidades que colaboraram com o projeto, destacam-se:



Apoio no diálogo com comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, em especial as situadas em locais de difícil acesso, em ações de atendimento itinerante abrangendo a emissão de documentos, ações de educação eleitoral, ações de aprimoramento do transporte no dia da eleição, etc

1.171
beneficiários

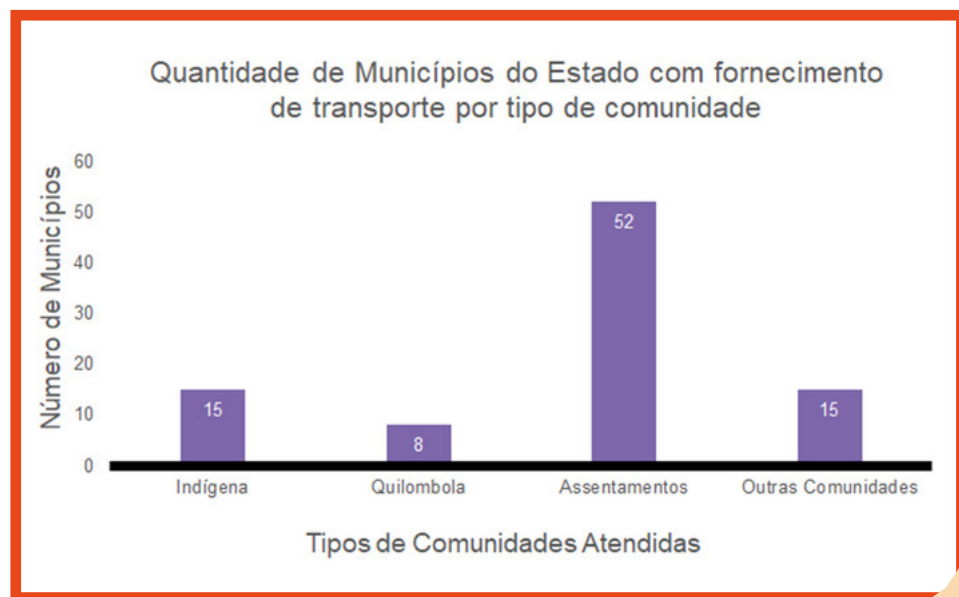
Conjugar esforços em ações de interesse comum para a promoção da inclusão de assentamentos estaduais e comunidades remanescentes de quilombos do Estado de São Paulo no processo eleitoral de forma contínua, por meio do mapeamento de suas localizações e pela identificação de suas necessidades em termos eleitorais.



TRANSPORTE GRATUITO

Nas Eleições 2022, o transporte gratuito a eleitores e eleitoras foi ampliado por meio da Resolução TSE nº 23.669/2021, que assegurou, de maneira inédita, o fornecimento de transporte à população de aldeias indígenas, quilombolas e aos integrantes de comunidades remanescentes.

Essa ampliação no fornecimento de transporte gratuito viabilizou o voto de integrantes de aldeias indígenas localizadas em 15 municípios, de eleitores e eleitoras que residem em comunidades remanescentes de quilombos em 8 municípios, e de pessoas que se encontram em assentamentos rurais distribuídos em 52 municípios do Estado de São Paulo.



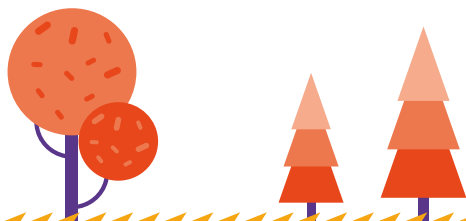
Servidoras e servidores da Secretaria do Tribunal, das Zonas Eleitorais impactadas pelo projeto e dos órgãos parceiros visitaram algumas comunidades no decorrer da implementação da etapa piloto, beneficiando ao menos 1.149 pessoas:

1.149
pessoas beneficiadas



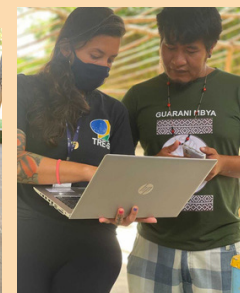
Durante as visitas, as seguintes atividades foram realizadas:

- Atendimento eleitoral, para alistamento, revisão e transferência
- Transferência temporária de eleitoras(es) – TTE, para alteração de seção eleitoral
- Instalação de seções eleitorais em locais de difícil acesso
- Demonstração de funcionamento da urna eletrônica
- Ações de cidadania, com emissão de documentos diversos em parceria com o Poupatempo
- Roda de conversa, para levantamento das necessidades locais, e educação político-eleitoral, com esclarecimento de dúvidas
- Convocação de moradoras(es) locais, para atuação como mesárias(os) e fiscais no dia do pleito
- Instalação e/ou melhoria do transporte de eleitoras(es) no dia do pleito
- Audiências públicas, para a escolha de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem privilegiados



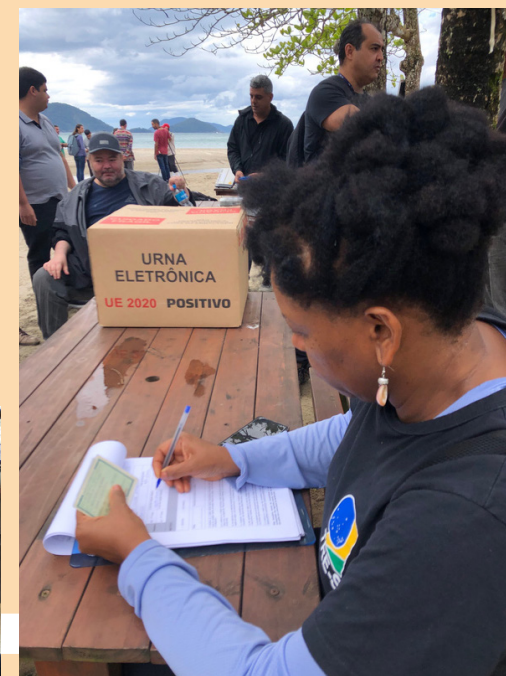
VISITAS

- ▶ Assentamentos rurais em Presidente Bernardes e Mirante do Paranapanema (março/2022)
- ▶ Caiçaras em Ilhabela (março/2022)
- ▶ Indígenas e caiçaras em Cananéia (abril/2022)
- ▶ Indígenas e quilombolas em Eldorado e Iporanga (abril/2022)
- ▶ Indígenas em Jaraguá e Parelheiros – São Paulo (julho/2022)
- ▶ Indígenas da cidade de Avaí (agosto/2022)
- ▶ Indígenas em Praia Grande e São Vicente (novembro e dezembro/2022)



No decorrer da implementação e do desenvolvimento do Projeto Inclusão Político- Eleitoral, ainda em sua etapa piloto, ficou clara a relevante ausência da Justiça Eleitoral em partes específicas e localidades isoladas no território paulista, revelando pontos de exclusão que tornam o exercício do voto dificultoso e custoso para alguns grupos, o que só reforçou a importância de transformar o projeto em um programa permanente.

O TRE-SP acredita que o contato contínuo e duradouro com os povos e as comunidades tradicionais presentes no território paulista contribuirá para a garantia dos direitos fundamentais e o fortalecimento da relação do Tribunal com a sociedade, zelando sempre pela satisfação de eleitores e eleitoras pertencentes a todo e qualquer grupo.



PROJETO PARCERIA CIDADÃ

O cumprimento do macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais” envolve não apenas a execução dos trabalhos cotidianos do TRE-SP, mas também a busca ativa por soluções que permitam que mais eleitoras e eleitores tenham acesso aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Além de realizar investimentos na prestação de serviços digitais, que facilitariam esse acesso, é necessário também lembrar das excluídas e dos excluídos digitais, que, em sua maioria, dependem de infraestrutura física fornecida pelos órgãos públicos para acessar os serviços.



13.618
atendimentos

**EXCLUÍDAS E
EXCLUÍDOS
DIGITAIS**



Assim, a Justiça Eleitoral paulista inseriu, em seu Plano Estratégico Institucional, o projeto Parceria Cidadã, que propõe a realização de parcerias junto a prefeituras e outros órgãos públicos de municípios que não possuam Cartório Eleitoral ou outro local de atendimento próprio da Justiça Eleitoral. Desta forma, e sem aumento de custos, são disponibilizados ao público equipamentos e auxílio para que eleitoras e eleitores acessem os serviços digitais do TRE-SP, como agendamento, justificativa eleitoral, certidão de quitação eleitoral, entre outros. Os resultados no ano de 2022 foram muito positivos.



Parcerias em 236 municípios,
que representam 65,37% do total
de 361 municípios elegíveis
para o Projeto

IMPLANTAÇÃO DA SALA-COFRE

Transferência do data center para a nova sala-cofre

A nova sala-cofre que passou a integrar a estrutura dedicada à tecnologia da informação do TRE-SP, no segundo semestre de 2022, representa a preocupação da instituição com a segurança da informação. O espaço foi projetado para operar como data center da Justiça Eleitoral paulista, ou seja, uma instalação física centralizada que abriga computadores corporativos, rede e demais equipamentos que dão suporte às atividades realizadas.

Instalado na sede do Tribunal, na capital, o espaço criado segue rígidos padrões de segurança e possui a certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Dessa forma, fica garantida a proteção de informações, sistemas e dispositivos responsáveis pela comunicação em rede, armazenamento de dados e execução de aplicações.



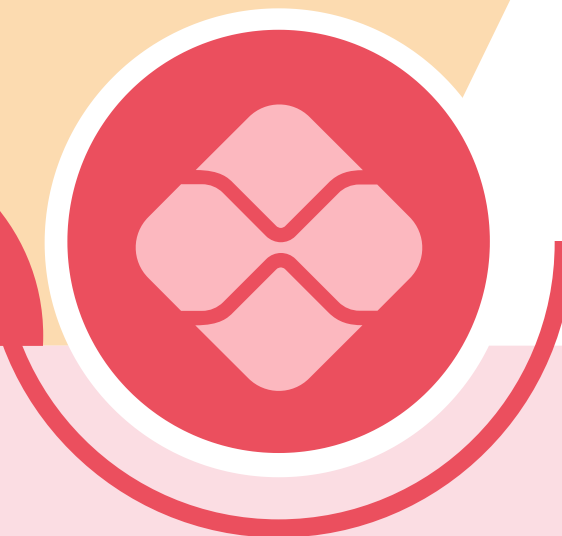
A sala-cofre incorpora infraestrutura de alta disponibilidade e ambiente físico altamente protegido, com sistemas e estrutura física que asseguram, com precisão, a temperatura e a umidade do ar adequados ao funcionamento e à preservação de equipamentos eletrônicos e mídias magnéticas, bem como proteção contra fogo, água, umidade, gases corrosivos, campos magnéticos e radiações, roubo, vandalismo, arrombamento e acesso indevido, além de conter no-breaks e geradores instalados para a disponibilidade de energia elétrica.



PAGAMENTO DE MESÁRIAS E MESÁRIOS VIA PIX

As mesárias e mesários exercem papel fundamental para garantir o funcionamento das cerca de 101 mil seções do Estado de São Paulo e a legitimidade do processo eleitoral, contribuindo ativamente para a segurança e o sigilo no momento em que todas cidadãs e cidadãos exercem um de seus principais direitos/deveres: o voto. Apesar de ser uma função não-remunerada, a Justiça Eleitoral oferece auxílio-alimentação, que,

em 2022, passou a ser disponibilizado no Estado de São Paulo via PIX, proporcionando desburocratização, agilidade e simplicidade para acesso ao benefício.



O grande desafio para o TRE-SP foi realizar as adaptações no sistema automatizado em tempo exíguo, observando-se critérios de segurança cibernética eficazes, o que exigiu extrema rapidez das equipes de desenvolvimento. Os resultados foram gratificantes, beneficiando cerca de 400 mil mesárias e mesários, que tiveram apenas de realizar cadastro de chave PIX do tipo CPF em qualquer instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO

A desinformação é um fenômeno capaz de prejudicar a integridade do processo eleitoral. Por isso, o TRE-SP instituiu o Programa de Enfrentamento à Desinformação. O planejamento e a execução das ações e iniciativas do programa ficaram sob a responsabilidade de um Comitê Gestor, de uma equipe técnica multidisciplinar e do Núcleo de Monitoramento de Desinformação - Acompface. Os trabalhos foram distribuídos em cinco eixos temáticos, cada um com atribuições divididas da seguinte forma:



Nos dois turnos das Eleições 2022, a rede de compartilhamento acompanhou as ocorrências originadas nas Zonas Eleitorais de todo o Estado por meio das informações recebidas pelo Centro de Acompanhamento da Votação - AcompVot. Já o Núcleo de Monitoramento de Desinformação - Acompface monitorou as redes sociais e chegou a registrar 142 achados durante o período de atuação.

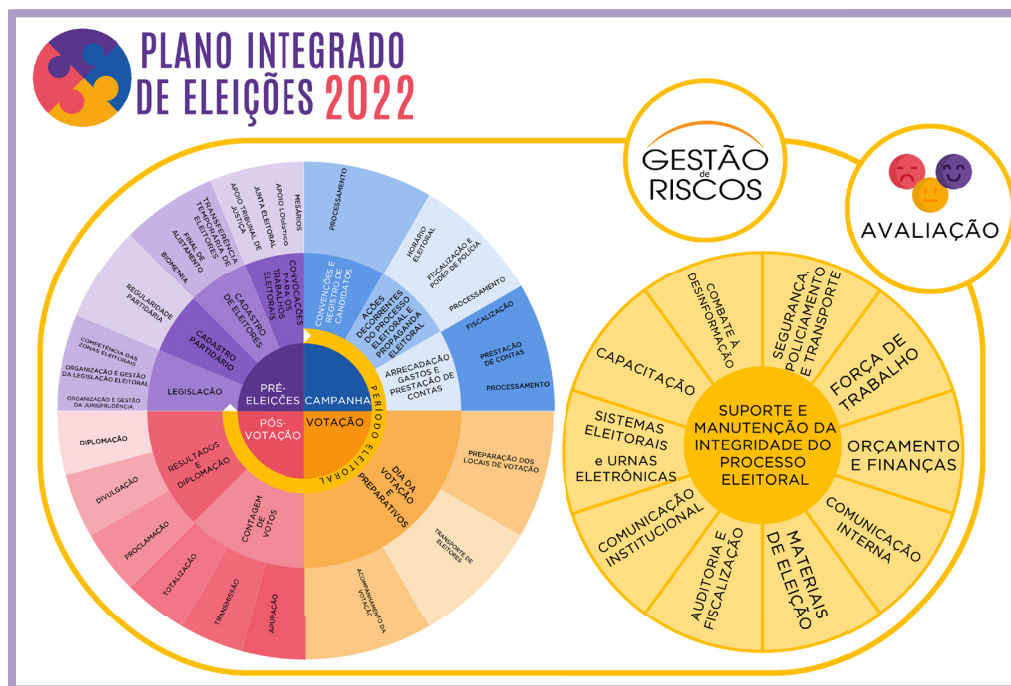
O escopo da investigação envolveu: o processo eleitoral em suas diferentes fases, desde o fechamento do cadastro até a diplomação dos eleitos; o funcionamento da urna eletrônica e demais aspectos do processo eletrônico de votação; a Justiça Eleitoral, seus membros, servidoras (es) e demais colaboradoras (es); outros atos relativos à organização e realização das eleições.

Paralelamente a essas atividades, e também com foco na desinformação, o TRE-SP reuniu candidatas(os) e representantes de partidos políticos diretamente envolvidas(os) nas campanhas eleitorais para a assinatura conjunta de Termo de Compromisso, com o objetivo de impedir a propagação de notícias falsas, difamações e ataques ao processo de votação.

ELEIÇÕES 2022

Demonstrada a missão deste Tribunal, bem como os instrumentos de gestão e governança que orientam e corrigem a sua rota em direção aos objetivos, é chegado o momento de falar sobre o investimento e a preparação das ELEIÇÕES, em especial das Eleições Gerais de 2022.

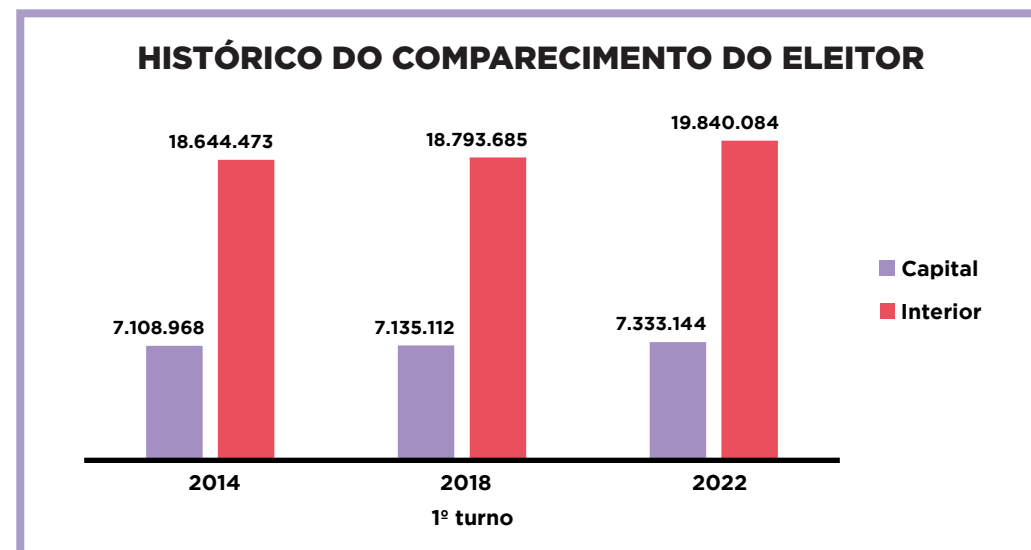
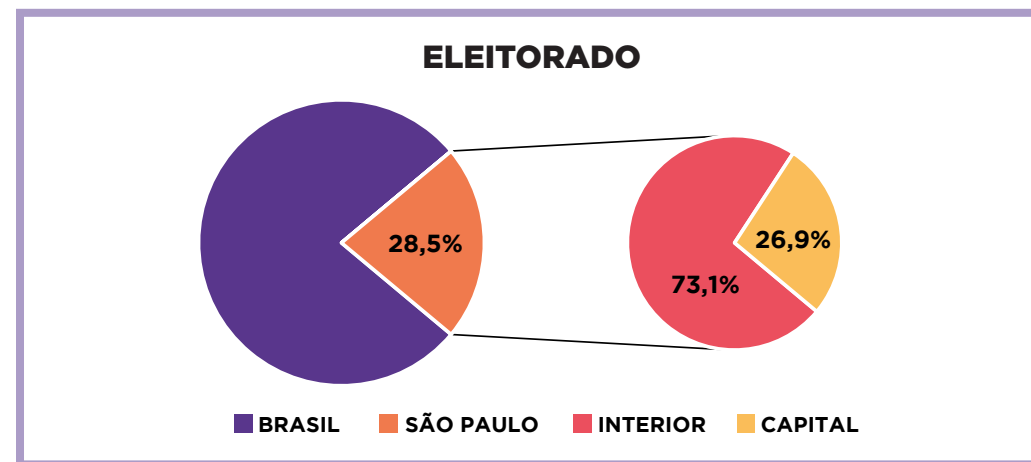
Para que a eleição se concretize de acordo com a data pré-determinada pela legislação eleitoral, é preciso uma série de atos inter-relacionados e interdependentes que precedem o pleito e que transitam por todas as unidades do Tribunal. Para estruturação dessa complexa tarefa, o Tribunal organizou e sistematizou as atividades de eleição em etapas cíclicas que se repetem a cada ciclo eleitoral. Assim, foi composto o Plano Integrado de Eleições 2022.



O ciclo eleitoral do TRE-SP foi construído seguindo conceitos internacionais a respeito da governança eleitoral adotando-se uma divisão em camadas para organização das suas atividades. Essa visão fornece uma concepção muito importante de integridade eleitoral, na qual todas as peças fazem parte de uma engrenagem e se uma delas falhar toda a cadeia pode ser comprometida.

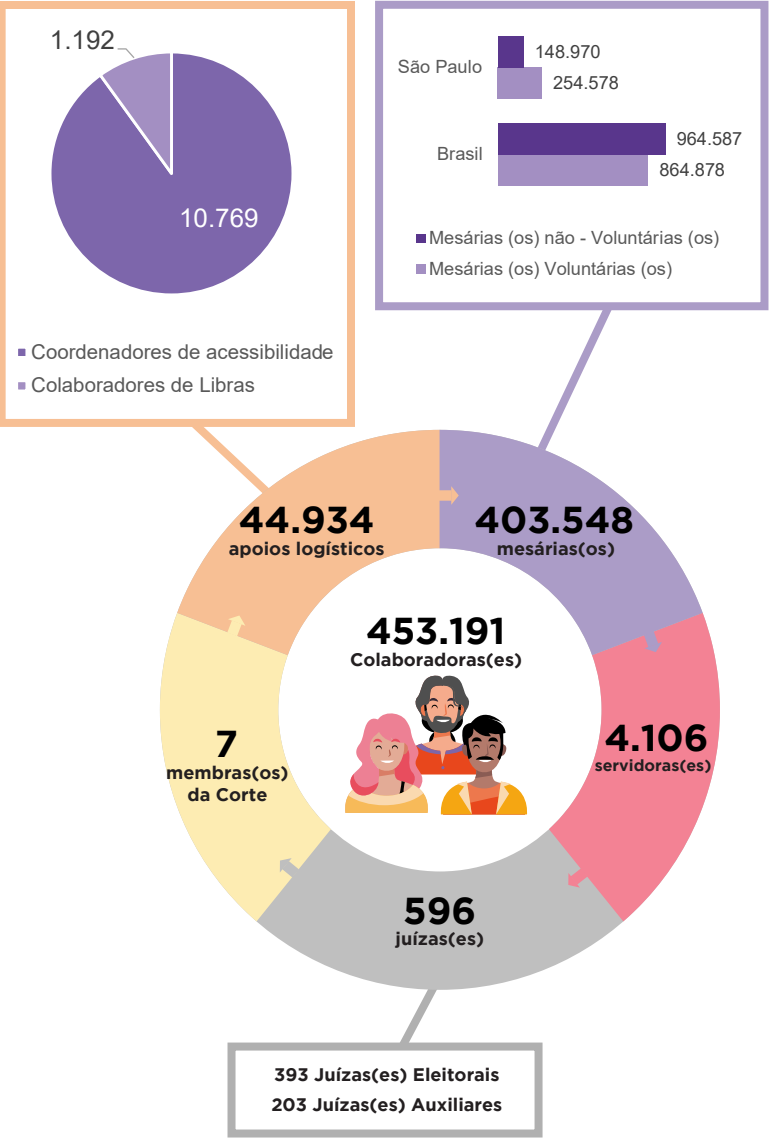
O minucioso preparo e a cautelosa execução das atividades constantes do Plano Integrado visam garantir a legitimidade e a integridade do processo eleitoral em 645 municípios do Estado. Imperioso destacar que o TRE-SP é responsável pela gestão do maior colégio eleitoral do país, com cerca de 34 milhões de eleitores e eleitoras cadastrados, o que representa mais de 28% de todo o Brasil.

Os números abaixo permitem uma noção da magnitude das eleições em São Paulo:

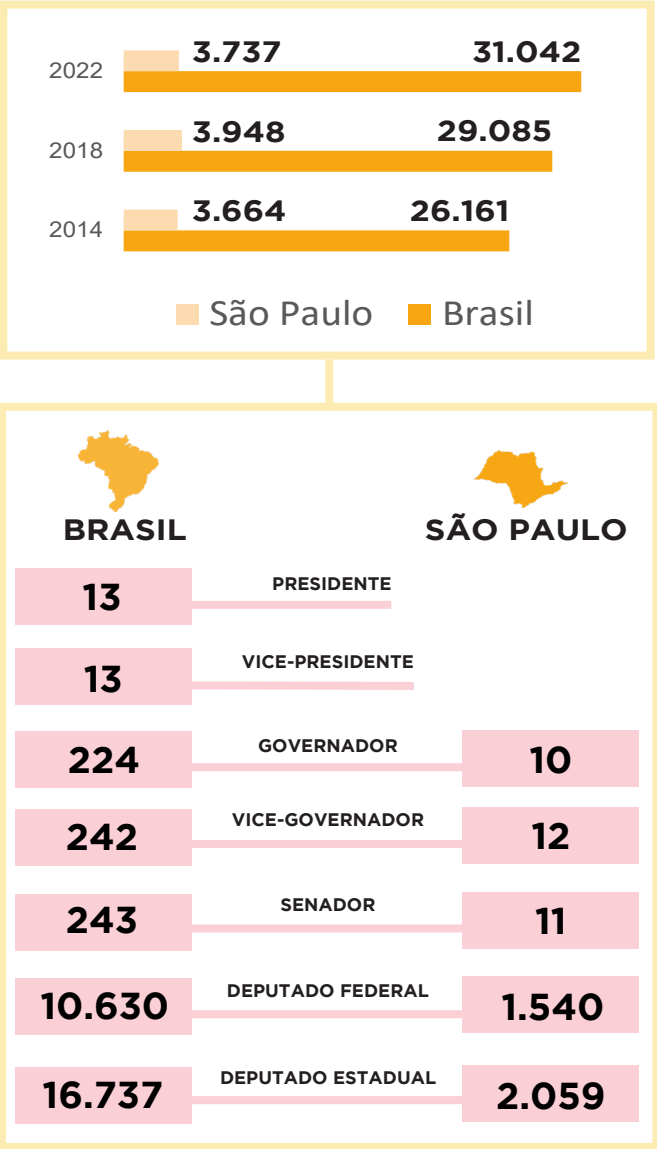


NÚMEROS DAS ELEIÇÕES 2022

COLABORADORES



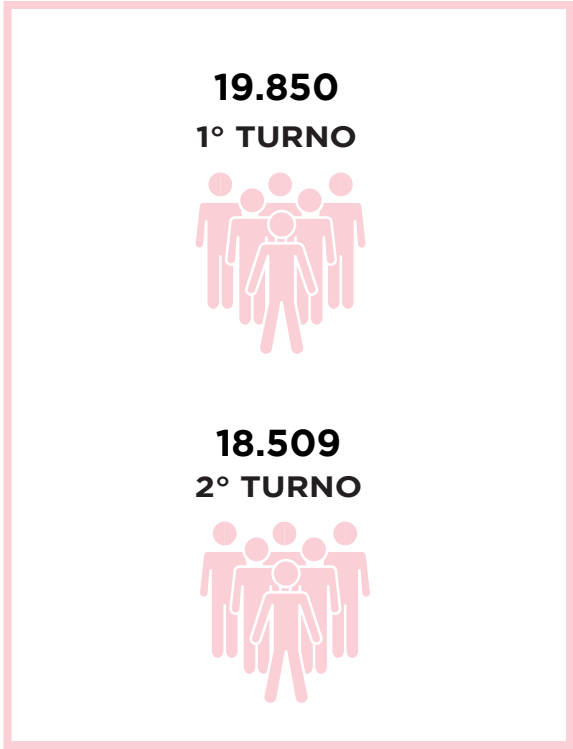
CANDIDATOS



TRANSPORTE DE ELEITORES E ELEITORAS

Previsto na Lei nº 6.091/1974, o transporte gratuito a eleitores e eleitoras das zonas rurais no dia do pleito também foi garantido nas Eleições 2022.

Mais de 38 mil eleitoras e eleitores foram às urnas por meio do transporte gratuito oferecido pela Justiça Eleitoral paulista – 19.850 pessoas no primeiro turno e 18.509 no segundo turno.



IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA E A SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Suspensa nas eleições de 2020, a fim de se evitar a disseminação da Covid-19, a identificação biométrica foi retomada nas Eleições 2022, de forma híbrida, tornando-se a principal forma de reconhecimento da identidade do(a) eleitor(a).

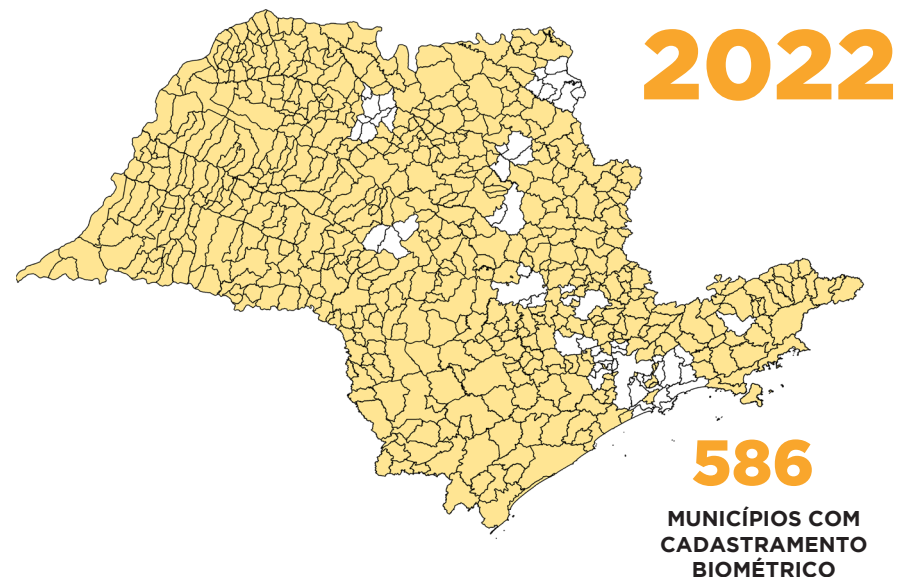
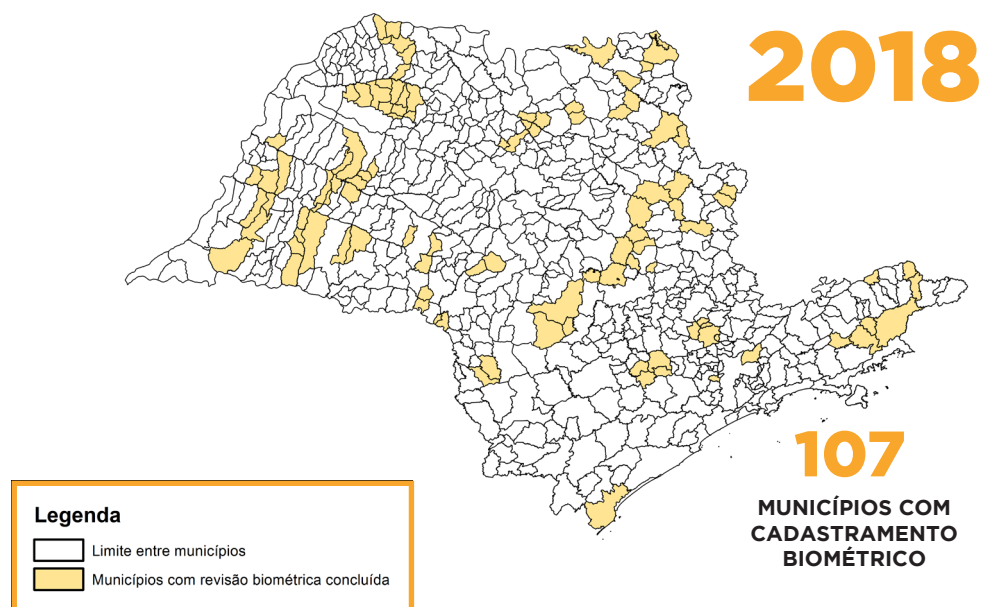
A identificação por meio da biometria confere mais segurança ao processo eleitoral, já que a impressão digital é exclusiva de cada indivíduo, e, ao ser utilizada no reconhecimento da identidade da pessoa, exclui a possibilidade de um(a) cidadão(ã) votar por outro(a).

Além disso, os dados biométricos possibilitam detectar situações em que há mais de um registro da mesma pessoa no cadastro eleitoral. Nesses casos, após procedimento investigativo e confirmada a ocorrência de duplicidade, é excluída do cadastro a inscrição duplicada por determinação do juízo eleitoral.

NAS ELEIÇÕES DE 2022, MAIS DE 20 MILHÕES DE ELEITORAS E ELEITORES FORAM IDENTIFICADOS BIOMETRICAMENTE

PANORAMA ATUAL DA BIOMETRIA

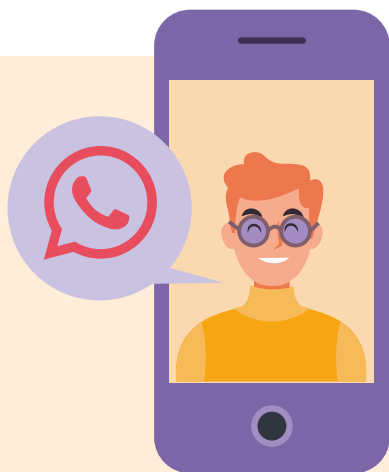
Mais de 90% dos municípios com revisão concluída, 74,5% do eleitorado biometrizado (mais de 23.000.000 de pessoas)



GAM – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE APOIOS LOGÍSTICOS E MESÁRIOS(AS)

O Sistema GAM é a ferramenta utilizada pelo TRE-SP para a convocação e o gerenciamento dos(as) eleitores(as) que são nomeados(as) para atuar nas eleições, seja na função de mesário(a) ou de apoio logístico.

Nas Eleições Gerais de 2022, o Sistema GAM foi responsável pela convocação de 398.751 eleitores(as) para atuar nas mesas receptoras de voto, 5.379 eleitores(as) para atuar nas mesas receptoras de justificativa e 43.391 eleitores(as) para exercer a função de apoio logístico.

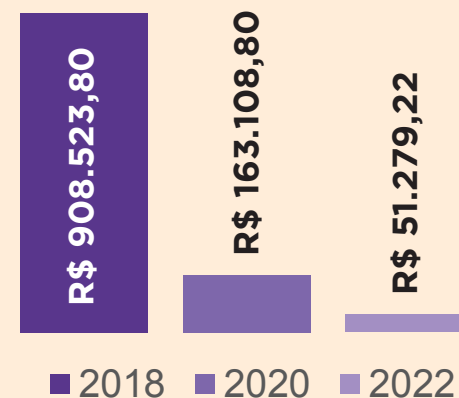


CONVOCAÇÃO POR WHATSAPP

Desde o pleito de 2020, os(as) colaboradores(as) são convocados(as) de forma eletrônica, por meio de e-mail ou de Whatsapp, trazendo rapidez e eficácia ao processo de convocação das pessoas que auxiliam a Justiça Eleitoral na eleição, já que facilitou o trabalho dos(as) servidores(as) e tornou desnecessária a impressão em papel das convocações e de deslocamento do eleitorado até o Cartório para assinar a nomeação.

Além disso, o uso do sistema vem a cada pleito reduzindo gradativamente o gasto com correspondências de convocação enviadas por meio dos Correios.

GASTOS COM CONVOCAÇÕES MESÁRIOS(AS) E APOIOS LOGÍSTICOS POR CORREIOS



REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA

A fim de atender ao crescente aumento da demanda e da complexidade oriundas das atribuições da Justiça Eleitoral paulista, foi aprovada a Lei nº 14.234/2022, que permitiu a reestruturação da Secretaria do TRE-SP.

Por meio dela, houve a criação de 225 cargos efetivos, 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas, cuja implementação ocorreu no ano de 2022, com a aprovação da Resolução TRE-SP nº 581/2022. O processo de reestruturação proporcionou uma otimização dos trabalhos, que puderam ser divididos de forma mais racional, gerando maior eficiência e efetividade. Entre as principais alterações no organograma, destacamos:

Transformação da Coordenadoria de Comunicação Social em Secretaria de Comunicação Social, abrangendo as áreas de jornalismo, mídias e campanhas.

Transformação da Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições em Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições, abrangendo Inovação, Acessibilidade, Sustentabilidade, Gestão de Eleições, Planejamento e Governança.

Criação da Secretaria de Gestão da Informação e Documental que, entre outros temas, acompanha a as atividades relativas à Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do TRE-SP.

Criação de unidades específicas com atribuições de planejamento e gestão nas Secretarias de Administração de Material, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação.

ESTRATÉGIA 2021-2026

O acompanhamento dos resultados da gestão de uma organização do porte do TRE-SP é sempre desafiador. A fim de subsidiar melhores decisões e de manter a sociedade informada acerca do grau de atingimento dos objetivos do Tribunal, a Administração busca sempre aperfeiçoar as técnicas e métodos de aferição de resultados.

Os gráficos que seguem foram elaborados segundo a metodologia definida no Sistema Integrado de Planejamento – SIP, que apresentamos anteriormente. Lembramos que todos os dados estão disponíveis no painel de monitoramento que pode ser acessado pelo link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNzJiNTlkYWYtN-jE2NS00ZTUyLWl0Y2EtYWUwYmE1NmEwMDRmliwidCI6I-jU3YzdhYTlwLTlyNDMtNGM0NC1hMjE4LWZjYjM3YmVmN-2VhYiJ9&pageName=ReportSection>

Macrodesafio 1: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A prestação jurisdicional não encerra as atividades do Poder Judiciário. É fundamental garantir que os cidadãos e as cidadãs tenham condições de acessar os serviços prestados pelos órgãos públicos, com acessibilidade e inclusão, bem como garantir que, internamente, os preceitos de respeito às pessoas sejam preservados. Os resultados obtidos foram:

Objetivo estratégico 1: Promover a cidadania e a responsabilidade social



INDICADORES DE ESFORÇO

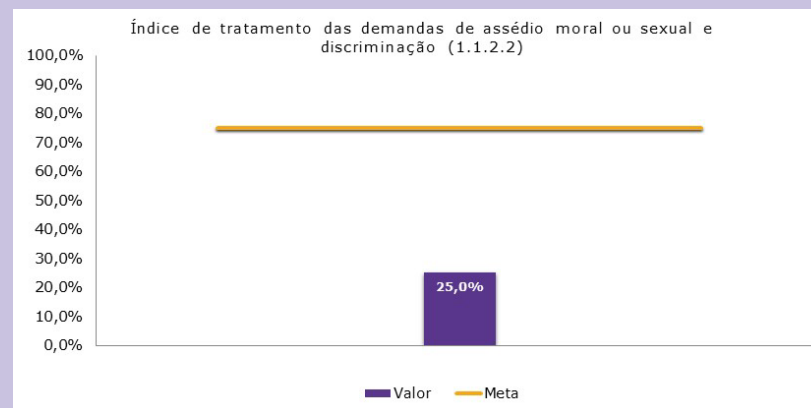


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de tratamento das demandas de assédio moral ou sexual e discriminação (1.1.2.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 25% e a linha representa a meta que é 75%.

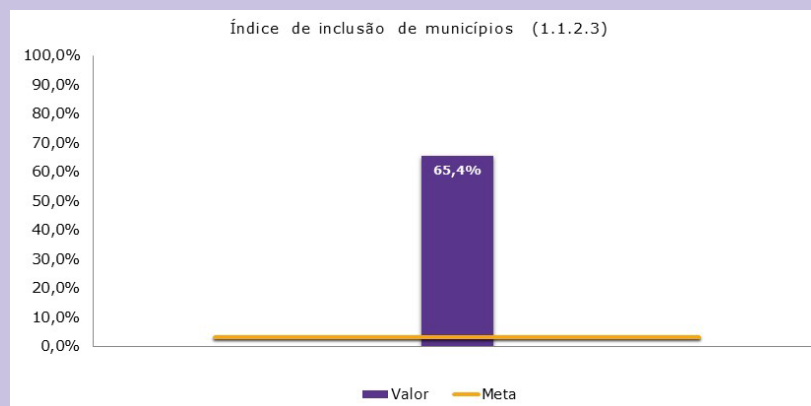


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de inclusão de municípios (1.1.2.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 65,4% e a linha representa a meta que é 3%.

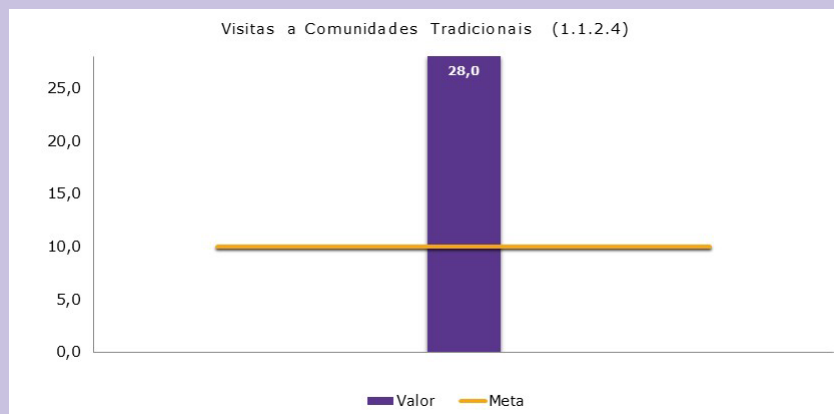


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Visitas a Comunidades Tradicionais (1.1.2.4). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 28 e a linha representa a meta que é 10.

Macrodesafio 2: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Aproximar-se da sociedade é elemento-chave na construção do que se convencionou chamar de accountability, ou em outras palavras, a prestação de contas ao público em geral. A construção dessa relação institucional forte com a sociedade e também com entidades parceiras permite melhores resultados e maior transparência, gerando maiores possibilidades de controle social. Para esse macrodesafio, tivemos os resultados:

Objetivo estratégico 1: Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional



INDICADORES DE RESULTADO

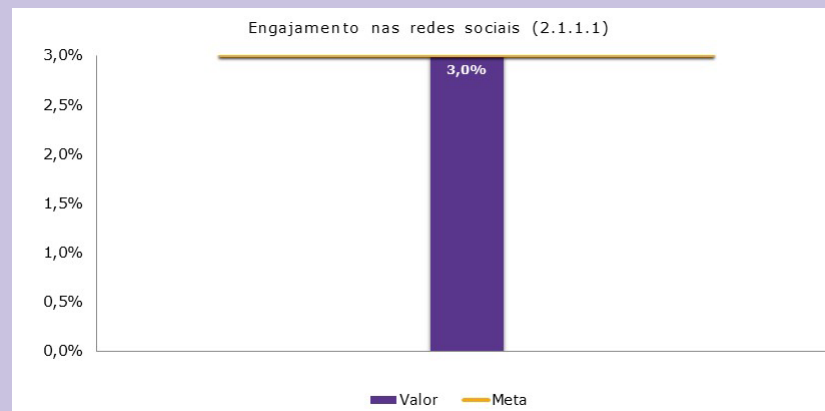


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Engajamento nas redes sociais (2.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 3% e a linha representa a meta que é 3%.

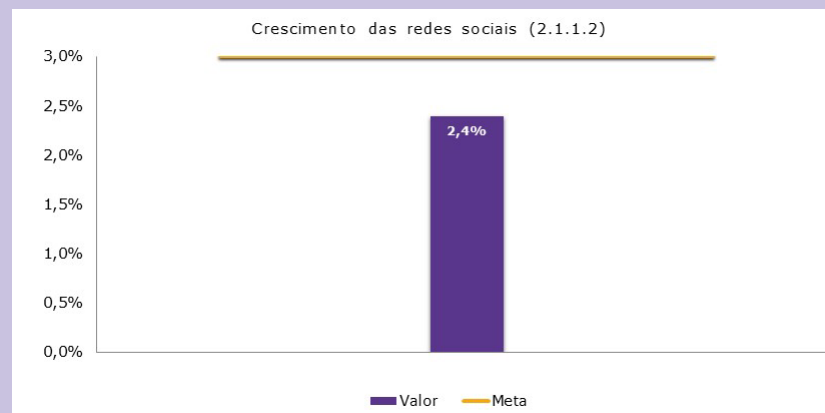


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Crescimento das redes sociais (2.1.1.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 2,4% e a linha representa a meta que é 3%.

Objetivo estratégico 2: Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP



INDICADORES DE ESFORÇO

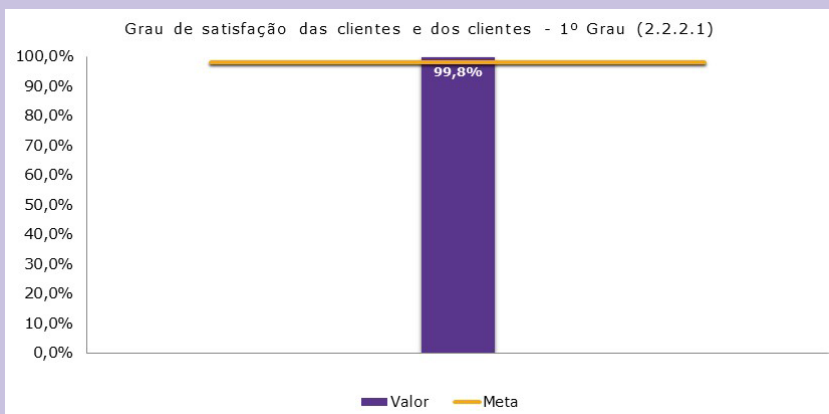


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 1º Grau (2.2.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 99,8% e a linha representa a meta que é 98%.

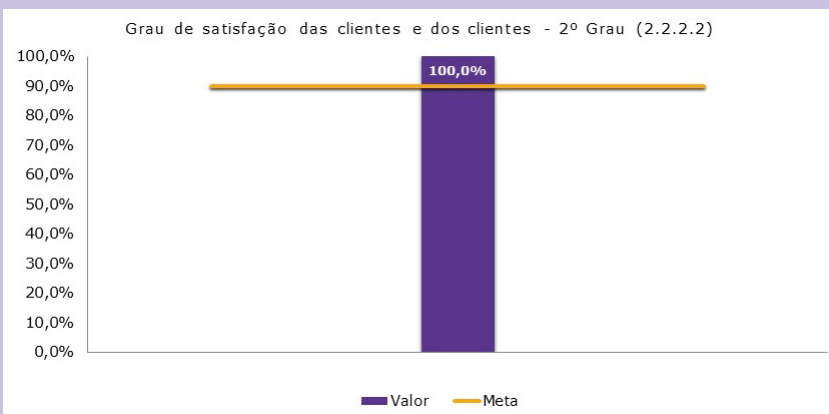


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 2º Grau (2.2.2.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 100% e a linha representa a meta que é 90%.

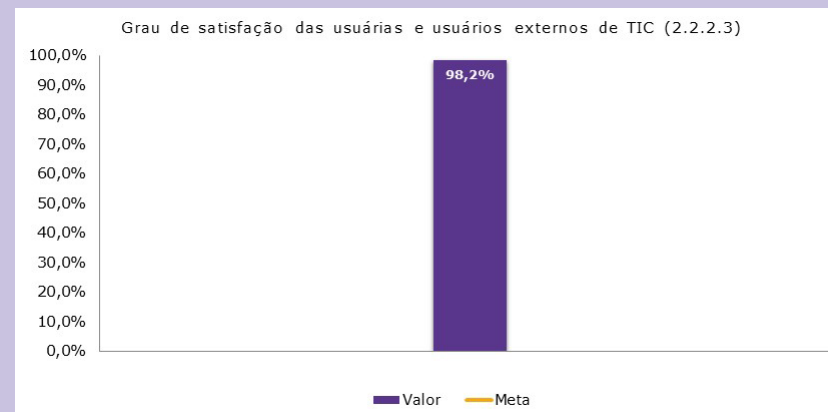


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Grau de satisfação das usuárias e usuários externos de TIC (2.2.2.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 98,2%.



Ações para o atingimento dos macrodesafios 1 e 2: Garantia dos Direitos Fundamentais e Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

PARCERIAS

O TRE-SP estabeleceu como objetivo estratégico aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional. No ano de 2022, dentre as diversas parcerias celebradas pelo TRE-SP destacam-se:



SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES



Apoio na garantia da lei e da ordem nos locais de votação



10.849

locais de votação atendidos pelas forças de segurança no dia da votação

ACESSIBILIDADE, COORDENADORES DE ACESSIBILIDADE, PROJETO LIBRAS



Cooperação mútua com vistas ao aprimoramento das ações de promoção, capacitação, conscientização, sensibilização sobre o tema da acessibilidade e inclusão, de modo a garantir as condições adequadas de acessibilidade às pessoas com deficiência.

Apoio na produção de material instrucional para colaboradores que prestam atendimento ao público no dia da votação.

Apoio na elaboração de ações de capacitação, abrangendo a acessibilidade comunicacional digital.



10.765

coordenadores de acessibilidade

1.165

colaboradores com conhecimento de LIBRAS designados para atuar nos locais de votação. Produção de guias de comunicação acessível.

REINSERÇÃO SOCIAL DE PRESOS PROVISÓRIOS E MENORES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA



Garantir a votação dos (as) presos (as) provisórios (as) e adolescentes internados (as) mediante a instalação de seções eleitorais nos estabelecimentos prisionais e de internação; arregimentação de mesários (as) voluntários (as) para atuação nas seções eleitorais instaladas nos estabelecimentos prisionais e de internação.



870

menores internados atendidos

4.366

presos provisórios atendidos

Ações para o atingimento dos macrodesafios 1 e 2: Garantia dos Direitos Fundamentais e Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

PROGRAMA DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS



Criação de oportunidade de prestação de serviço nos cartórios, tendo como público-alvo pessoas que cometeram crimes de menor potencial ofensivo e foram sentenciados a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos.



62
beneficiários

PARCERIA CIDADÃ



Conjuração de esforços para facilitar o acesso dos excluídos digitais e pessoas em situação de vulnerabilidade aos serviços digitais ofertados pela Justiça Eleitoral, em cidades paulistas onde não há unidades físicas da Justiça Eleitoral.



236
municípios abrangidos no projeto

13.618
cidadãos beneficiados

REDE SUSTENTAÇÃO - SP



Rede constituída para promover a conjugação de esforços para aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade entre os órgãos e entidades envolvidas, com vistas à implementação de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental, sustentabilidade econômica e observância das diretrizes de gestão e sustentabilidade vigentes para cada poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário).

Articulação das áreas de sustentabilidade das instituições integrantes da Rede.

CARTÓRIOS ELEITORAIS



Cooperação para disponibilização de imóvel para instalação dos 335 cartórios eleitorais e postos de atendimento ao eleitor sediados no interior do Estado de São Paulo.



335
cartórios atendidos

Macrodesafio 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

A prestação jurisdiccional representa a solução de demandas. Julgar com efetividade, mas também fazê-lo de forma tempestiva e com otimização de recursos. Eis o grande desafio aqui apresentado. Esses foram os resultados:

Objetivo estratégico 1: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdiccional



INDICADORES DE RESULTADO

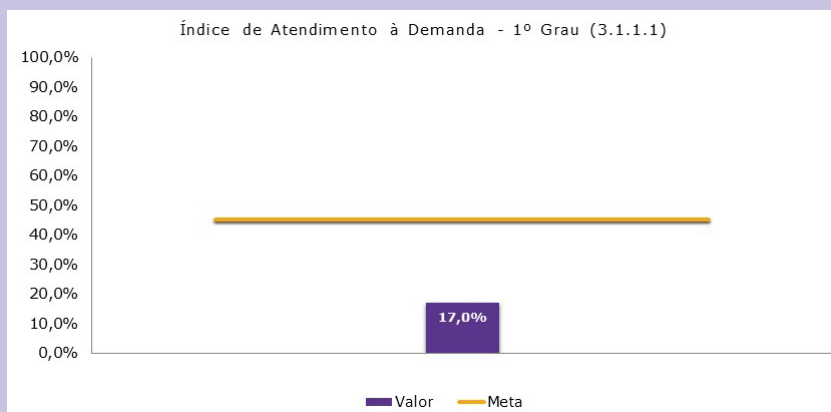


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Atendimento à Demanda - 1º Grau (3.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 17% e a linha representa a meta que é 45%.

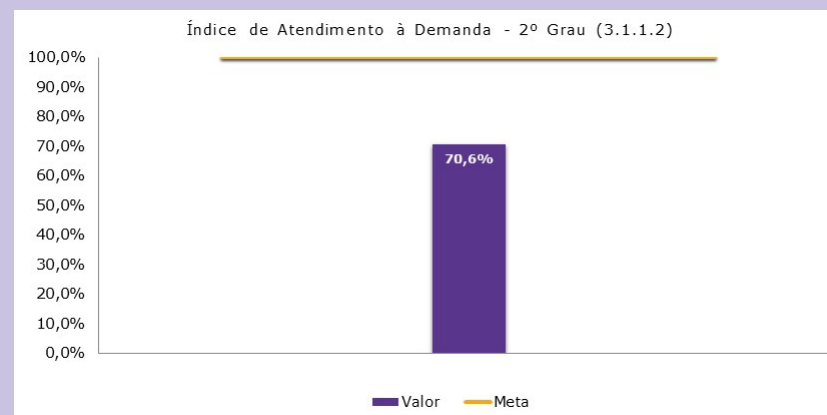


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Atendimento à Demanda - 2º Grau (3.1.1.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 70,6% e a linha representa a meta que é 100%.

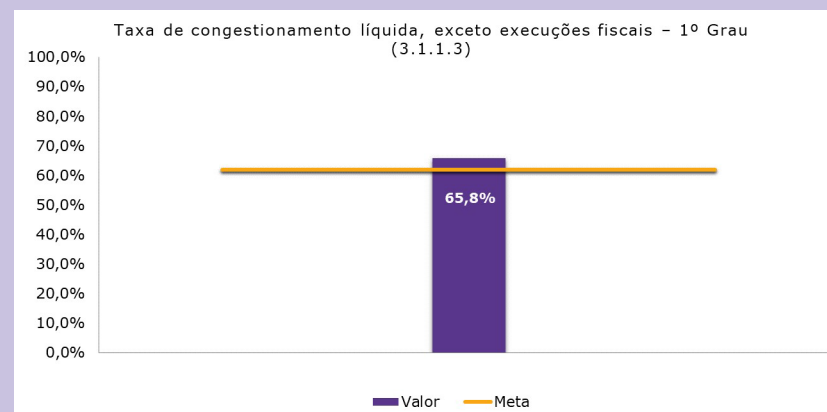


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais - 1º Grau (3.1.1.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 65,8% e a linha representa a meta que é 62%.

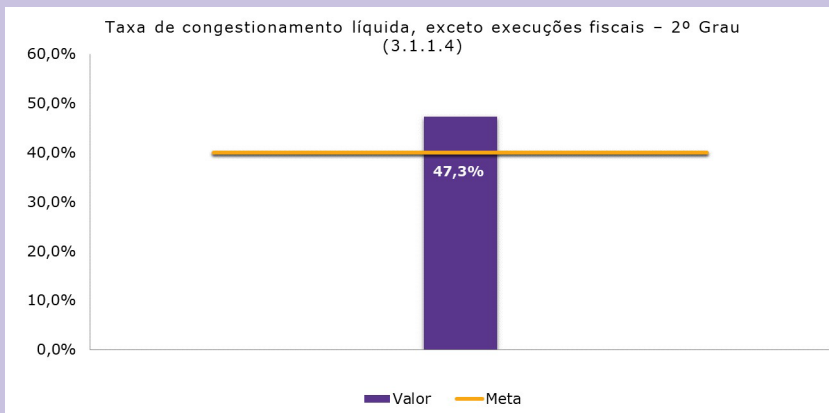


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais – 2º Grau (3.1.1.4). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 47,3% e a linha representa a meta que é 40%.

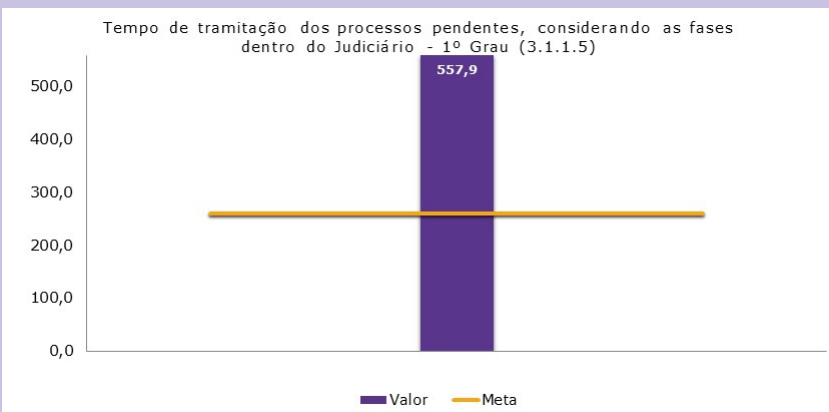


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário – 1º Grau (3.1.1.5). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 557,9 e a linha representa a meta que é 259.

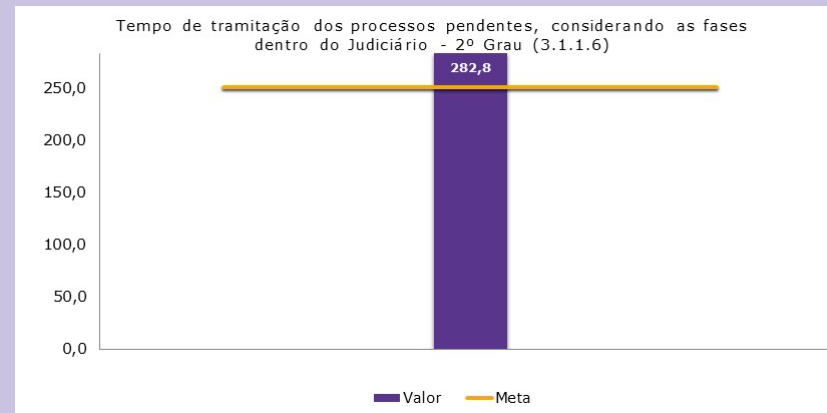


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário – 2º Grau (3.1.1.6). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 282,8 e a linha representa a meta que é 250.



INDICADORES DE ESFORÇO

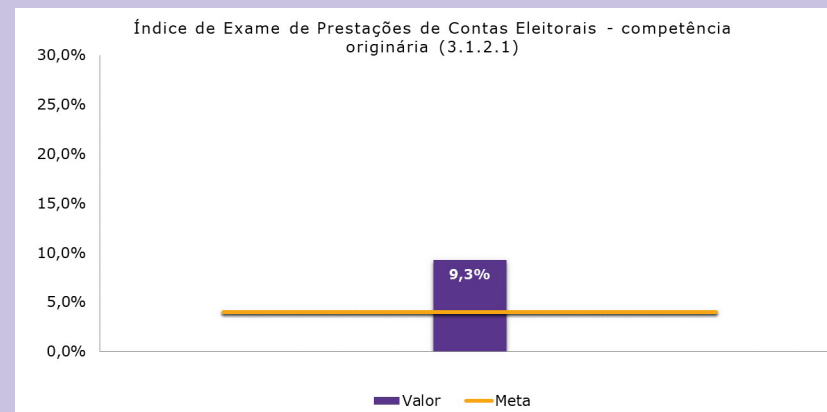


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais – competência originária (3.1.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 9,3% e a linha representa a meta que é 4%.

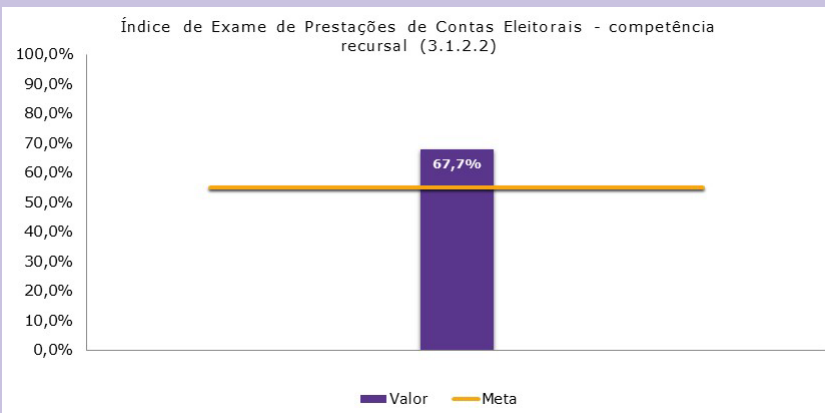


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Exame de Prestações de Contas Eleitorais - competência recursal (3.1.2.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 67,7% e a linha representa a meta que é 55%.

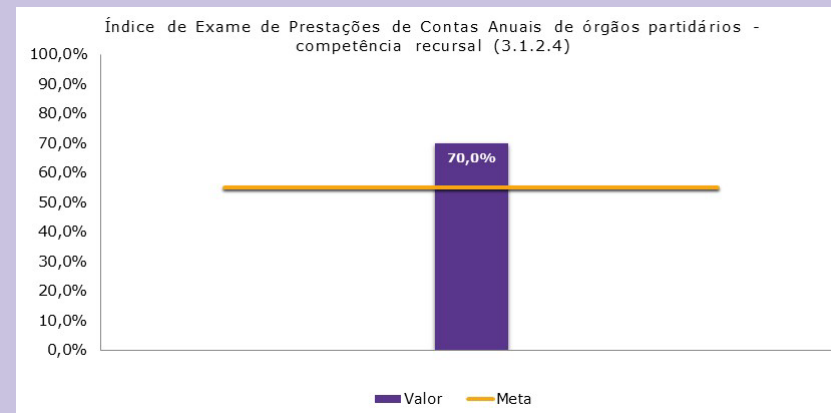


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência recursal (3.1.2.4). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 70% e a linha representa a meta que é 55%.

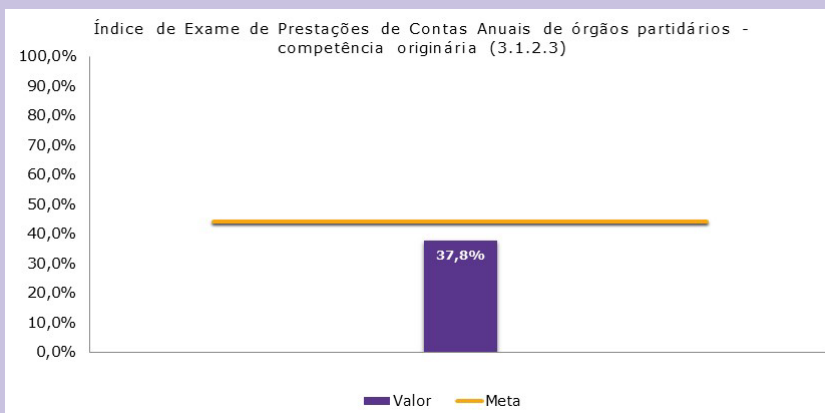


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Exame de Prestações de Contas Anuais de órgãos partidários - competência originária (3.1.2.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 37,8% e a linha representa a meta que é 44%.

Macrodesafio 4: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

O combate à corrupção, em nossa estratégia, ocorre em duas frentes: por meio da prestação jurisdicional e pelos trabalhos de apuração de desvios disciplinares. Abaixo, os resultados obtidos:

Objetivo estratégico 1: Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais



INDICADORES DE RESULTADO

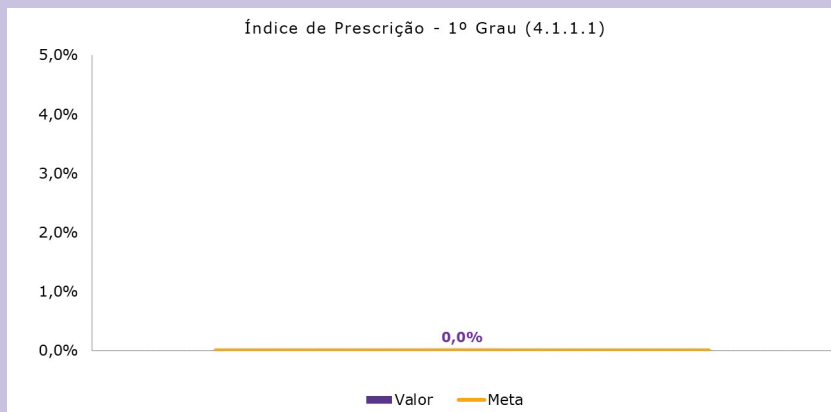


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Prescrição - 1º Grau (4.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 0% e a linha representa a meta que é 0%.

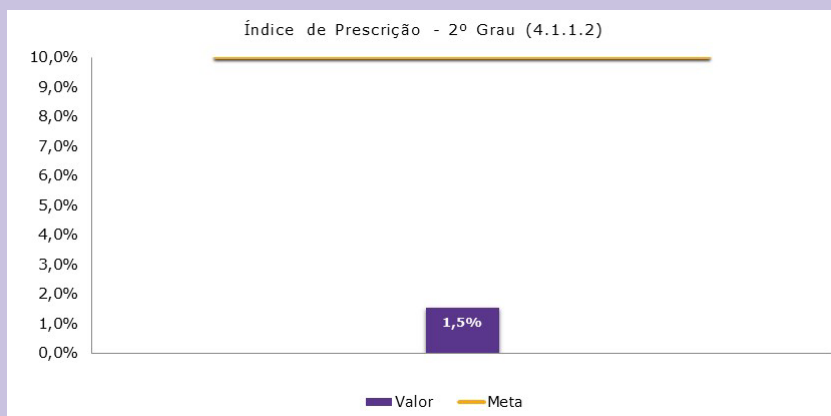


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Prescrição - 2º Grau (4.1.1.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 1,5% e a linha representa a meta que é 10%.

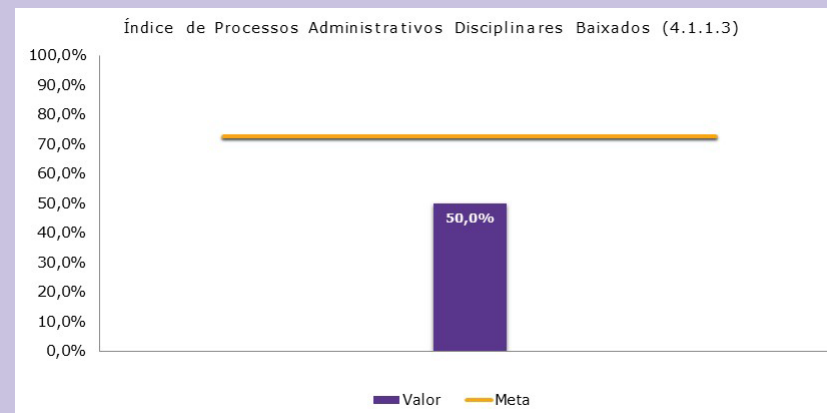


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados (4.1.1.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 50% e a linha representa a meta que é 72,5%.

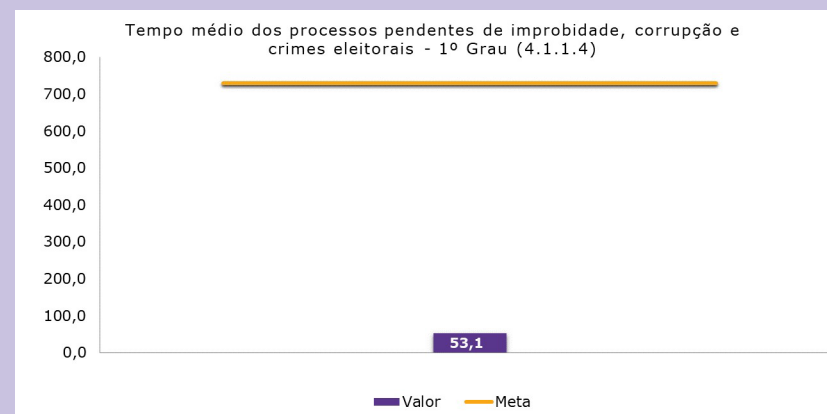


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 1º Grau (4.1.1.4). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 53,1 e a linha representa a meta que é 730.

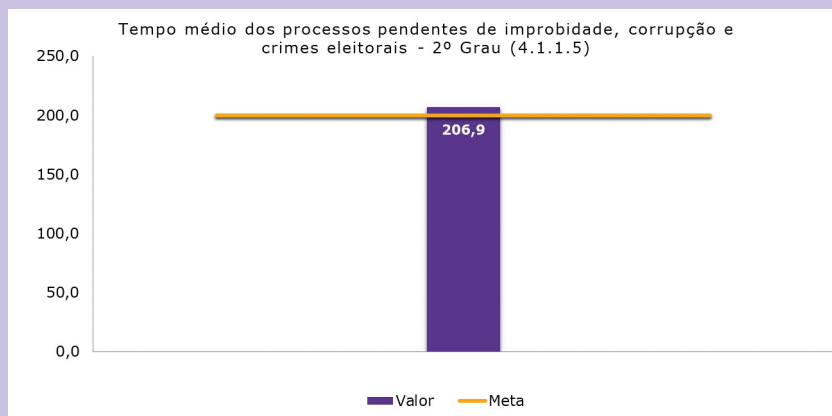
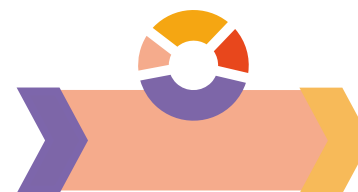
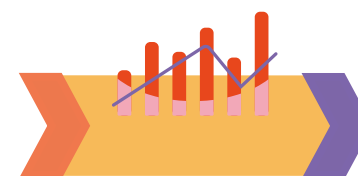
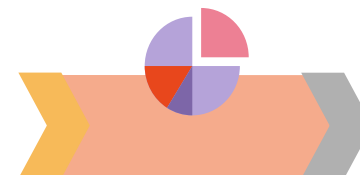
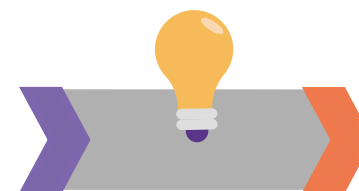


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais - 2º Grau (4.1.1.5). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 206,9 e a linha representa a meta que é 200.



Ações para o atingimento dos macrodesafios 3 e 4: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

O compromisso com a ética e com a aplicação dos recursos públicos deve ser uma preocupação constante em todos os órgãos. No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, a Portaria TRE-SP nº 45/2023 estabeleceu o Programa de Integridade e Compliance da instituição. Construído em 2022, o programa é composto pelos Códigos de Ética dos(as) servidores(as) e das unidades de auditoria interna e de licitações e contratos, das Políticas de gestão de riscos e de segurança da informação e do Plano de integridade e compliance, que detalha as atividades previstas para os próximos anos. Entre as ações a serem adotadas, destacam-se a identificação e o tratamento dos riscos à integridade nos processos de trabalho do Tribunal.

ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO NO TCU

A adesão ao programa e-Prevenção, do Tribunal de Contas da União, com o consequente acompanhamento de questões consideradas essenciais pela Administração.



**PROGRAMA NACIONAL DE
Prevenção à Corrupção**



**Programa de
Integridade e
Compliance**

Macrodesafio 5: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

O compromisso com a sociedade passa também pelo apoio a iniciativas de construção de um mundo mais justo e pleno de igualdade. Assim, o TRE-SP, ao incluir a promoção da sustentabilidade entre seus macrodesafios, se alia aos esforços coletivos rumo à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável defendidos pela Organização das Nações Unidas. Os resultados foram:

Objetivo estratégico 1: Promoção da Sustentabilidade



INDICADORES DE RESULTADO

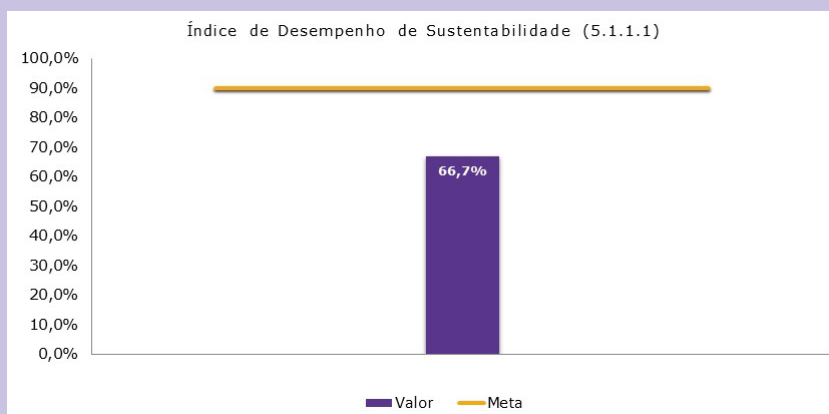


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Desempenho de Sustentabilidade (5.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 66,7% e a linha representa a meta que é 90%.



INDICADORES DE ESFORÇO

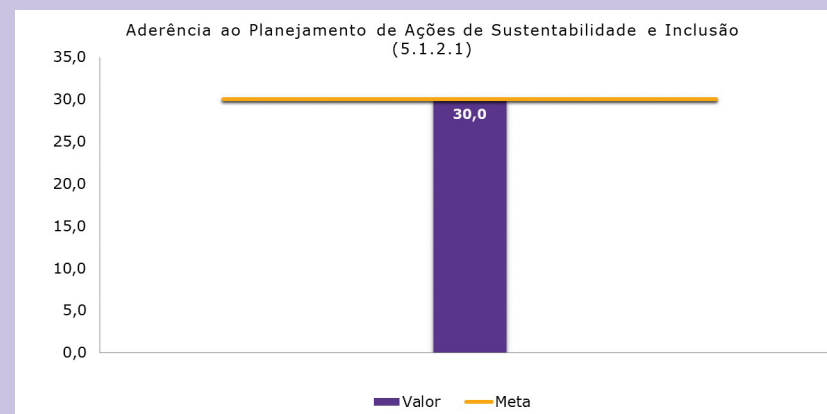


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Aderência ao Planejamento de Ações de Sustentabilidade e Inclusão (5.1.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 30 e a linha representa a meta que é 30.

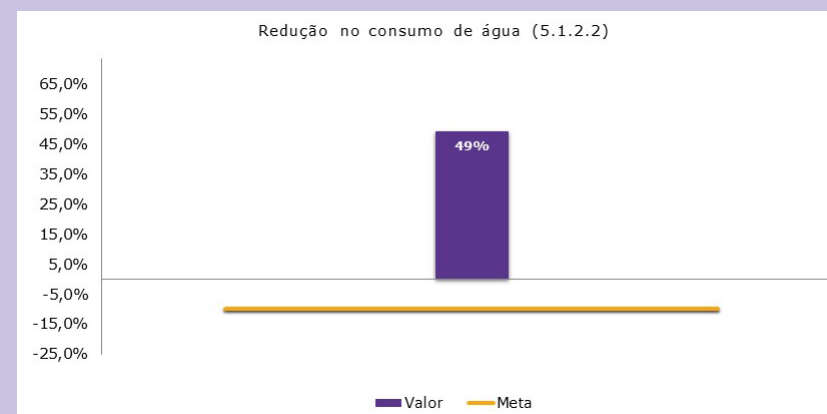


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Redução no consumo de água (5.1.2.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 49% e a linha representa a meta que é -10%.

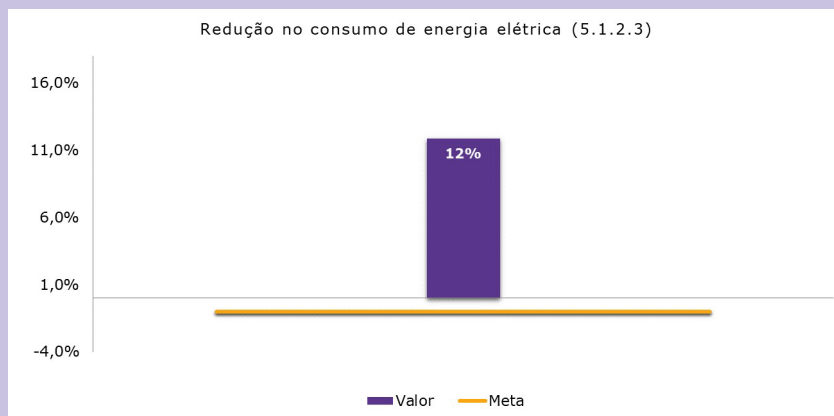


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Redução no consumo de energia elétrica (5.1.2.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 12% e a linha representa a meta que é -1%.

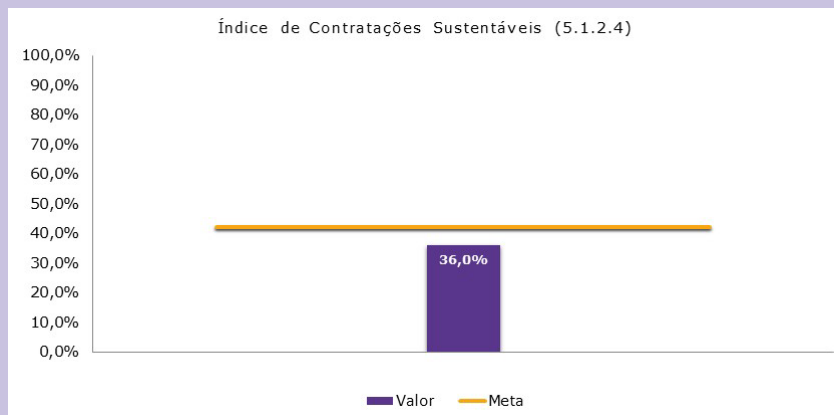


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Contratações Sustentáveis (5.1.2.4). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 36% e a linha representa a meta que é 42%.

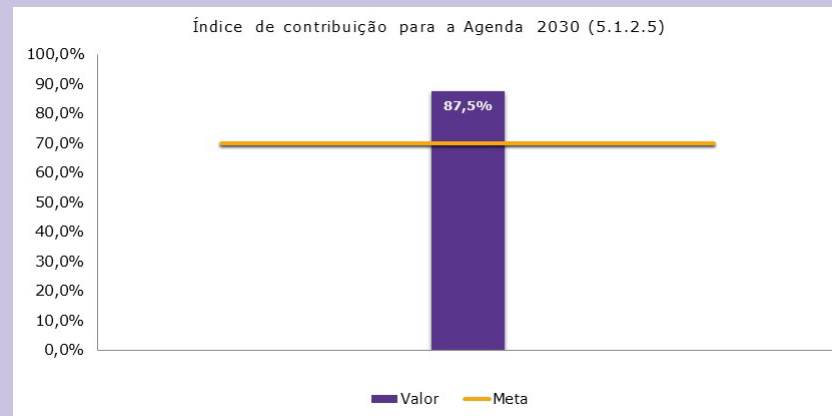


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de contribuição para a Agenda 2030 (5.1.2.5). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 87,5% e a linha representa a meta que é 70%.

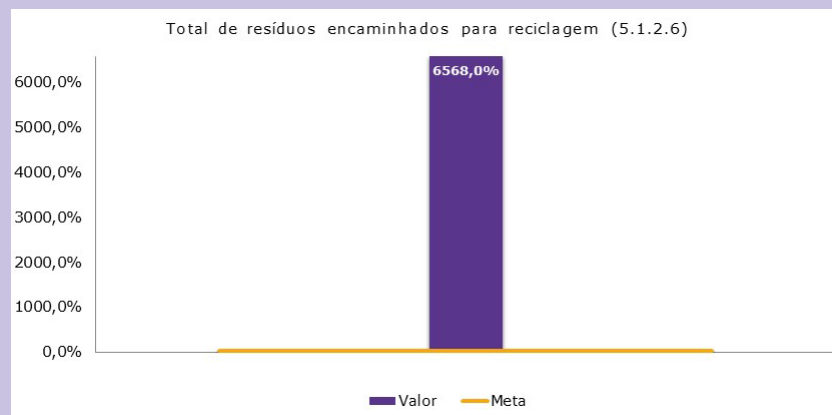


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Total de resíduos encaminhados para reciclagem (5.1.2.6). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 6568% e a linha representa a meta que é 30%.

Macrodesafio 6: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Aprimorar as técnicas de gestão traz grandes benefícios em médio e longo prazos. Busca-se um modelo de governança mais efetivo e transparente, e meios de gestão que tornem a organização mais eficiente. Obtivemos os seguintes resultados:

Objetivo estratégico 1: Fortalecer os processos de governança institucional



INDICADORES DE RESULTADO

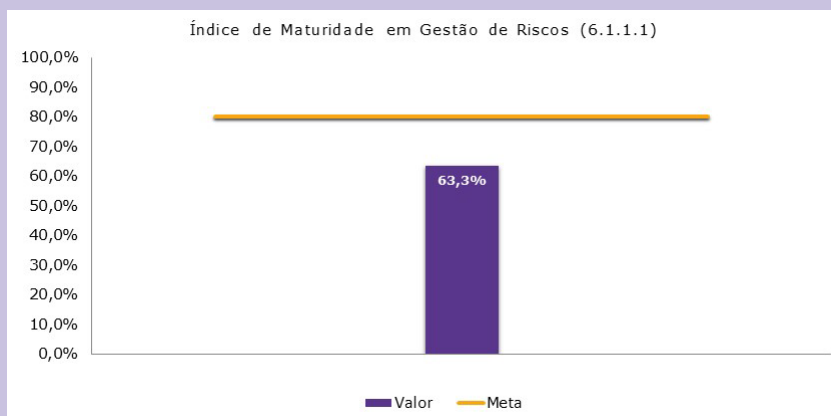


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Maturidade em Gestão de Riscos (6.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 63,3% e a linha representa a meta que é 80%.

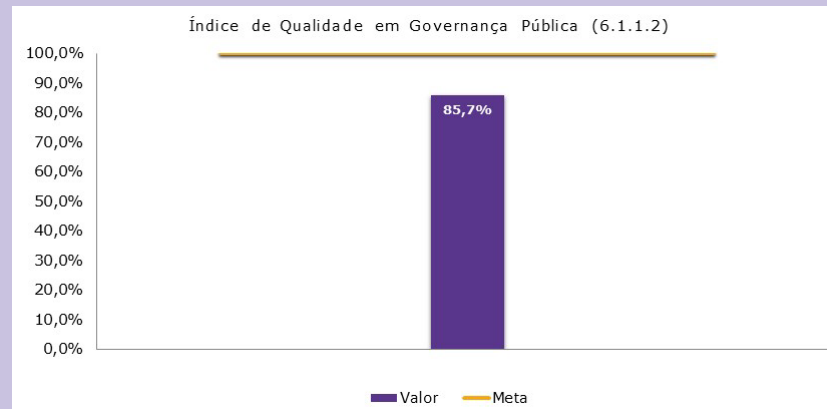


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Qualidade em Governança Pública (6.1.1.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 85,7% e a linha representa a meta que é 100%.



INDICADORES DE ESFORÇO

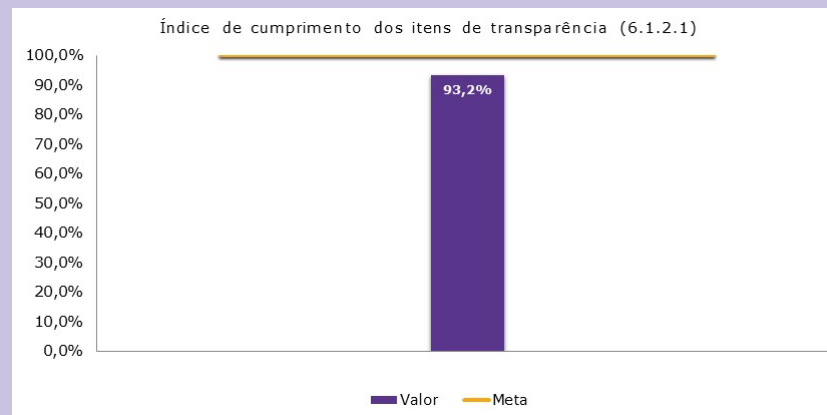


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de cumprimento dos itens de transparência (6.1.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 93,2% e a linha representa a meta que é 100%.

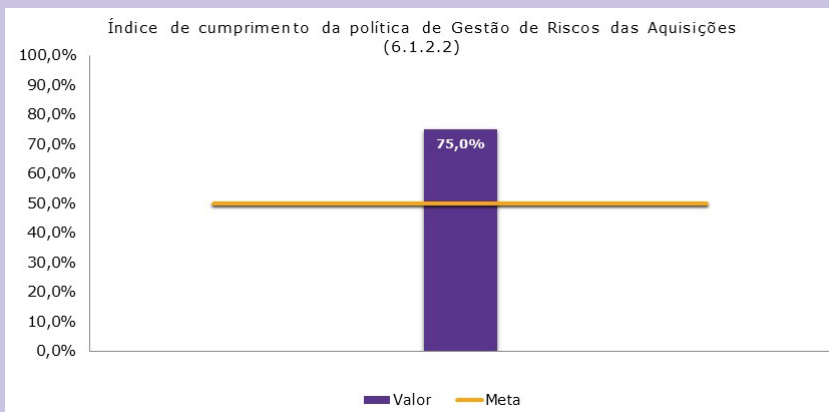


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de cumprimento da política de Gestão de Riscos das Aquisições (6.1.2.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 75% e a linha representa a meta que é 50%.

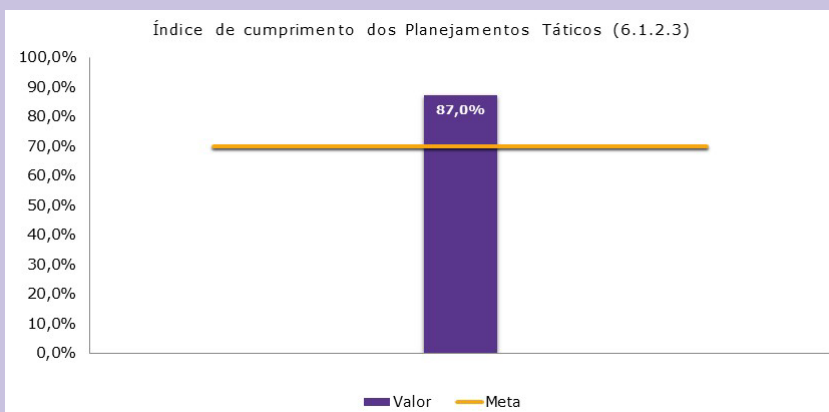


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de cumprimento dos Planejamentos Táticos (6.1.2.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 87% e a linha representa a meta que é 70%.

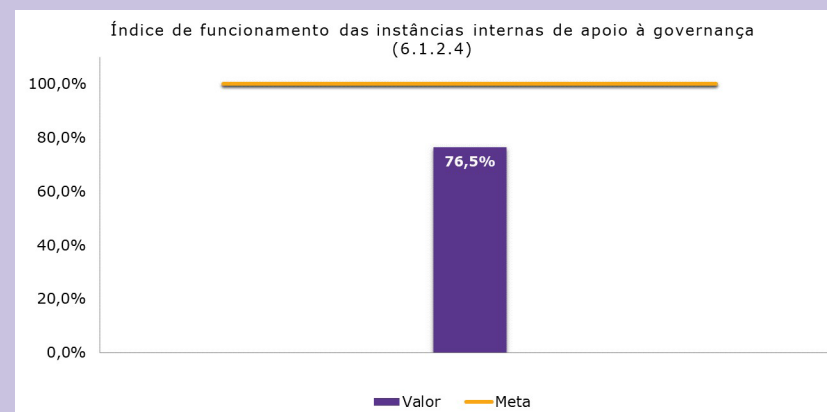


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de funcionamento das instâncias internas de apoio à governança (6.1.2.4). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 76,5% e a linha representa a meta que é 100%.

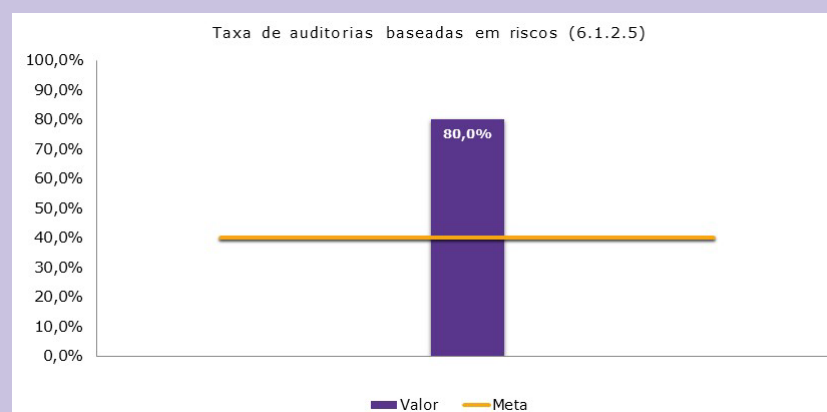


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Taxa de auditorias baseadas em riscos (6.1.2.5). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 80% e a linha representa a meta que é 40%.

Objetivo estratégico 2: Fortalecer a governança do processo eleitoral



INDICADORES DE RESULTADO

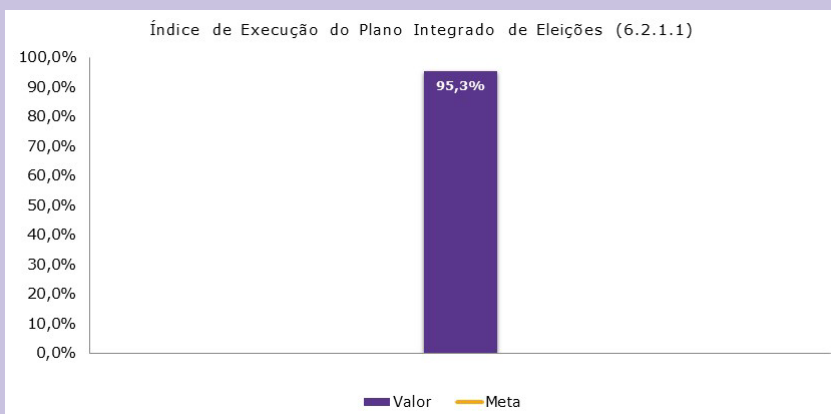


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Execução do Plano Integrado de Eleições (6.2.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 95,3%.

Objetivo estratégico 3: Identificar oportunidades de inovação e propor soluções, visando aumentar a produtividade e a eficácia do trabalho realizado pelas unidades administrativas



INDICADORES DE ESFORÇO

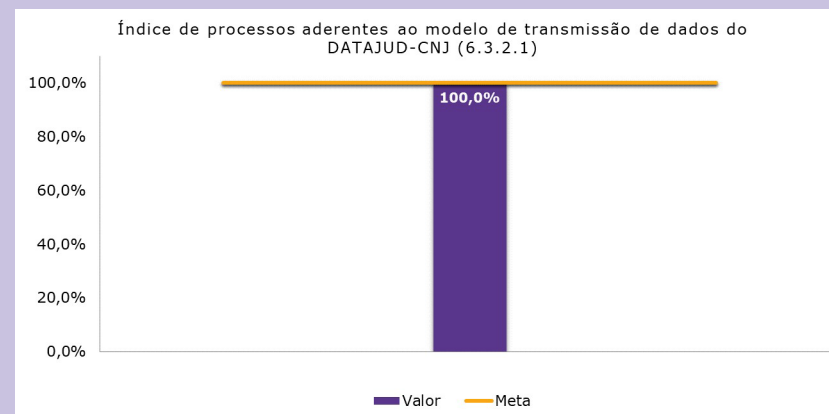


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de processos aderentes ao modelo de transmissão de dados do DATAJUD-CNJ (6.3.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 100% e a linha representa a meta que é 100%.

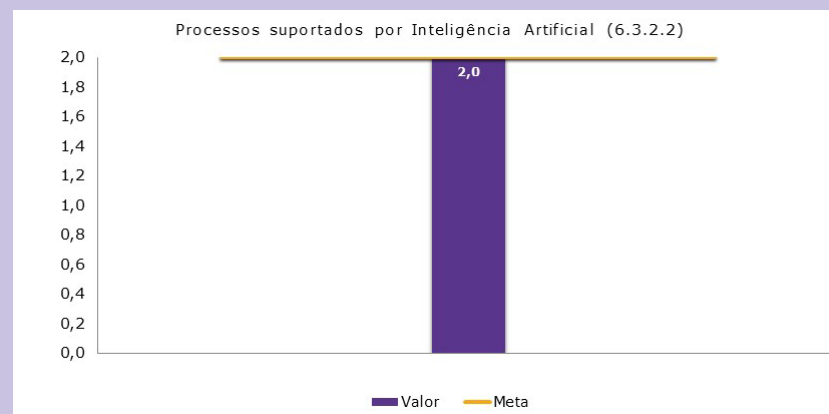


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Processos suportados por Inteligência Artificial (6.3.2.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 2 e a linha representa a meta que é 2.

Objetivo estratégico 4: Aprimorar a transparência institucional e facilitar o acesso às informações de caráter público



INDICADORES DE ESFORÇO

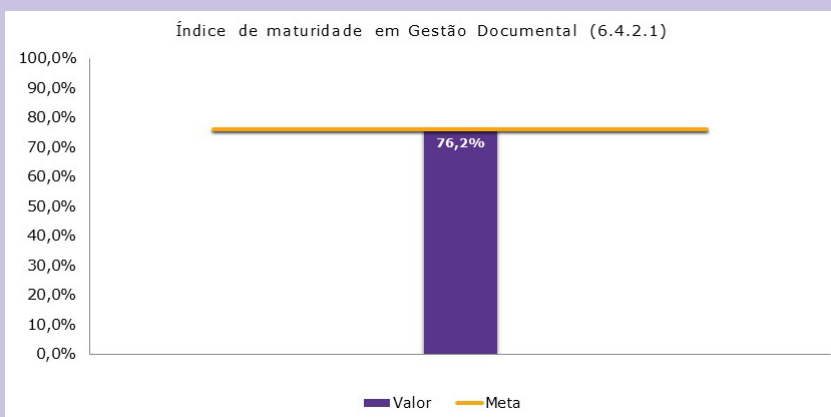
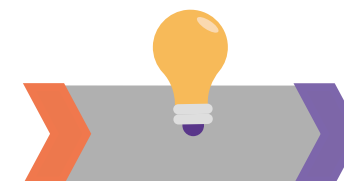
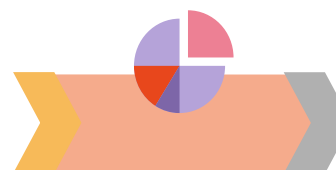
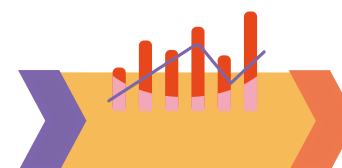


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de maturidade em Gestão Documental (6.4.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 76,2% e a linha representa a meta que é 76%.



Ações para o atingimento do macrodesafio 6: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Durante o ano de 2022, o TRE-SP investiu continuamente no aperfeiçoamento dos macrodesafios aqui tratados. Dentre as ações, destacamos:

APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

- ▶ Atualização da Política de Gestão de Riscos
- ▶ Implantação do Sistema de Gestão de Riscos
- ▶ Monitoramento da Gestão da Estratégia por painéis interativos
- ▶ Aprovação do Plano de Continuidade de Negócio – Plano de Continuidade Operacional e Plano de Recuperação de Desastres

DESTAQUES

Conquista do Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade, sendo que no Eixo Governança o TRE-SP obteve a maior pontuação (81,79% do total de pontos possíveis, conforme Portaria CNJ 170/2022)



Avaliação positiva no Ranking de Transparência do CNJ (93,33% da pontuação prevista na Portaria CNJ 106/2022)



Ranking de
Transparência

GESTÃO DOCUMENTAL E DA MEMÓRIA:

- ▶ Instituição da Política de Gestão Documental e da Memória
- ▶ Plano de Classificação de Documentos
- ▶ Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos e Processos
- ▶ Estruturação das unidades responsáveis pela Gestão Documental e pela Gestão da Memória

DESTAQUES

Realização de ações para preservação da memória: Exposição “Uma Toga para Duas Cortes” e lançamento do livro “Voto é memória: a imagem da democracia brasileira em São Paulo (1932-1965)”



Macrodesafio 7: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Uma organização realiza sua missão por meio das pessoas que nela atuam. Sem o aperfeiçoamento da gestão de pessoas, não há possibilidade de a organização se manter de forma sustentável. Abaixo, os nossos resultados:

Objetivo estratégico 1: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



INDICADORES DE RESULTADO

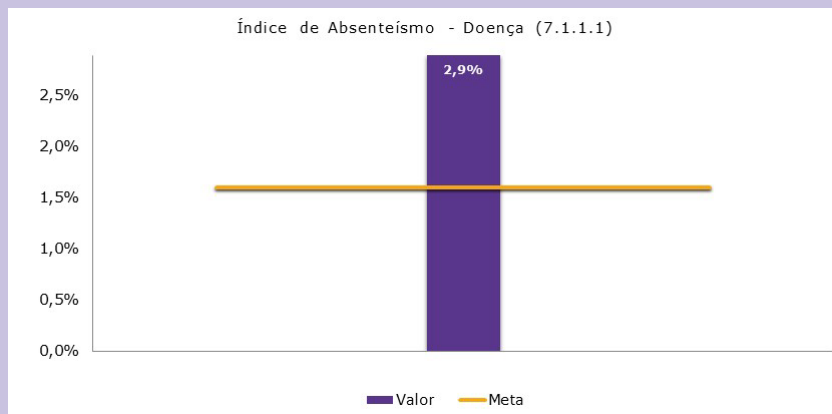


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Absenteísmo - Doença (7.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 2,9% e a linha representa a meta que é 1,6%.

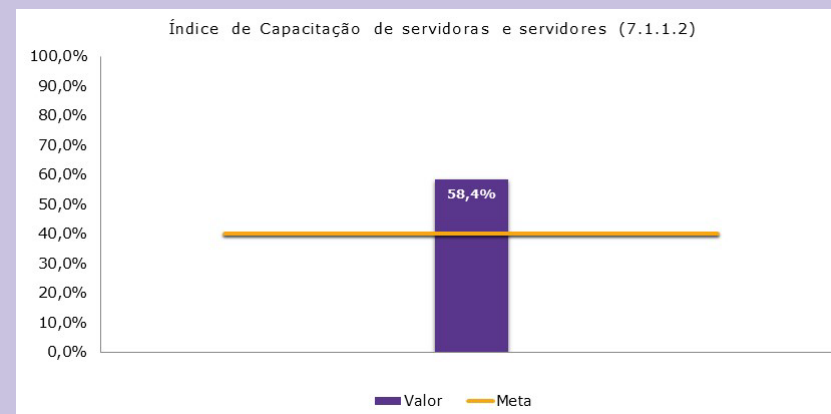


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Capacitação de servidoras e servidores (7.1.1.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 58,4% e a linha representa a meta que é 40%.

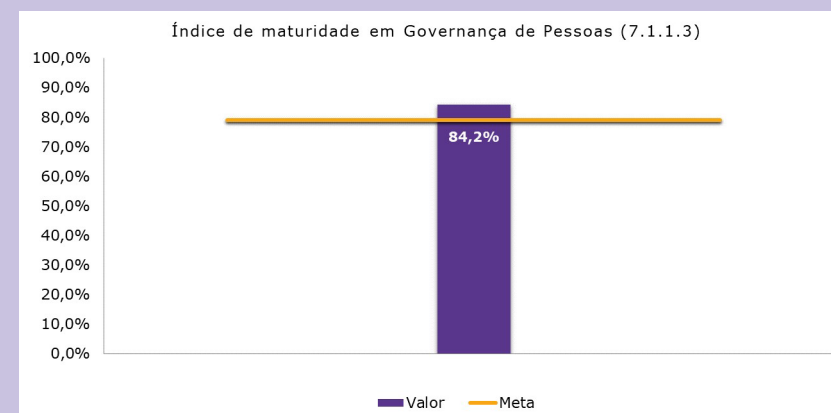


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de maturidade em Governança de Pessoas (7.1.1.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 84,2% e a linha representa a meta que é 79%.



INDICADORES DE ESFORÇO

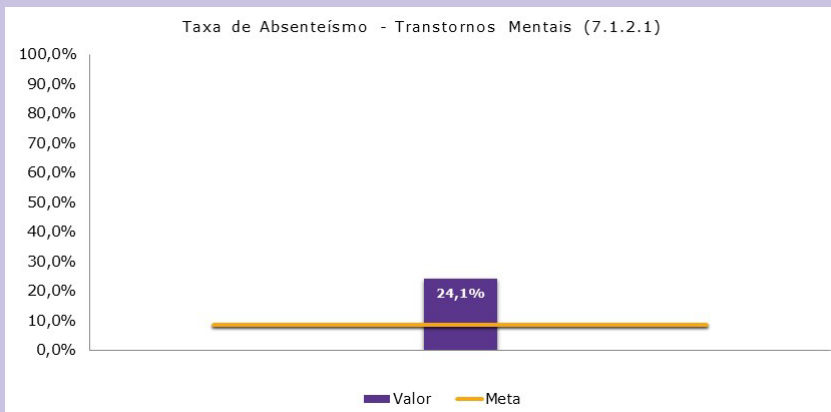


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Taxa de Absenteísmo - Transtornos Mentais (7.1.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 24,1% e a linha representa a meta que é 8,6%.

Macrodeseio 8: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O bom uso do dinheiro público é não apenas uma meta do TRE-SP, mas um compromisso de todo o seu corpo de magistrados e servidores. Foram obtidos os seguintes resultados:

Objetivo estratégico 1: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira



INDICADORES DE RESULTADO

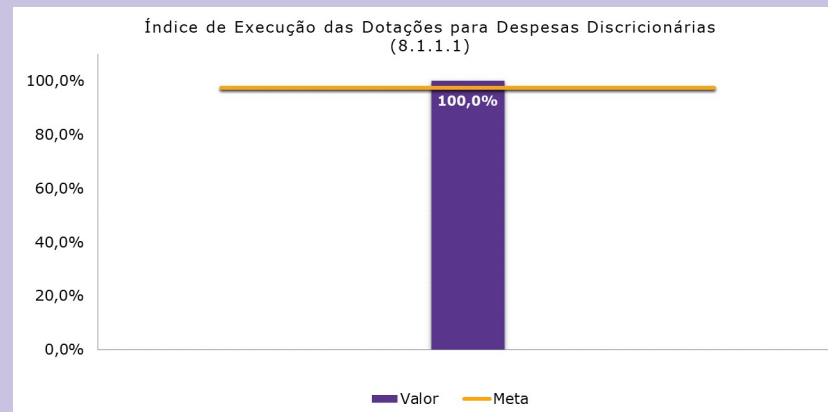


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (8.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 100% e a linha representa a meta que é 97,5%.

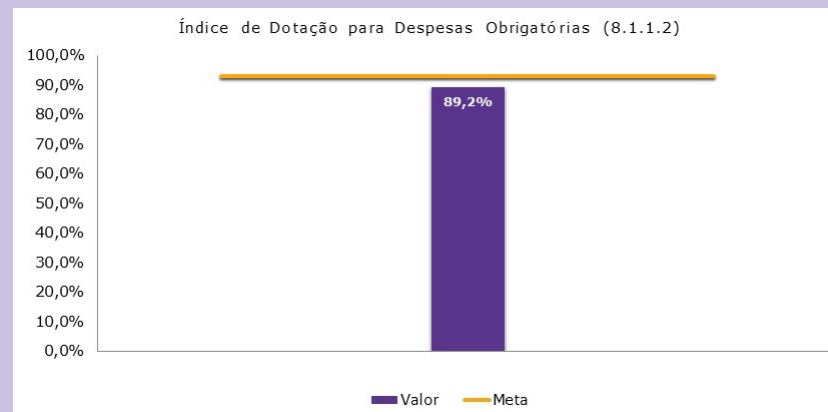


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de Dotação para Despesas Obrigatórias (8.1.1.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 89,2% e a linha representa a meta que é 93%.

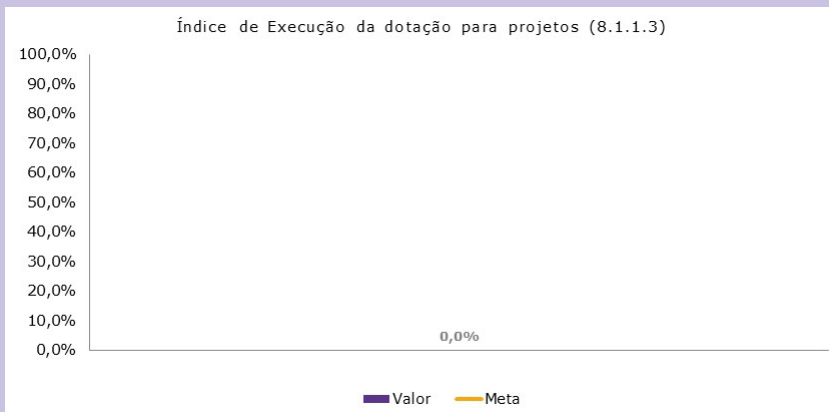


Gráfico denominado Índice de Execução da dotação para projetos (8.1.1.3) apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 0%.



INDICADORES DE ESFORÇO

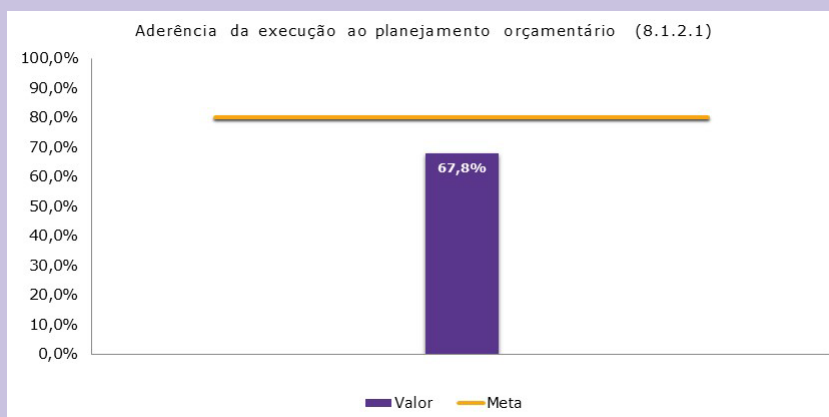


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Aderência da execução ao planejamento orçamentário (8.1.2.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 67,8% e a linha representa a meta que é 80%.

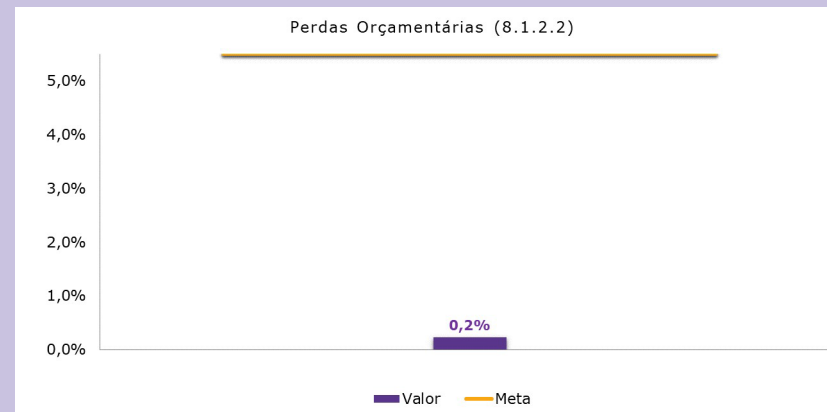


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Perdas Orçamentárias (8.1.2.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 0,2% e a linha representa a meta que é 5,5%.



Ações para o atingimento dos macrodesafios 7 e 8: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas e Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

TELETRABALHO E RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL

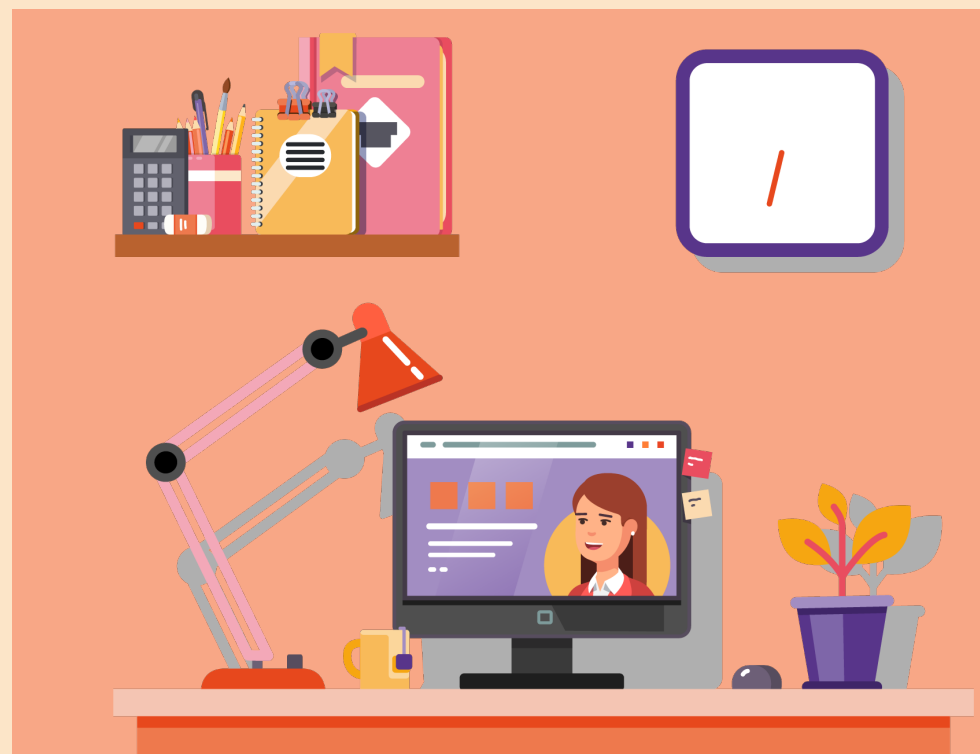
O início de 2022 foi marcado pelo recrudescimento da pandemia da Covid-19, exigindo a suspensão do plano de retorno presencial gradual definido em 2021 e a continuidade das medidas adotadas de distanciamento social para a preservação da saúde de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários, terceirizadas e terceirizados, advogadas e advogados e usuárias e usuários dos serviços da Justiça Eleitoral, conforme instruções publicadas na Resolução TRE-SP nº 575/2022.

Ainda assim, foram garantidos os atendimentos nos cartórios, postos eleitorais e na Secretaria do Tribunal, bem como a realização das atividades inadiáveis necessárias para a preparação das eleições gerais de 2022.

A retomada total das atividades presenciais, em abril, foi acompanhada da implantação do teletrabalho na Justiça Eleitoral paulista, normatizada pela Resolução TRE-SP nº 567/2021 (posteriormente alterada pela Resolução TRE-SP nº 593/2022). Devido às eleições, o teletrabalho foi suspenso de agosto a outubro nos cartórios eleitorais e, em outubro, em todo o Tribunal.

Esse regime de trabalho apresenta diversas vantagens, como o aumento da qualidade do trabalho e da produtividade do Tribunal, a promoção de mecanismos para atrair, motivar e comprometer os(as) colaboradores(as) com os objetivos da instituição, além de contribuir para os programas socioambientais e melhorar a qualidade de vida das servidoras e dos servidores.

Com a consolidação do teletrabalho, o Tribunal deu início a estudos e projetos-pilotos de implantação de layouts em formato compartilhado (*coworking*), que favorecem o trabalho colaborativo, incentivam a comunicação e ampliam a circulação de ideias.



Macrodesafio 9: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Justiça Eleitoral é conhecida pela urna eletrônica, elemento essencial à realização das eleições. Mas o cuidado com a estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação vai muito além da própria urna, passando por todos os equipamentos e sistemas internos. Também engloba a preservação dos dados institucionais e pessoais sob a guarda da instituição. Para este macrodesafio, tivemos os seguintes resultados:

Objetivo estratégico 1: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



INDICADORES DE RESULTADO

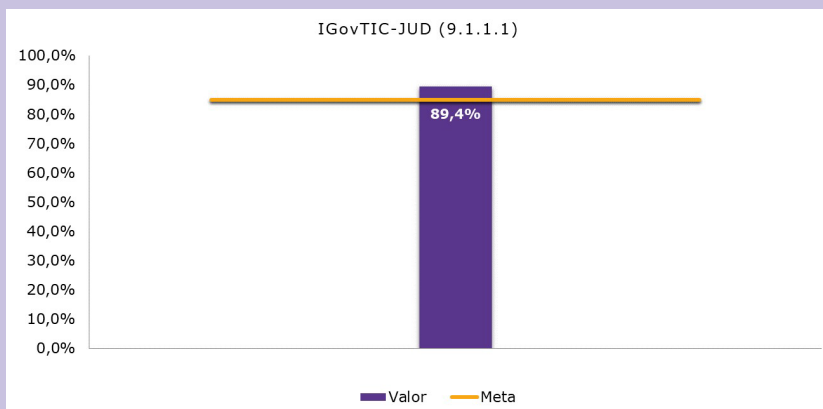


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é IGovTIC-JUD (9.1.1.1). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 89,4% e a linha representa a meta que é 85%.



Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Índice de maturidade em gestão de dados pessoais (9.1.1.2). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 63,7% e a linha representa a meta que é 84%.

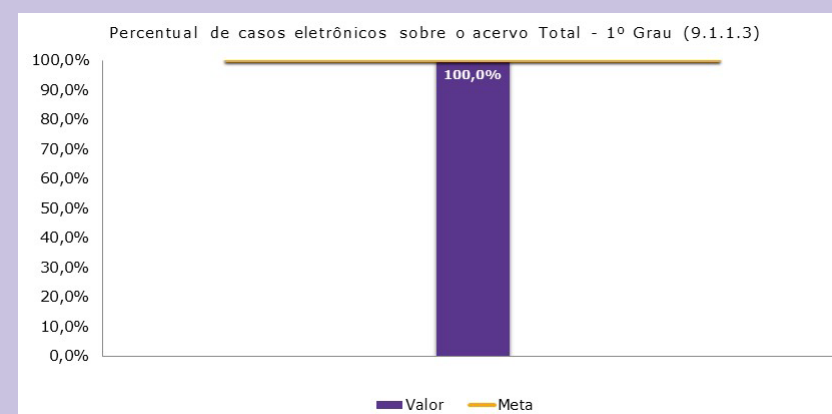


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo Total - 1º Grau (9.1.1.3). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 100% e a linha representa a meta que é 100%.

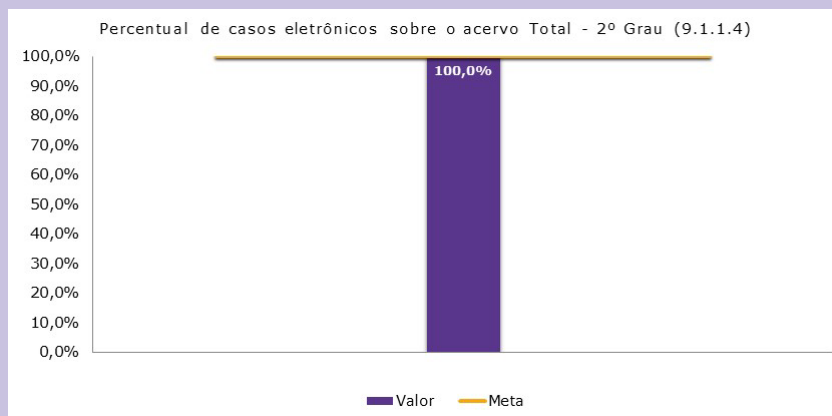
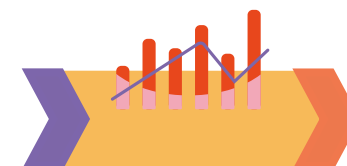
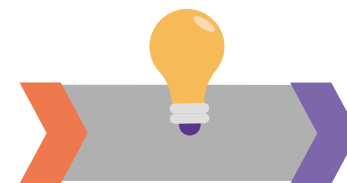


Gráfico colorido contendo 01 barra na cor roxa e 01 linha na cor laranja. No título do gráfico é apresentado o nome do indicador que é Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo Total - 2º Grau (9.1.1.4). A barra apresenta o resultado do indicador que foi apurado em 100% e a linha representa a meta que é 100%.

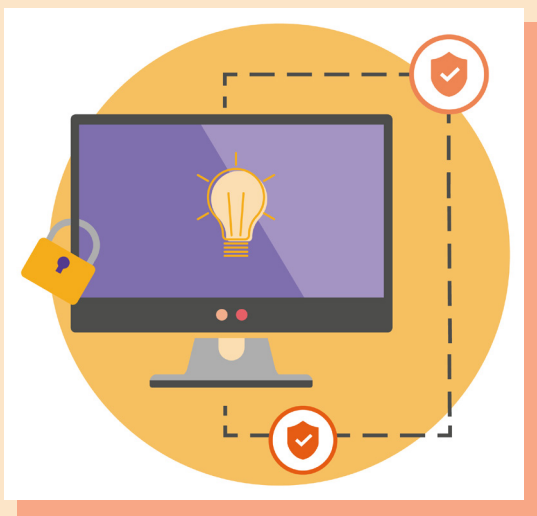


Ações para o atingimento do macrodesafio 9: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

SEGURANÇA CIBERNÉTICA



Visando ampliar a **segurança da informação** na instituição, o TRE-SP investiu na implementação de ações em diversas frentes. Desde a definição do Plano de Educação e Cultura e a aquisição de Plataforma de Conscientização, passando pelo aperfeiçoamento dos processos internos e o aumento da segurança em camadas, foi possível garantir, novamente, a inexistência de incidentes cibernéticos com danos a dados e a serviços essenciais de TIC. Além disso, foram concluídos diversos projetos de contratação de equipamentos e de soluções de segurança cibernética capazes de impulsionar a conscientização dos usuários(as) e o monitoramento, o controle e a rápida resposta por parte das equipes técnicas, se necessário.



APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TIC



A **governança de TIC** segue em constante evolução e tem avançado por meio da implantação de processos e controles internos. As medidas adotadas conduziram o TRE-SP à melhoria do índice de governança de TIC (iGovTIC-JUD), que passou de 84,48 para 89,42, mantendo a Justiça Eleitoral paulista em nível de excelência e demonstrando o compromisso do órgão com a qualidade dos serviços digitais prestados à sociedade.

SOLUÇÃO EM NUVEM



Também merece destaque a contratação de **solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem pública**, fruto da dedicação consistente, durante todo o ano de 2022, da equipe multidisciplinar que se empenhou para garantir a implantação da ferramenta no TRE-SP.

A solução promoverá uma verdadeira revolução nos processos de trabalho, ao proporcionar benefícios como acesso a recursos computacionais compartilhados, alta disponibilidade a partir de diferentes dispositivos conectados à internet, maior flexibilidade para adequar a infraestrutura em função de variações na demanda, redução de riscos de segurança cibernética, além de potencial redução de custos e da incorporação de recursos de controle e auditoria de dados exigidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Dotação autorizada

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício 2022 (Lei nº 14.303/2022) destinou ao TRE-SP um valor inicial de R\$ 886,1 milhões para o orçamento ordinário. Ao longo do ano, alterações orçamentárias elevaram a dotação autorizada para R\$ 931,5 milhões.



O acréscimo de R\$ 72,6 milhões destinou-se, principalmente, à complementação de recursos para despesas com servidores ativos, contribuição patronal, auxílio-alimentação e assistência médica, decorrentes de novos provimentos, e para o reajuste da assistência médica, com a equiparação do benefício da Justiça Eleitoral em âmbito nacional. Houve também, nas ações “Julgamento de Causas” e “Segurança da Informação”, remanejamento de sobras de custeio para investimento, além de suplementação na ação “Segurança da Informação”, com fonte do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, na rubrica de investimento.

O decréscimo de R\$ 27,2 milhões corresponde ao cancelamento de sobras apuradas ao final do exercício, nas dotações destinadas a pessoal, benefícios e reformas. Na ação “Julgamento de Causas”, destinada à manutenção da infraestrutura física do órgão, as sobras foram oriundas de contratos de serviços e terceirizados, contas públicas e economias obtidas em novas licitações, bem como materiais e serviços que não puderam ser processados, totalizando R\$ 16,3 milhões. A maior parte foi remanejada para a rubrica de investimento (R\$ 13,8 milhões) e o restante, direcionado ao Tribunal Superior Eleitoral (R\$ 2,5 milhões). Do mesmo modo, houve conversão de recursos de custeio para investimento na ação “Segurança da Informação”.

As ações orçamentárias são separadas por grupo de natureza de despesa: pessoal e encargos, outras despesas correntes (ODC) e investimento.

Em R\$					
AÇÃO	Grupo	Dotação inicial	Acréscimos	Decréscimos	Dotação autorizada
Servidores ativos	Pessoal e encargos	473.062.082	29.117.503	-5.000.000	497.179.585
Aposentadorias e pensões	Pessoal e encargos	182.135.116	950.918	-500.000	182.586.034
Contribuição patronal	Pessoal e encargos	90.656.213	2.476.197	-1.000.000	92.132.410
Auxílio-alimentação	ODC	22.409.820	1.197.315	-194.000	23.413.135
Assistência médica	ODC	17.914.908	17.534.166	-180.000	35.269.074
Assistência pré-escolar	ODC	3.048.312	127.925	-90.000	3.086.237
Auxílio-transporte	ODC	857.280	0	-200.000	657.280
Aux. natalidade e funeral	ODC	573.999	0	0	573.999
Julgamento de causas e gestão administrativa	ODC	78.915.356	117.160	-16.313.858	62.718.658
Julgamento de causas e gestão administrativa	Investimento	1.615.849	12.850.740		14.466.589
Segurança da Informação	ODC	7.154.021	235.200	-3.488.191	3.901.030
Segurança da Informação	Investimento	7.154.021	7.944.591	0	15.098.612
Reformas	ODC	634.025	0	-190.207	443.818
TOTAL		886.131.002	72.551.715	-27.156.256	931.526.461

A partir de 2022, obras e reformas passaram a ser programadas, obrigatoriamente, em ação padronizada de Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, a fim de atribuir um marcador aos gastos de manutenção de ativos da União nos sistemas de orçamento e contabilidade. Essa alteração está alinhada às recomendações do Fundo Monetário Internacional - FMI, presentes no Relatório de Avaliação da Gestão do Investimento Público.

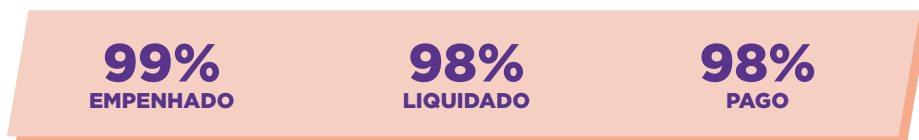
Também houve alteração nas dotações destinadas à segurança da informação, que passaram a ser alocadas em ação própria, dada a relevância do tema no contexto atual.

Alocação orçamentária - Finalidade dos recursos



Execução

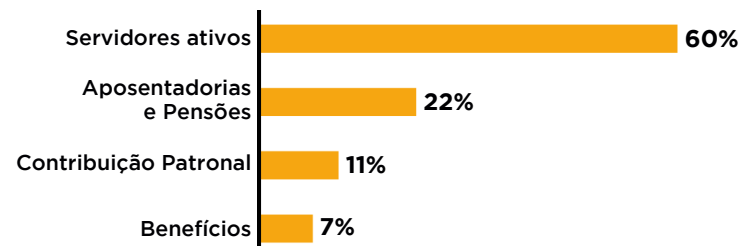
Da dotação autorizada de R\$ 931,5 milhões, tivemos:



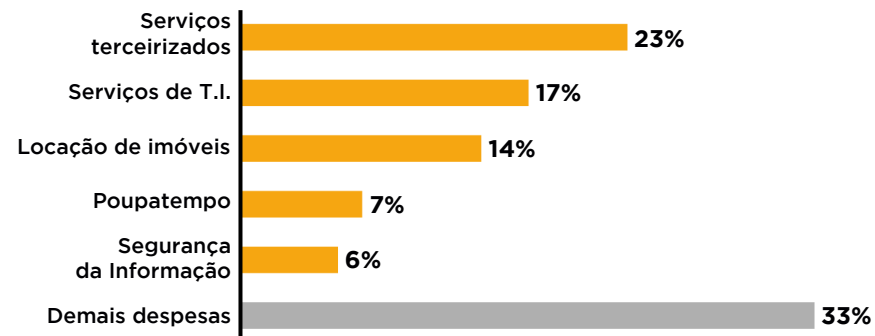
Desde 2017, o TRE-SP empenha-se em cumprir rigorosamente os limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos, mas sempre zelando pela qualidade dos serviços prestados à sociedade. Para atender as demandas, além de considerar os recursos disponíveis, foram adotadas práticas que objetivam a redução de custos e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

A gestão orçamentária está alinhada ao Plano Estratégico Institucional 2021-2026, que tem entre seus indicadores “aderência da execução ao planejamento orçamentário” e “perdas orçamentárias”. Em 2022, o Tribunal atingiu 68% e 100% da meta para esses indicadores, respectivamente.

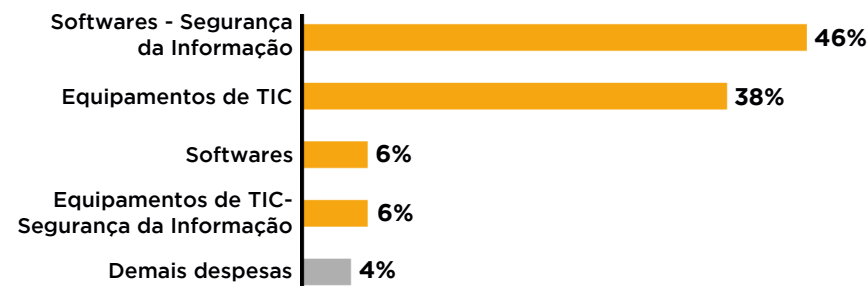
Despesas obrigatórias Total empenhado: R\$824,3 milhões



Despesas discricionárias de custeio Total empenhado: R\$67,1 milhões



Despesas discricionárias de investimento Total empenhado: R\$29,6 milhões



Comparativo da execução orçamentária e financeira - Biênio 2021/2022

Em R\$

	2022				2021				VARIAÇÃO EMPENHADO (%) (B/F)	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR (%) (D/H)
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	EMPENHADO (B)	PAGO (C)	RESTOS A PAGAR (D)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)	EMPENHADO (F)	PAGO (G)	RESTOS A PAGAR (H)		
Desp. obrigatórias	834.897.754	824.339.349	818.761.609	5.577.740	800.348.190	793.891.284	790.832.821	3.058.463	4%	82%
Custeio	67.063.506	67.055.148	63.647.778	3.407.371	50.366.038	50.360.755	46.911.796	3.448.959	33%	-1%
Investimento	29.565.201	29.565.192	25.904.949	3.660.243	18.404.625	18.404.051	17.389.691	1.014.360	61%	261%
Total geral	931.526.461	920.959.690	908.314.336	12.645.354	869.118.853	862.656.090	855.134.308	7.521.782	7%	68%

Análise comparativa

Despesas obrigatórias

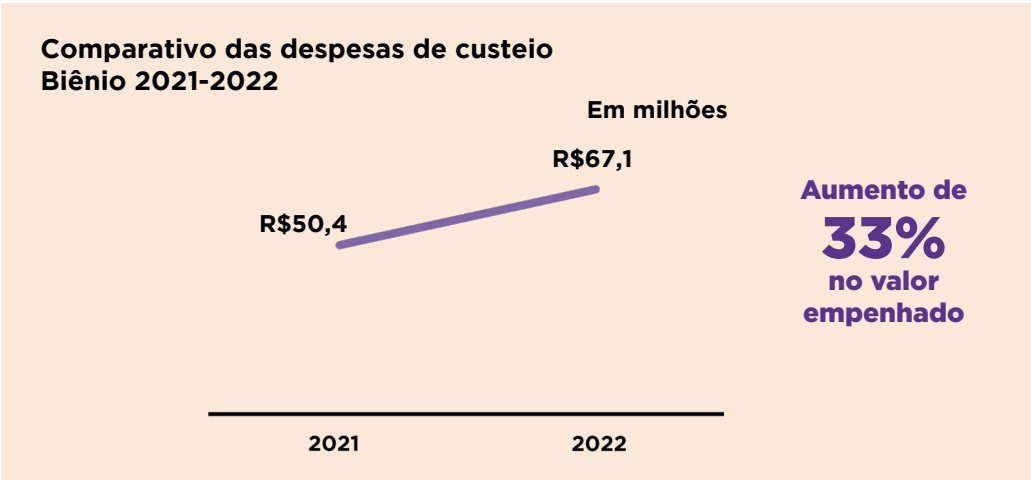
Em R\$

DESPESA	2022	2021	VARIAÇÃO
Contribuição patronal	90.799.324,42	90.777.101,23	0%
Servidores ativos	490.883.199,98	479.524.273,82	2%
Aposentadorias e pensões	180.524.261,23	179.335.278,57	1%
Assistência médica	35.045.313,08	18.004.513,08	95%
Assistência pré-escolar	3.075.575,34	3.076.284,40	0%
Auxílio-transporte	615.267,68	236.948,37	160%
Auxílio-alimentação	23.074.921,82	22.578.629,67	2%
Auxílio-funeral e natalidade	321.485,44	358.254,90	-10%
Total	824.339.348,99	793.891.284,04	4%

Em 2022, as despesas obrigatórias tiveram um aumento de 4% nos valores empenhados, devido ao reajuste da assistência médica, com a equiparação do benefício no âmbito da Justiça Eleitoral, e também aos novos provimentos, destinados à recomposição da força de trabalho, principalmente em razão da implementação da Lei n. 14.234/2021, que criou cargos e funções para o TRE-SP.

Despesas discricionárias de custeio

Em comparação a 2021, houve um acréscimo de 33% nas despesas de custeio. O impacto foi causado, sobretudo, pelos gastos com serviços terceirizados e de tecnologia da informação, locação de imóveis, atendimento em unidades do Poupatempo, diárias e passagens, fretes, água, energia elétrica e reformas. O retorno ao trabalho presencial, tanto na Secretaria quanto nos Cartórios Eleitorais, após as restrições provocadas pela pandemia da COVID-19 em 2021, explica o aumento de algumas dessas despesas.



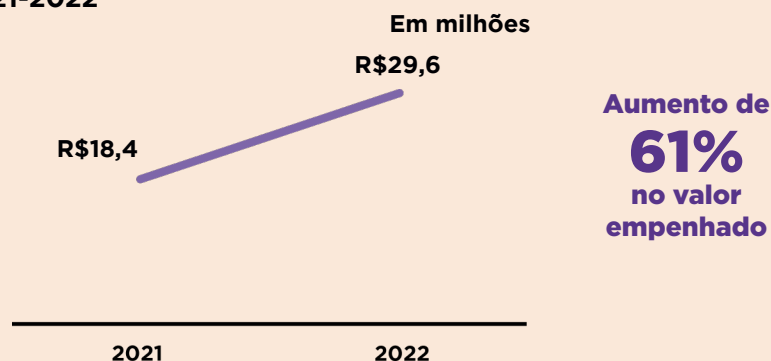
Despesas discricionárias de investimento

A variação na execução orçamentária de investimento é natural, tendo em vista que as estratégias e prioridades de cada ano são diferentes e dependem da disponibilidade de recursos. O aproveitamento de sobras orçamentárias que ocorrem internamente e no âmbito da Justiça Eleitoral, ao longo do exercício, viabilizam esse tipo de despesa.

O aumento de 61% na rubrica de investimento, em relação a 2021, está relacionada a aquisições estratégicas para o TRE-SP: foram comprados equipamentos e softwares destinados tanto à segurança da informação, quanto a dar suporte à instalação da sala-cofre.

Destaca-se que os investimentos realizados têm o potencial de aperfeiçoar tanto o atendimento aos cidadãos e às cidadãs quanto os processos de trabalho, em consonância ao macrodesafio “fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados”.

Comparativo das despesas de investimento Biênio 2021-2022

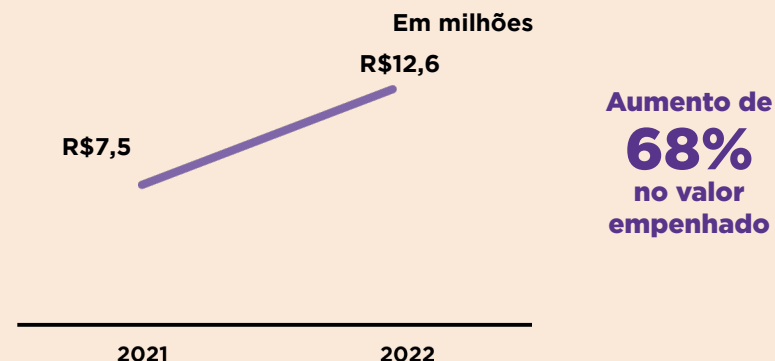


Inscrição em Restos a Pagar

Em 2022, o total inscrito em restos a pagar foi 68% superior ao valor de 2021. Isso aconteceu devido à inscrição de despesas com serviço extraordinário prestado em dezembro e durante o recesso do mesmo mês, além de pendências de horas credoras administrativas, e também com equipamentos de informática e instalação da sala-cofre, cujos prazos de entrega ainda não haviam se esgotado até o final do exercício.

Ainda assim, o TRE-SP está continuamente aprimorando seu planejamento, sempre buscando reduzir o volume inscrito em restos a pagar a cada exercício, sobretudo em função das limitações financeiras impostas pela EC nº 95/2016. A principal estratégia adotada é o pagamento das despesas continuadas dentro do próprio exercício, em especial as relativas ao mês de dezembro.

Comparativo das inscrições em restos a pagar Biênio 2021-2022

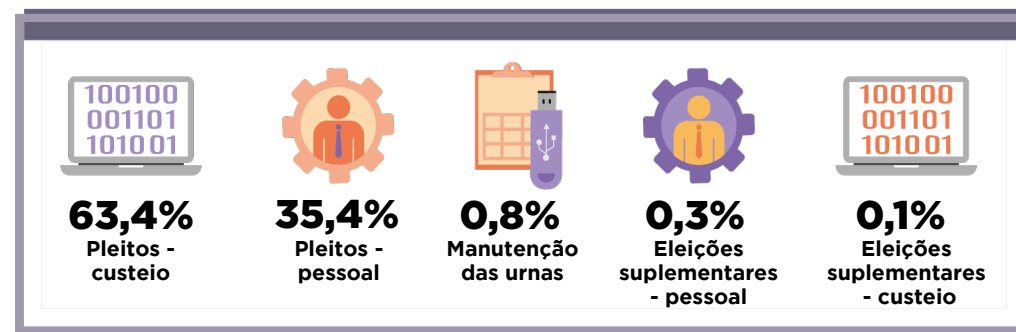


DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP

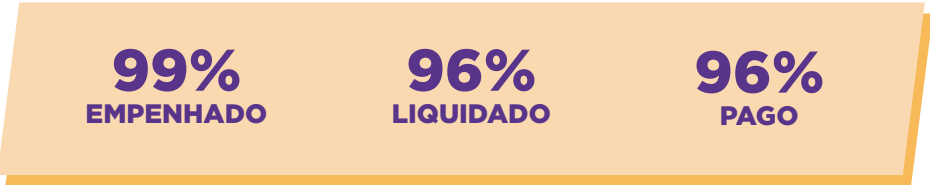
Além do orçamento disponibilizado por meio da Lei Orçamentária Anual, o TRE-SP recebe recursos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) destinados às ações de pleitos eleitorais.

Com relação ao projeto da biometria, considerando que a coleta de dados permaneceu suspensa durante o ano de 2022 em função das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, não houve descentralização de créditos para essa ação.

Em 2022, foram repassados créditos no total de R\$ 113,7 milhões, com as seguintes finalidades:



Do montante descentralizado de R\$ 113,7 milhões, tivemos:



Comparativo da execução orçamentária e financeira - Biênio 2021/2022

A execução dos orçamentos descentralizados pelo TSE possui peculiaridades em relação à possibilidade de comparação, pois os gastos não possuem, necessariamente, periodicidade anual.

São despesas que variam em anos eleitorais e não eleitorais, como por exemplo a realização de pleitos gerais e municipais, manutenção de urnas eletrônicas, eleições suplementares e pagamento de horas credoras.

Essa diversidade fica evidente no comparativo entre os exercícios de 2021 e 2022, refletindo também na variação da execução, conforme tabela a seguir.

		2022				2021				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
		PROVISÃO RECEBIDA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	RESTOS A PAGAR (D)	PROVISÃO RECEBIDA (E)	DESPESAS EMPENHADAS (F)	DESPESAS PAGAS (G)	RESTOS A PAGAR (H)	(%) (B/F)	(%) (D/H)
Eleições	Pessoal	38.478.888	38.449.032	36.218.058	2.230.974	-	-	-	-	N/A	N/A
	Custeio	72.058.280	71.213.608	70.132.577	1.081.031	-	-	-	-	N/A	N/A
Eleições suplementares	Pessoal	341.206	284.362	62.025	222.337	823.387	502.902	376.483	126.418	-43%	76%
	Custeio	166.077	116.047	112.402	3.645	122.000	117.434	117.434	-	-1%	N/A
Horas credoras de eleições anteriores	Pessoal	1.717.109	1.708.010	1.682.963	25.047	3.162.526	3.147.262	3.118.910	28.352	-46%	-12%
Manutenção de urnas	Custeio	946.963	946.963	946.963	-	953.288	953.288	953.288	-	-1%	N/A
Total		113.708.523	112.718.023	109.154.990	3.563.034	5.061.201	4.720.885	4.566.114	154.770	2288%	2202%

Análise comparativa

Sobre as variações apresentadas, observa-se que:

Eleições: O aumento expressivo nos valores empenhados em 2022 deve-se às despesas com as eleições gerais.

Horas credoras: Referem-se aos serviços prestados em eleições anteriores que não puderam ser quitados devido a limitações orçamentárias. Assim, em 2022, foram pagas

horas credoras relativas a 2018, 2020 e 2021. Em 2021, os valores referem-se aos serviços extraordinários prestados nas eleições de 2016 e 2018. O pagamento dessas verbas é de grande relevância, pois evita a ausência de servidores nos postos de trabalho em razão da fruição das horas.

Eleições suplementares: Na comparação com 2021, os valores foram reduzidos em 2022 porque houve apenas quatro eleições suplementares, nos municípios de Leme, Pinhalzinho, Ribeirão Pires e Tanabi. Já em 2021, foram realizados pleitos suplementares

em 16 municípios: Angatuba, Anhembi, Apiaí, Cajati, Campina do Monte Alegre, Guaíra, Itaoca, Mendonça, Mineiros do Tietê, Piacatu, Reginópolis, Salmourão, Santo Antônio do Jardim, São Lourenço da Serra, Trabiju e Vargem.

Manutenção de urnas: Em anos não eleitorais, como 2021, são realizados, em média, três ciclos de atividades relativas à manutenção e conservação das urnas; em anos eleitorais, como em 2022, a média é de dois ciclos, razão pela qual os gastos em anos não eleitorais tendem a ser maiores. No entanto, em função da interrupção da prestação dos serviços no período de agravamento da pandemia de COVID-19, em 2021, não houve diferença significativa em relação às despesas efetuadas em 2022.

Comparativo das despesas com manutenção de urnas Biênio 2021-2022

Em milhões

R\$0,953

R\$0,947

Redução de
1%
nos valores
empenhados

2021

2022

EC Nº 95/2016 - TETO DE GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO

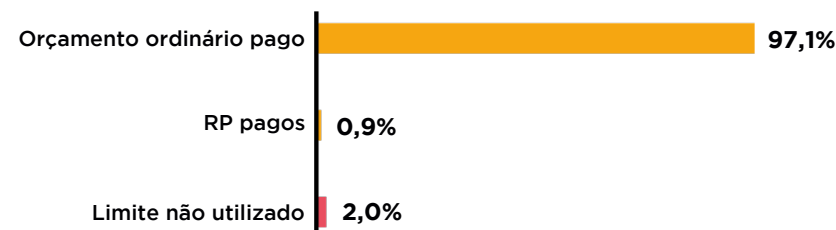
A Emenda Constitucional nº 95/2016 limitou os gastos da União por vinte anos, a partir do exercício de 2017. Desde sua vigência, o limite financeiro individualizado dos órgãos é o valor efetivamente pago em 2016, corrigido anualmente pelo IPCA/IBGE.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 113, em dezembro de 2021, o índice considerado para reajustar o teto de gastos do ano seguinte passou a ser o registrado de janeiro a dezembro do ano corrente. Dessa forma, para o exercício de 2022, o índice calculado foi de 10,06%, correspondente à variação apurada no período de janeiro a dezembro de 2021.

Execução do limite financeiro

Autorizado: R\$842,3 milhões

Utilizado: 98%



Os recursos financeiros não utilizados foram da ordem de R\$ 17,2 milhões, correspondentes a 2% do limite autorizado pela Portaria TSE nº 1195/22. Portanto, 98% do limite financeiro foi efetivamente aproveitado.

CONTINGENCIAMENTO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina o contingenciamento de crédito sempre que houver a frustração da arrecadação de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. As avaliações são feitas bimestralmente pelo Ministério da Fazenda.

Em 2022, o TRE-SP não foi alvo de contingenciamento de crédito.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO

Desde 2020, a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias destinadas às despesas discricionárias, adotando os meios e as medidas necessárias, de modo a garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. O orçamento impositivo para essa categoria de gastos foi estabelecido por meio das Emendas Constitucionais nº 100/2019 e nº 102/2019.

Assim, considerando a dotação autorizada em 2022 para despesas discricionárias no

valor de R\$ 96.628.707,00, foram executados R\$ 96.620.340,72, restando apenas R\$ 8.366,28 sem utilização (0,01%). Desta forma, o TRE-SP atendeu a determinação constitucional.

ASSUNÇÃO DE GASTOS DOS CARTÓRIOS DO INTERIOR

Em 2022, o Tribunal contratou os serviços de limpeza para 74 Zonas Eleitorais do interior e licitou os serviços de instalação de sistema integrado de segurança patrimonial e monitoramento eletrônico para 49 cartórios da região metropolitana, com ajuste a partir de 2023.

Além disso, a assunção das locações dos imóveis que sediam os cartórios eleitorais do interior já é objeto de estudos do Tribunal e o primeiro ciclo, previsto para 2023, deve formalizar a locação para 61 serventias, atualmente mantidas pelas prefeituras.



PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- ▶ Manter o pleno funcionamento de toda a estrutura do TRE-SP num cenário de restrições financeiras;
- ▶ Absorver, no prazo de cinco anos, a manutenção da infraestrutura imobiliária dos cartórios eleitorais do interior, que, atualmente, é mantida pelas prefeituras;
- ▶ Implementar projetos relativos à melhoria da prestação de serviços à sociedade, no contexto da limitação de gastos imposta pela EC nº 95/2016;
- ▶ Aperfeiçoar o alinhamento entre o planejamento e a execução orçamentária.

AÇÕES FUTURAS

- ▶ Promover o aprimoramento contínuo da gestão orçamentária e financeira;
- ▶ Dar continuidade às ações que visem à racionalização de despesas;
- ▶ Disponibilizar informações orçamentárias em painéis interativos (*Business Intelligence*).

GESTÃO DE PESSOAS

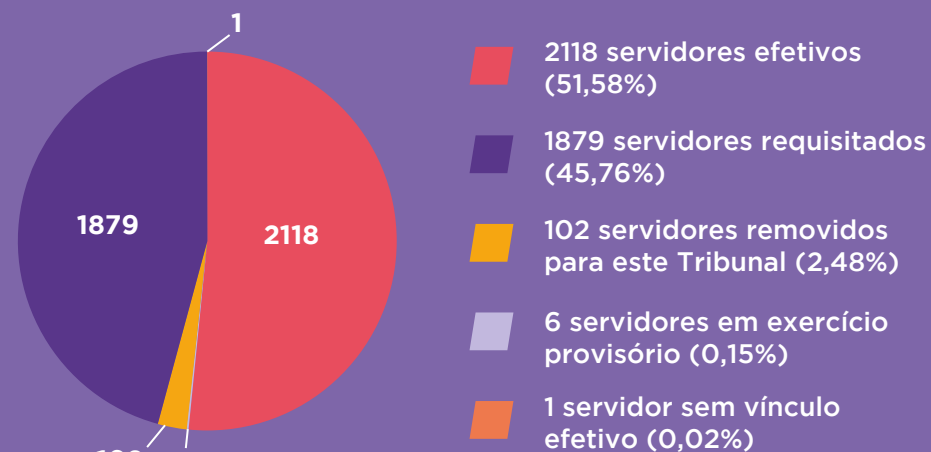
A gestão de pessoas do TRE-SP pauta suas ações e projetos nos princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Outrossim, cumpre as determinações previstas na Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, além de diretrizes estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário e de órgãos de controle.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho deste Tribunal é composta, na sua maioria, por servidores(as) efetivos(as) do quadro de pessoal, sendo distribuídos(as) entre analistas e técnicos(as) judiciários(as), e também por servidores(as) requisitados(as) de outros órgãos federais, estaduais e municipais.

De maneira geral, a força de trabalho é bastante diversificada em relação à idade, ao gênero e à escolaridade, mas destaca-se o elevado número de servidores e servidoras que possuem ensino superior completo e especialização.

SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES



TOTAL: 4106 servidores

LOTAÇÃO DOS SERVIDORES



SECRETARIA:
1156 servidores
(28,15%)

ZONA ELEITORAL:
2950 servidores
(71,85%)

TOTAL:
4106 servidores

SERVIDORES POR GÊNERO



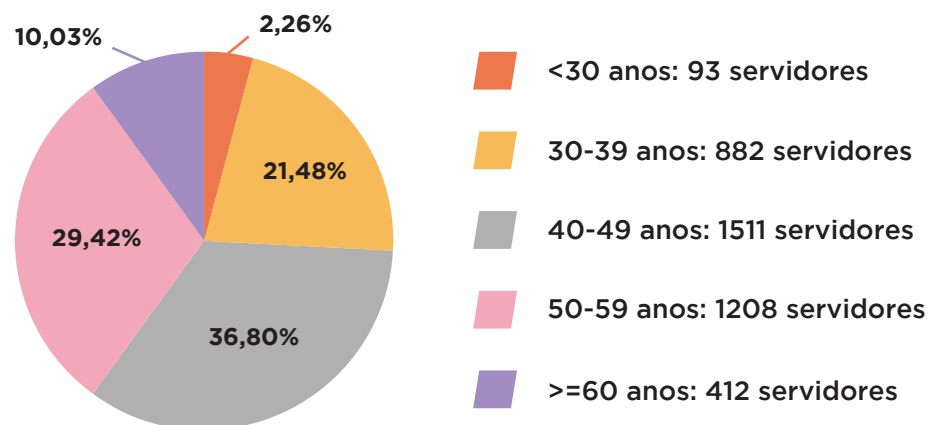
FEMININO
2527 servidoras
(61,54%)

MASCULINO
1579 servidores
(38,46%)

TOTAL: 4106 servidores

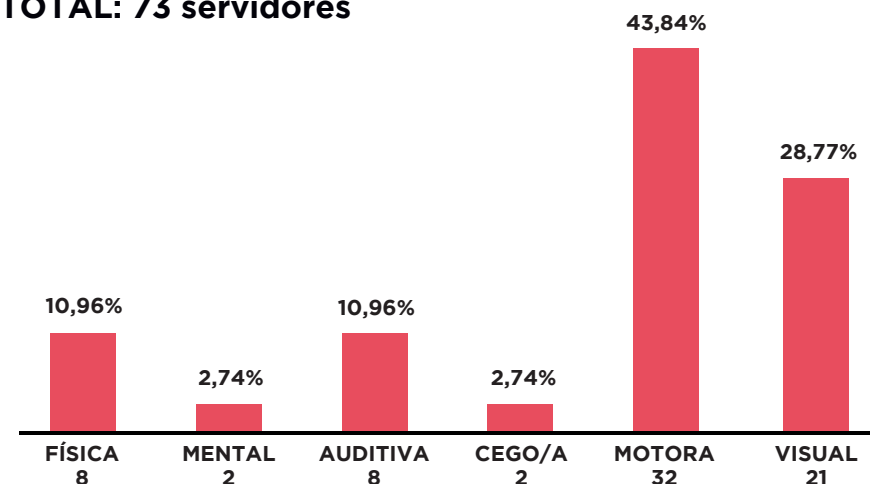


SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA

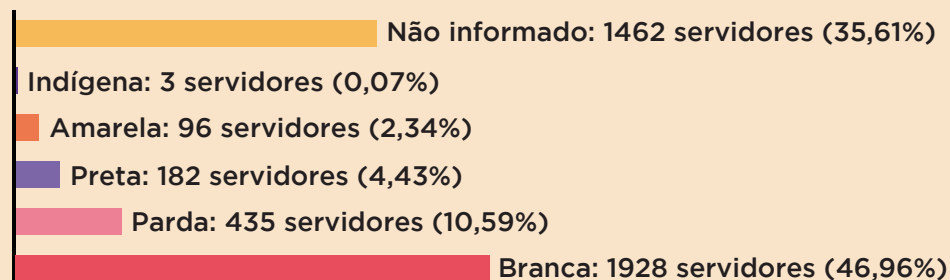


SERVIDORES POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

TOTAL: 73 servidores



SERVIDORES POR RAÇA/COR



SERVIDORES POR ESCOLARIDADE

FUNDAMENTAL INCOMPLETO	6	0,15%
FUNDAMENTAL COMPLETO	24	0,58%
MÉDIO INCOMPLETO	5	0,12%
MÉDIO COMPLETO	1110	27,03%
SUPERIOR INCOMPLETO	81	1,97%
SUPERIOR COMPLETO	1413	34,41%
MESTRADO	54	1,32%
ESPECIALIZAÇÃO	1406	34,24%
DOUTORADO	7	0,17%
TOTAL	4106	100%

Além disso, no ano de 2022, o TRE-SP contou com **212 estagiários e estagiárias de nível superior**, alocados(as), principalmente, nos cartórios eleitorais de todo o Estado.

RECRUTAMENTO, ALOCAÇÃO DE PESSOAS e SERVIDORES(AS) COM CONDIÇÕES DE APOSENTADORIA

Ingresso no cargo

Para o recrutamento de servidores, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo cumpre o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 8.112/90. Assim, verificamos que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Processos seletivos internos

Para o preenchimento de vagas específicas, o TRE-SP opta por implementar processos seletivos internos, em que os(as) interessados(as) são avaliados(as) pelos eventuais conhecimentos prévios relativos às atividades a serem desempenhadas na função, além de serem submetidos(as) a entrevistas para seleção. Em 2022, foram realizados 23 processos seletivos:

PROCESSOS SELETIVOS INTERNOS	SELEÇÕES REALIZADAS (nº)
Chefia de Cartório (FC-06)	14
Assistente I (FC-01)	8
Competência criminal (001ªZE e 002ªZE)	1
TOTAL	23

Aposentadoria

Em relação a servidores e servidoras com condições de aposentaria em 2022, foram registradas **182** pessoas nessa situação.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

Avaliação no Estágio Probatório

Todo servidor e toda servidora, ao ingressar na carreira, passa pela fase de estágio probatório. Nesse período, todos(as) recebem orientações e são avaliados(as) diversas vezes por seus(suas) gestores(as).

A avaliação de desempenho, nesta fase, é regulamentada pela Portaria TRE-SP nº 513/2007, sendo dividida em quatro etapas a serem realizadas ao término do 6º mês (1ª etapa) do 12º mês (2ª etapa), do 24º mês (3ª etapa) e do 32º mês (4ª etapa) de efetivo exercício, contados a partir do início do exercício no cargo.

Para ser considerado(a) aprovado(a) no estágio probatório, o(a) servidor(a) deve obter o mínimo de 70% do valor máximo estabelecido no resultado final, compreendidas as notas da 2ª, 3ª e 4ª etapas.

Em 2022, foram computados(as) **298 servidores(as)** em estágio probatório, distribuídos(as) da seguinte forma:

- **85** estiveram na **1ª etapa**; após 6 meses, **53** passaram para **2ª etapa**, ainda em 2022. Esses(as) servidores(as) são classificados(as) como “duplicidades”, ou seja, servidores(as) que ocuparam duas etapas do estágio probatório no mesmo ano. Os(As) demais desse grupo concluirão a **2ª etapa** em 2023;
- **89** estiveram na **2ª etapa**, sendo **53** em duplicidade com a **1ª etapa**, conforme explicado anteriormente;
- **64** estiveram **3ª etapa**.
- **21** estiveram **4ª etapa**.

Entre os(as) 21 servidores(as) que estiveram na 4ª etapa em 2022, **19** deles(as) passaram para **5ª etapa** ainda em 2022. Esses(as) servidores(as) foram classificados(as) em duplicidade com a última etapa.

Dos **298 servidores(as)** que estiveram no estágio probatório, **39** adquiriram a estabilidade em 2022.

TABELA 1 - Quantitativo de servidores por etapa

ETAPA	DUPLICIDADE	SEM DUPLICIDADE	TOTAL GERAL
1ª	53	32	85
2ª	53	36	89
3ª		64	64
4ª	19	2	21
5ª	19	20	39
TOTAL	144	154	298

Movimentação Após Estágio Probatório

A avaliação de desempenho após o estágio probatório é regulamentada pela Portaria TRE-SP nº 514/2007, sendo realizada a cada interstício de 365 dias de efetivo exercício, exigindo-se 70% da nota máxima para aprovação, ou seja, 98 pontos.

O saldo de movimentações relativo ao interstício 2021-2022 foi:

Cargo Analista Judiciário(a)

Total de Movimentações: **236**

PROGRESSÕES		PROMOÇÕES	
A5	4	B6	48
B7	22	C11	30
B8	26		
B9	26		
B10	20		
C12	1		
C13	59		
TOTAL	158	TOTAL	78

TABELA 2 - Quantitativo de analistas por classe/padrão

NOVA CLASSE	NOVO PADRÃO	Total
A	5	4
A Total		4
B	6	48
	7	22
	8	26
	9	26
	10	20
B Total		142
C	11	30
	12	1
	13	59
C Total		90
TOTAL GERAL		236

Cargo Técnico(a) Judiciário(a)

Total de Movimentações: **275**

PROGRESSÕES		PROMOÇÕES	
A5	1	B6	48
B7	35	C11	29
B8	62		
B9	15		
B10	41		
C12	5		
C13	39		
TOTAL	198	TOTAL	77

TABELA 3 - Quantitativo de técnicos por classe/padrão

NOVA CLASSE	NOVO PADRÃO	Total
A	5	1
A Total		1
B	6	48
	7	35
	8	62
	9	15
	10	41
B Total		201
C	11	29
	12	5
	13	39
C Total		73
TOTAL GERAL		275

Verificou-se que **11** servidores(as) estavam com suas **movimentações pendentes**, pelos seguintes motivos:

TABELA 4 - Quantitativo de movimentações pendentes - motivo/cargo

MOTIVO	ANALISTA JUDICIÁRIO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	TOTAL GERAL
Afastamentos	1		1
Atraso na entrega da avaliação	4	2	6
Atraso na entrega das horas de curso		1	1
Horas a Compensar		3	3
TOTAL GERAL	5	6	11

Entre os(as) analistas que se encontravam com avaliações pendentes, um(a) estava na 2ª etapa do estágio probatório. Entre os(as) técnicos(as) que se encontravam com avaliações pendentes, um(a) estava na 3ª etapa do estágio probatório e um(a) estava na 4ª etapa do estágio probatório.

No levantamento, foram encontrados(as) **23** servidores(as) que **não foram movimentados** no interstício 2021-2022:

TABELA 5 - Quantitativo de movimentações não realizadas - motivo

MOTIVO	ANALISTA JUDICIÁRIO	TÉCNICO JUDICIÁRIO	TOTAL GERAL
Licença para acompanhar cônjuge - SEM exercício provisório		1	1
Redistribuição	2	2	4
Vacância	7	11	18
TOTAL GERAL	9	14	23

Entre os(as) analistas que não foram movimentados(as) no interstício, três estavam em estágio probatório. Entre os(as) técnicos(as) que não foram movimentados(as) no interstício, sete estavam em estágio probatório.



A ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo valoriza enormemente o esforço de seus servidores e servidoras no desempenho de suas atividades, e considera que investimentos em capacitação são capazes de gerar melhores resultados nas entregas, aumentar o engajamento e a motivação.

No processo de levantamento das necessidades de treinamento para 2022, as demandas apresentadas pelas áreas foram pautadas na efetividade dos cursos e na adaptação das contratações a partir das necessidades específicas das unidades.

O principal desafio enfrentado foi possibilitar que os treinamentos adequados, com qualidade, atingissem o maior número possível de servidores e servidoras. Já estão em estudo, inclusive, novas maneiras de multiplicar os saberes, visando a expandir as possibilidades de capacitação com maior economicidade para a instituição.

Entre as ações implementadas ao longo de 2022, destacam-se os seguintes pontos:

- Os cursos internos, preparatórios para as Eleições 2022, foram realizados em formatos variados: diversas ações de treinamento foram disponibilizadas na plataforma de ensino à distância TREine, enquanto que os *webinars* ao vivo tiveram participação

simultânea de até mil servidores e servidoras de todas as zonas eleitorais do Estado. As ações de capacitação presencial foram retomadas, com o objetivo de sedimentar os conhecimentos compartilhados de forma virtual. Dessa maneira, o quadro de pessoal adequadamente capacitado contribuiu para o bom desempenho deste Regional nas eleições;

- Os cursos externos tiveram suas contratações adaptadas às necessidades das áreas: em conjunto com a unidade demandante, foram avaliadas conveniência e oportunidade para a participação em curso à distância ou presencial, sendo considerados aspectos como o tempo de curso e a possibilidade de interação entre participantes, com o objetivo principal de capacitar servidores e servidoras da maneira mais adequada e eficiente.

Ainda em relação aos cursos contratados em 2022, tivemos:

CONTRATAÇÕES EXTERNAS	
Ações de capacitação contratadas	53
Capacitados	1706
Economia em descontos	R\$103.635,40

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL (ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA), EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS E JUSTIFICATIVAS PARA AUMENTO/DIMINUIÇÃO

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Evolução dos Gastos com Pessoal

	2021	2022	Variação	
ATIVO	623.716.010,15	673.454.346,40	7,97%	Variação de valores entre 2021 e 2022 decorrente do ingresso de novos(as) servidores(as), da majoração no valor da assistência à saúde, aumento no número de função comissionada e cargo em comissão em razão da reestruturação e pagamento de serviço extraordinário
APOSENTADO	144.639.497,10	147.383.608,26	1,90%	Variação de valores entre 2021 e 2022 decorrente da majoração no valor da assistência à saúde
PENSIONISTA	38.557.774,96	39.932.069,85	3,56%	A variação dos valores entre 2021 e 2022 deu-se em razão da aplicação de reajuste no valor das pensões vinculadas ao RGPS e da majoração no valor da assistência à saúde
TOTAL	806.913.282,21	860.770.024,51		

Custo com despesas de pessoal em 2022

Tipo / situação		Vantagens Fixas	Gratificação Natalina	Benefícios	Vantagens Variáveis	Exercícios Anteriores	Serviço Extraordinário	Obrigação Patronal	TOTAL
Ativo	Efetivo do quadro	345.115.848,37	32.080.973,10	54.109.135,51	51.844.051,91	409.970,48	31.931.050,32	92.710.586,89	608.201.616,58
		56,74%	5,27%	8,90%	8,52%	0,07%	5,25%	15,24%	100,00%
	Requisitado/ Removido	-	221.449,54	873.910,34	2.888.438,93	11.150,54	9.372.086,51	499.786,11	13.866.821,97
		0%	2%	6%	21%	0%	68%	4%	100,00%
	Autoridade eleitoral	-	-	-	51.336.969,85	-	-	48.938,00	51.385.907,85
		0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	100,00%
	Total	345.115.848,37	32.302.422,64	54.983.045,85	106.069.460,69	421.121,02	41.303.136,83	93.259.311,00	673.454.346,40
		51%	5%	8%	16%	0%	6%	14%	100,00%
Aposentado		130.677.811,89	10.698.579,12	5.700.506,31	188.355,29	118.355,65	-	-	147.383.608,26
		88,67%	7,26%	3,87%	0,13%	0,08%	-	-	100,00%
Pensionista		35.746.576,64	2.975.614,57	1.113.950,36		95.928,28	-	-	39.932.069,85
		89,52%	7,45%	2,79%	0,00%	0,24%	-	-	100,00%

Grupos	Rubricas Relacionadas
VANTAGENS FIXAS	Vencimentos, GAJ, ATS, VPNI, AQ Títulos, GAS, Proventos de Aposentadoria, Cargo em Comissão e Função Comissionada de Inativos e Pensão Civil.
GRATIFICAÇÃO NATALINA	Adiantamento de Gratificação Natalina, Gratificação Natalina
BENEFÍCIOS	Aux. Alimentação, Aux. Transporte, Pré-Escola, Assistência à Saúde e Aux. Natalidade
VANTAGENS VARIÁVEIS	Gratificação Eleitoral, Jeton, Cargo em Comissão, Função Comissionada, AQ Treinamento, Terço de Férias, Indenização de Férias, Adicional de insalubridade, Abono de Permanência, Substituição, Diárias.
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Exercícios Anteriores
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO / HORAS CREDORAS	Serviço extraordinário, Adicional noturno, Horas credoras, Férias sobre HE de Celetistas
OBRIGAÇÃO PATRONAL	Obrigação Patronal

OBS: O Sistema SGRH foi a fonte de dados utilizada para extrair os valores totais das folhas de pagamento de pessoal pagas em 2022, incluindo os de despesas ordinárias e pleitos, relativos a restos a pagar de 2021, e, ainda, por não serem processados no Módulo Folha do SGRH, os pagamentos relativos ao benefício auxílio-funeral não foram considerados neste levantamento.



INICIATIVAS

PLANO DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

A partir do Plano Estratégico de Pessoas atualmente em execução, válido para o período de 2021 a 2026, O TRE-SP desenvolveu o Plano Diretor de Gestão de Pessoas para o ciclo 2023-2024. Construído e aprovado ao longo do segundo semestre de 2022, esse instrumento é voltado para o planejamento de objetivos, consecução de resultados-chave e implementação de ações relativas à gestão de pessoas, projetando a materialização da estratégia de pessoas definida a partir do desdobramento do planejamento estratégico deste Tribunal.

As iniciativas previstas no Plano Diretor foram divididas em subsistemas operacionais que envolvem toda a área de gestão de pessoas: capacitação, benefícios, recrutamento e seleção, gestão de desempenho e qualidade de vida. Todas as ações planejadas são acompanhadas com frequência, para garantir que as metas estabelecidas estão sendo cumpridas e que os objetivos definidos, ao final do ciclo, serão atingidos.



PRINCIPAIS DESAFIOS

- ▶ **Análise da composição da força de trabalho, de modo quantitativo e qualitativo, em razão das novas e recorrentes demandas, que indicam a necessidade de reavaliação da quantidade de pessoas para fazer frente às inovações;**
- ▶ **Desenvolvimento e capacitação de servidores(as) e gestores(as), fator que impacta diretamente nas respectivas entregas ao Tribunal e ao clima organizacional interno;**
- ▶ **Atenção à saúde de todos e de todas, tanto nos aspectos físicos quanto nos aspectos psicológicos.**

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

Seja na aquisição de bens ou na contratação de serviços, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo guia-se pelos princípios constitucionais de tutela da Administração Pública (Constituição Federal, art. 37, XXI), na observância da legislação infraconstitucional (Lei nº 8.666/93 – normas gerais para licitações e contratos; Lei nº 10.520/2002 - instituição da modalidade pregão; Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações para o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas ME/EPP) e na aplicação da regulamentação infralegal (Decreto nº 7.892/2013 - sistema de registro de preços; Decreto nº 7.174/2010 - aquisição e contratação de bens e serviços de informática; Decreto nº 3.555/2000 - pregão presencial e Decreto nº 10.024/2019 - pregão na forma eletrônica).

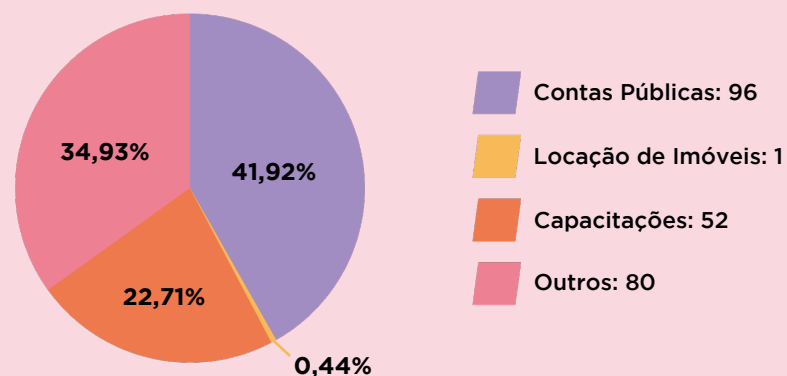
As contratações diretas e os procedimentos licitatórios são sempre submetidos à análise de conformidade jurídica e a realização das despesas dependem de aprovação prévia de autoridade competente.

Contratos e aquisições

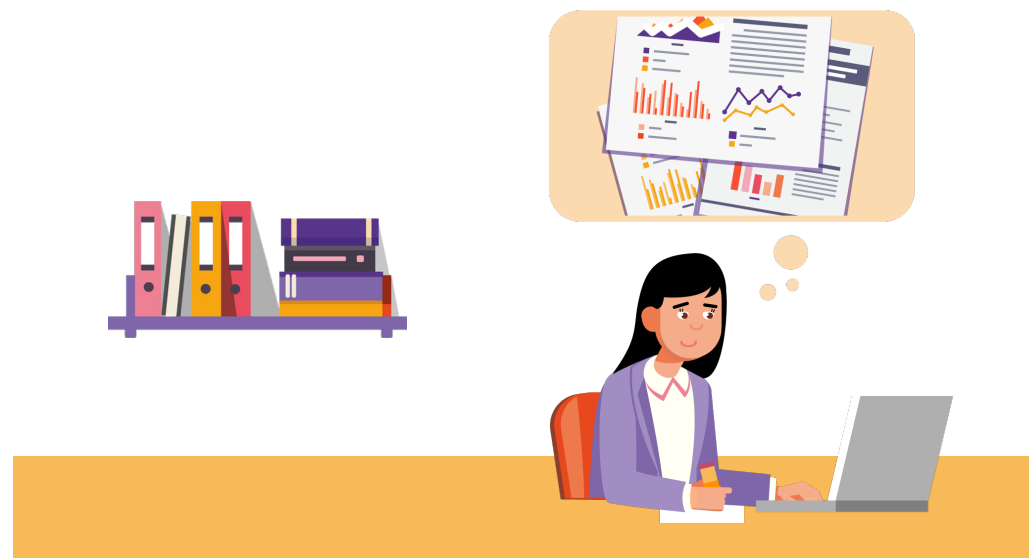
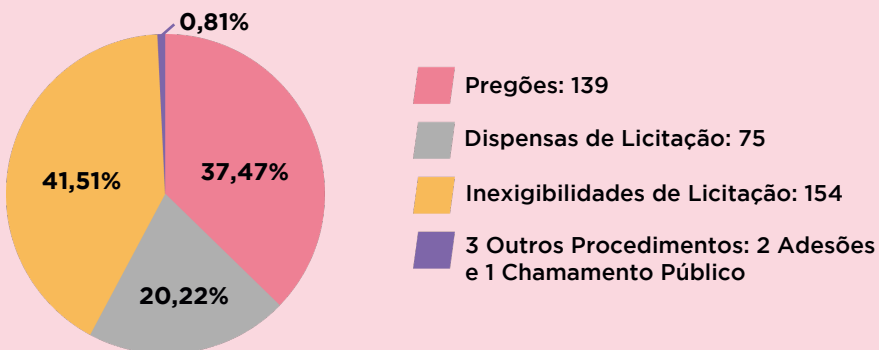
Em relação às contratações e aquisições realizadas no ano de 2022, foram contabilizados 371 procedimentos, classificados segundo o gráfico abaixo:

Em mais detalhes, temos os tipos de contratação direta (154 por inexigibilidade e 75 por dispensa de licitação) que foram realizadas em 2022 no gráfico abaixo:

Contratações Diretas Realizadas em 2022 - Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

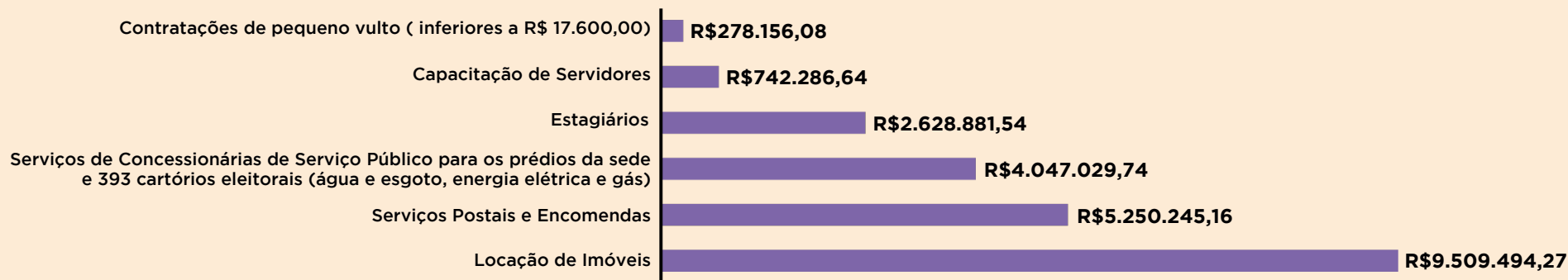


371 Procedimentos de Contratações Realizados em 2022



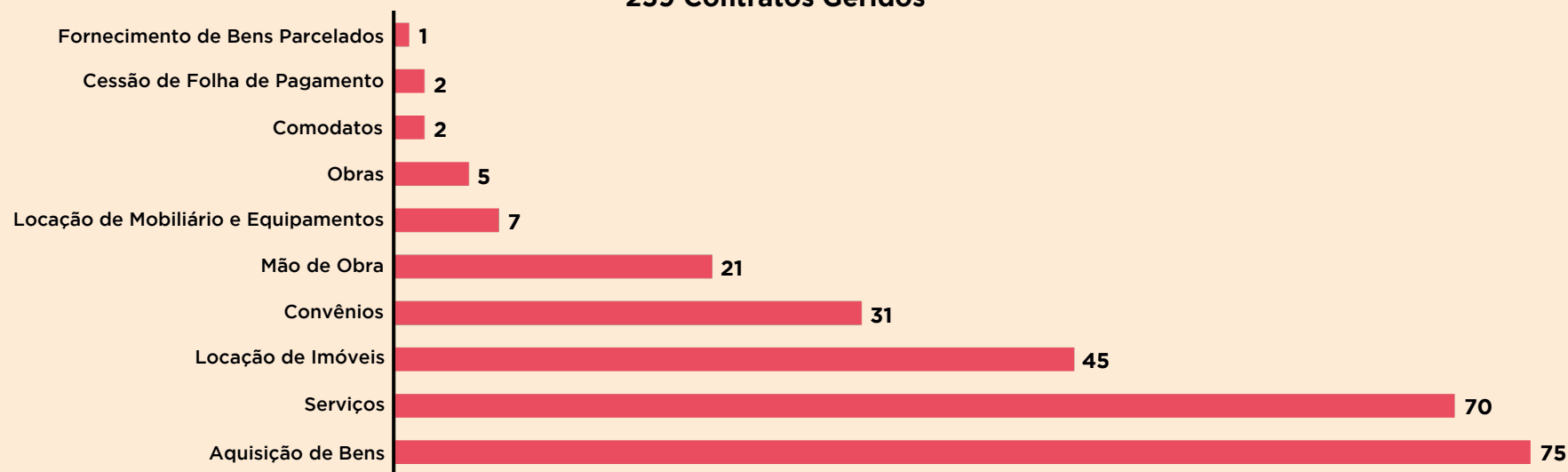
Dentre as despesas geradas por contratações diretas, novas ou vigentes, referentes ao ano de 2022, destacam-se as seguintes:

Principais Despesas com Contratos Oriundos de Contratação Direta



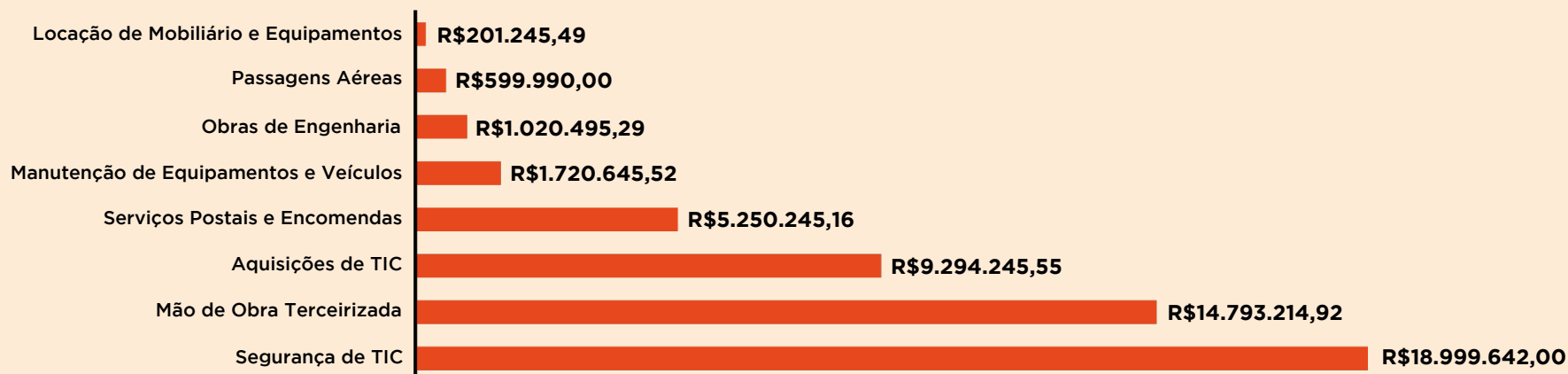
Para além de concretizar as contratações, O TRE-SP faz também o acompanhamento de contratos já formalizados e tem sob sua responsabilidade a gestão de 259 contratos, categorizados conforme o gráfico abaixo:

259 Contratos Geridos



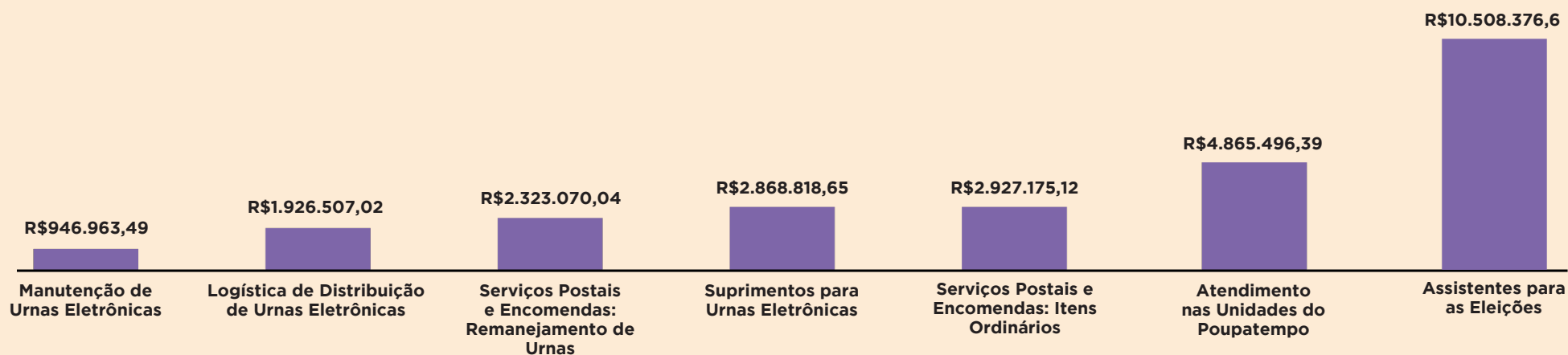
As principais categorias de despesas e os valores despendidos oriundos dos 259 contratos geridos pelo TRE em 2022 foram:

Principais Despesas com Aquisições e Contratos em 2022



Por fim, considerando a importância de realizar um atendimento efetivo e de qualidade ao cidadão, são apresentados, a seguir, os valores investidos nas contratações mais relevantes que tiveram como objetivo aperfeiçoar o atendimento à eleitora e ao eleitor:

Contratações Mais Relevantes Para o Atendimento ao Cidadão - 2022



PRINCIPAIS DESAFIOS

- ▶ A fim de alcançar plenamente as metas com relação às contratações sustentáveis, a Justiça Eleitoral paulista trabalha para incluir, além do aspecto ambiental, já implementado, o social e o econômico, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável;
- ▶ Além disso, o TRE-SP tem como desafio aprimorar o planejamento das contratações, assim como a execução e o monitoramento dos contratos, seguindo as diretrizes da Política de Governança das Contratações Públicas dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 347/2020) e da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), de forma a atender as necessidades da Administração.

AÇÕES FUTURAS

- ▶ Para o ano de 2023, o objetivo principal é aperfeiçoar a governança e o planejamento das aquisições. Para isso, a Administração focará na integração dos diversos planos de contratações, no mapeamento dos processos de trabalho relativos às contratações e na gestão dos riscos envolvidos nesses processos.



GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

A terceirização de mão de obra para execução de serviços necessários e essenciais ao funcionamento, segurança, manutenção e conservação dos prédios da Secretaria e dos cartórios eleitorais da capital e do interior segue o disposto no Decreto nº 9.507/2018 e teve continuidade em 2022 conforme a tabela:

ABASTECIMENTO				
Fornecimento parcelado de combustíveis (gasolina comum, etanol hidratado combustível ou álcool etílico hidratado e óleo diesel S-10)				
Água mineral - unidades da Secretaria				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				
Infraestrutura	Segurança por equipamentos	Mão de obra terceirizada	Infraestrutura / meio ambiente	Infraestrutura / mão de obra terceirizada
Seguro de veículos	Manutenção CFTV – Secretaria	Operação de elevadores (ascensoristas)	Coleta, descontaminação e trituração de lâmpadas (em fase de repetição de licitação)	Limpeza dos Cartórios da Capital
Prestação do serviço de passagem expressa em pedágios e estacionamentos, por meio de tecnologia RFID	Manutenção de sistema de catracas - Secretaria	Recepção e operação de áudio e vídeo	Coleta de itens tecnológicos para reprocessamento - Papa-pilhas e descarte para reciclagem	Limpeza dos Cartórios do Interior
Transporte por aplicativo	Monitoramento eletrônico dos Cartórios da Capital e prédios Anexos	Vigilância dos prédios da Secretaria	Coleta, transporte, tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos e lixo reciclável	Limpeza das sedes
Controle sanitário de ambientes – Secretaria e Cartórios da Capital	Contratação de serviço de monitoramento eletrônico para os Cartórios Eleitorais da Região Metropolitana de São Paulo	Condução de Veículos (Motoristas)		Copeiragem e garçonaria
Locação de kits tecnológicos para treinamento dos mesários	Instalação de pórticos de Metais, nas Sedes I e II, complementando o Sistema Integrado de Detectores, em funcionamento na Sede I (Miquelina)			Carga / descarga de material e jardinagem
Locação de Purificadores de água para os Cartórios da Capital e do Interior	Manutenção de extintores – Secretaria e Cartórios da Capital			
Atualização das placas de gabinetes de juízes, Plenário e Saguão				

INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS)

Infraestrutura da sala-cofre, destinada a abrigar, com mais segurança, computadores corporativos, rede e demais equipamentos que dão suporte às atividades realizadas pela instituição

Serviços de infraestrutura de elétrica e telefonia para as Eleições 2022, relativos à implantação da sala de registro de candidatura, da sala de imprensa, da sala do protocolo e da sala do Teste de Integridade (realizado no Centro Cultural São Paulo)

Substituição do sistema de climatização dos gabinetes dos juízes eleitorais, localizados na Secretaria do Tribunal

Execução de forro acústico para a Coordenadoria de Atenção à Saúde e para a Biblioteca

Instalação de piso tátil

Execução de piso elevado nas portarias da Sede I e Centro de Processamento de Dados da Sede II

Manutenção dos procedimentos relacionados à segurança, pela utilização do CFTV, que tem por finalidade garantir a proteção do patrimônio, mediante monitoramento ininterrupto por imagens, do sistema de catracas eletrônicas, de detectores de metais e do scanner raio X, para acesso aos prédios da Secretaria. Nas serventias da capital, a proteção continuou sendo efetuada por monitoramento eletrônico

Expansão do sistema integrado de detectores de metal na Secretaria, com aquisição e instalação, na Sede I (acesso Brigadeiro) e na Sede II (Dr. Falcão Filho), de um portal detector de metal e duas raquetes manuais em cada prédio

Manutenção dos extintores de incêndio, tanto da Secretaria como dos cartórios eleitorais da capital

Realização de treinamento para formação da brigada de incêndio, após as diversas restrições causadas pela crise sanitária em 2020 e 2021. Tramita a proposta de atualização do plano de emergência contra incêndio, com previsão de contratação em 2023

Renovação das contratações relacionadas aos serviços essenciais de limpeza, ampliando-se o número de cartórios atendidos, com vistas à manutenção da higiene nos ambientes de trabalho

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

O desfazimento de veículos da frota do TRE-SP é baseado na possibilidade de reposição, no tempo de uso (no mínimo de cinco anos), na quilometragem registrada e na viabilidade de reparos.

Por meio de leilão realizado em 2022, nove veículos que se encontravam na fila para o desfazimento desde 2015 foram alienados pelo Tribunal.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo adotou a locação como solução para a ocupação de imóveis que abrigam os cartórios eleitorais, em virtude do elevado custo e da dificuldade de contratação de pessoal para realizar a manutenção preventiva dos prédios próprios. Em 2022, foram contabilizados 44 imóveis locados pelo TRE-SP, todos localizados na capital, sendo dois ocupados pela Secretaria, dois utilizados para armazenamento de urnas eletrônicas e outros 40 dedicados à instalação de cartórios eleitorais.

A redução dos gastos com locação de imóveis ocorreu a partir de 2020, quando foram negociadas reduções nos valores locatícios com a substituição do índice utilizado para correção anual dos contratos, do IGPM (FGV) pelo IPCA (IBGE), permitindo o alinhamento orçamentário à Emenda Constitucional do Teto de Gastos.

Além dos imóveis locados, o Tribunal ocupa 19 imóveis próprios da União, cujo valor total estimado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) é de R\$139.625.377,07. Há, ainda, um imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo mediante permissão de uso do imóvel a título precário e gratuito (Decreto nº 22.868/86).

Em relação aos cartórios eleitorais localizados em municípios do interior do Estado, os imóveis ocupados foram cedidos pelas prefeituras ou pelo Governo do Estado de São Paulo. Estão em curso estudos para assunção, pelo TRE-SP, dos valores de locação desses imóveis, sendo que o primeiro ciclo, previsto para 2023, deve formalizar a locação para 61 serventias, atualmente mantidas por prefeituras.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- ▶ **Implantação do modelo de manutenção predial por demanda, em substituição ao modelo atual de postos de trabalho;**
- ▶ **Modernização do sistema de climatização da Secretaria;**
- ▶ **Implantação do monitoramento eletrônico para os cartórios eleitorais da região metropolitana de São Paulo e estudos para expandir o mesmo serviço para os cartórios eleitorais do interior;**
- ▶ **Ampliação do uso de transporte por aplicativo para servidores e/ou prestadores de serviços terceirizados, atualmente fornecido na capital, visando minimizar os gastos com a utilização, manutenção e condução dos veículos da frota, além de fundamentar estudos para expansão do serviço para alguns cartórios eleitorais da região metropolitana e do interior do Estado;**
- ▶ **Expansão do fornecimento de serviços de limpeza aos cartórios do interior, mediante novos procedimentos licitatórios e contratações.**



GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ALOCAÇÃO DE RECURSOS – SOLUÇÕES DE TIC

Declaração do titular da Secretaria de Tecnologia da Informação

O TRE-SP vem, continuamente, aprimorando sua governança em TIC. A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pela Resolução CNJ nº 370/2021, deu um novo impulso a esse processo, ao propor desafios envolvendo governança, gestão e infraestrutura. O desempenho do Tribunal medido no indicador iGovTIC-JUD demonstra essa evolução: o resultado apurado subiu de 84,48, em 2021, para 89,42, em 2022, mantendo-se no nível de excelência desde 2020.

A avaliação máxima obtida nos quesitos referentes às estruturas organizacionais e macroprocessos, políticas e planejamento, atendimento e suporte ao usuário, riscos, segurança da informação e proteção de dados e sistemas de informação demonstra tanto a agilidade quanto o comprometimento da Justiça Eleitoral paulista na implementação das atividades necessárias para atingimento das metas propostas. Nas ações adotadas, como a criação de rotinas de formalização e revisão de processos internos de TIC, destaca-se o empenho da Alta Administração na realização de reuniões periódicas do Comitê Diretivo de TIC e da Comissão de Segurança da Informação, com participação do Diretor-Geral, Secretárias, Secretários, Assessoras-Chefes e Assessores-Chefes.

Essa foi uma grande conquista, especialmente pelo fato de termos passado por uma reestruturação interna, que constituiu novas dependências, redistribuiu competências e criou novas atribuições, no mesmo ano em que o TSE definiu a proposta de priorizar os investimentos de recursos em cibersegurança. Esses desafios somaram-se às atividades de preparação das Eleições 2022, inerentes à realização da nossa missão institucional de garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Igualmente admirável foi a participação dos(as) servidores(as) no planejamento das múltiplas aquisições colaborativas entre os órgãos da Justiça Eleitoral, nas quais o TRE-SP atuou como partícipe ou gestor, e que possibilitaram a contratação, em tempo recorde, de complexas soluções de TIC com considerável economia de recursos humanos e financeiros.

Em resumo, esses resultados positivos obtidos em 2022, assim como o aprimoramento da governança em TIC e da segurança da informação e proteção de dados, foram resultado do alto grau de comprometimento e do esforço contínuo e coordenado de todas as áreas do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, que seguirá investindo em recursos humanos e financeiros para garantir o cumprimento de sua missão.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A partir da definição dos direcionadores estratégicos, são definidos os objetivos que permitirão o atingimento da visão de futuro, sempre integrados à missão e aliados aos valores, que devem permear todas as ações. Foram adotados os oito objetivos estratégicos propostos pela ENTIC-JUD e distribuídos nas perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento:

Perspectiva de negócio	Objetivos Estratégicos
Sociedade	1. Aumentar a Satisfação das Usuárias e dos Usuários dos recursos de TIC
	2. Promover a Transformação Digital
Aprendizado e Crescimento	3. Reconhecer e Desenvolver as Competências das Colaboradoras e dos Colaboradores
	4. Buscar a Inovação de Forma Colaborativa
Processos Internos	5. Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
	6. Aprimorar as Aquisições e Contratações
	7. Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
	8. Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas

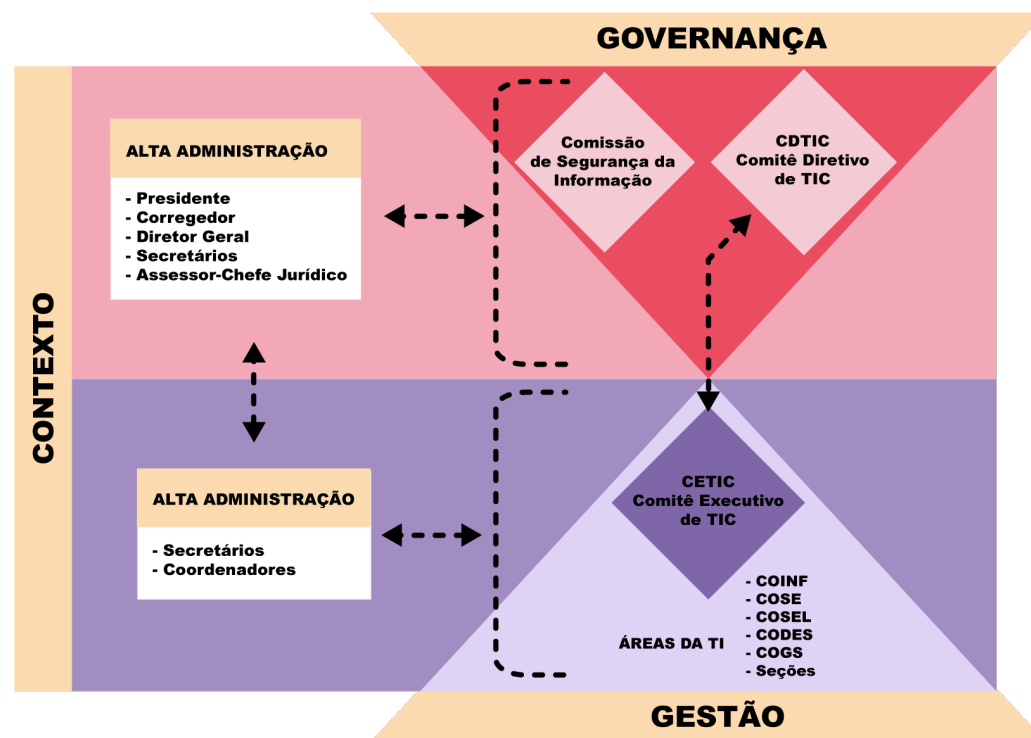
ESTRATÉGIA E METAS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

Como instrumento de gestão ágil da estratégia, o Conselho Nacional de Justiça recomenda a metodologia OKR (*Objectives and Key Results*), que tem por finalidade avaliar os objetivos, resultados-chave e metas definidas no planejamento de TIC.

CONFORMIDADE LEGAL - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o TRE-SP aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como obedece aos procedimentos definidos em seus atos normativos internos, a exemplo do Plano Diretor de TIC - PDTIC, instituído pela Resolução TRE-SP nº 552/2021, nos termos do art. 6º da Resolução CNJ nº 370/2021. O Tribunal guia-se, ainda, por boas práticas e padrões nacionais e internacionais de governança de TIC, de gestão de serviços de TIC e de segurança da informação e proteção de dados.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP



O MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC TEM COMO INSTÂNCIAS:



CDTIC

**Comitê
Diretivo de
TIC**

Composto por membros da Alta Administração:



Secretário da Presidência



Secretários de cada área do Tribunal



Secretário da Corregedoria



Assessor-Chefe Jurídico



Diretor-Geral

Atribuições: deliberar sobre políticas, diretrizes e investimentos em tecnologia da informação de comunicação.



CETIC

**Comitê
Executivo
de TIC**

Composto por membros da equipe técnica:



Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação



Titulares das Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação

Atribuições: sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE-SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, dentre outros.



**Comissão
de
Segurança
da
Informação**



Diretor-Geral: gestor dos trabalhos



Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação: gestor de Segurança da Informação

Atribuições: sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE-SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, dentre outros.

Composta pelos titulares:



Secretário da Presidência



Secretário de cada área do Tribunal



Secretário da Corregedoria



Assessor-Chefe Jurídico



Diretor-Geral

Atribuições: propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando a operacionalização da Política de Segurança da Informação

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

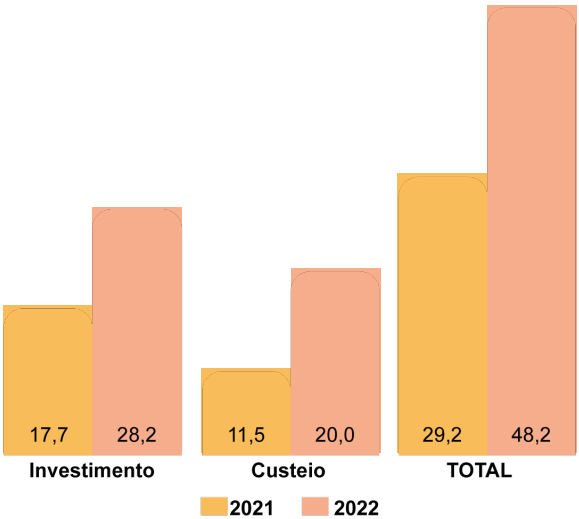
Montante de Recursos aplicados em TIC - 2022 (R\$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2022
Investimento	28,2	25,4	0,71
Custeio	20,0	19,4	0,61
Total	48,2	44,8	1,32

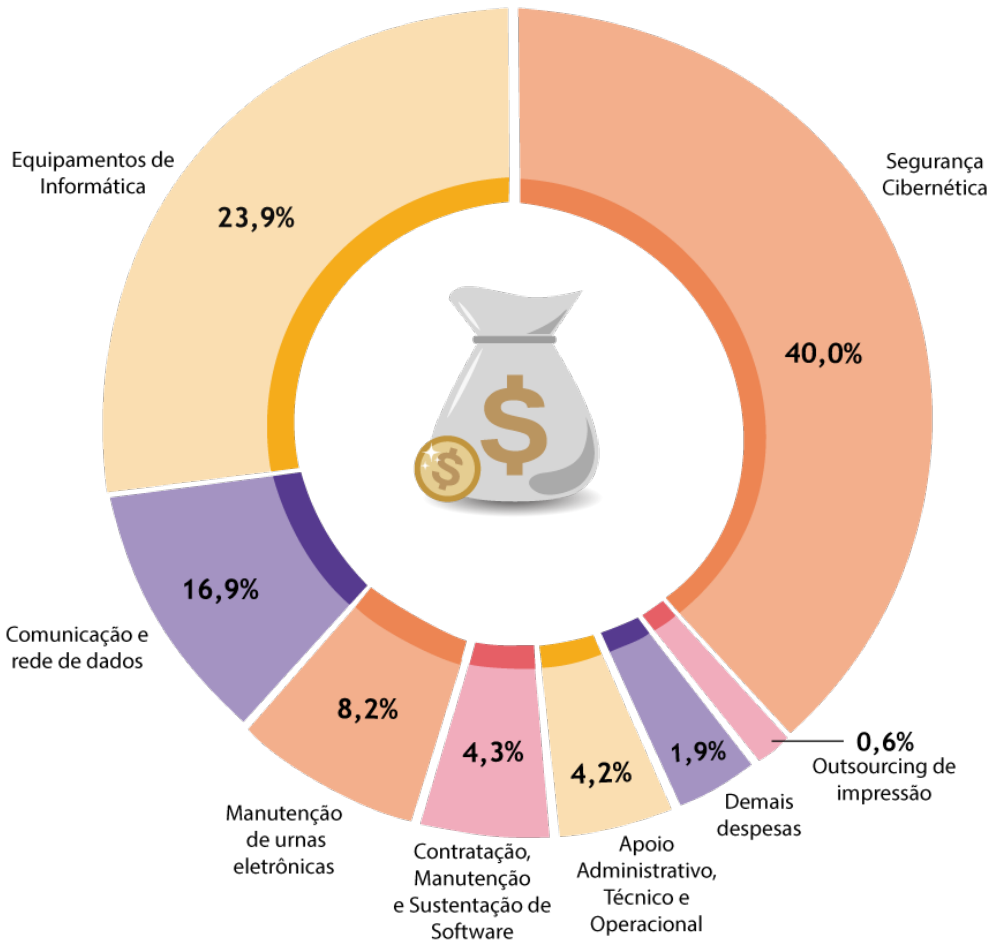
Montante de Recursos aplicados em TIC - 2021 (R\$ Milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2021
Investimento	17,7	17,0	0,2
Custeio	11,5	11,0	0,5
Total	29,2	28,0	0,7

Valores empenhados (R\$ milhões) por tipo de despesa



Gastos de TIC em 2022 por Natureza da Despesa



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC

Contratações mais relevantes de recursos de TIC (Vigentes em 2022)

Empresa	Objeto	Edital ou Ata de Registro de Preços	Valor Contratual em R\$	Despesa paga em 2022 em R\$
Telefônica Brasil S.A.	Serviços de comunicação de dados - Backbone	PEF 114/2020	18.178.637,20	7.503.128,34
Positivo Tecnologia S.A.	Fornecimento de microcomputadores do tipo notebook, incluindo prestação de assistência técnica do tipo "on-site"	ARP 71/2022	8.548.125,00	8.548.125,00
Central IT Tecnologia da Informação LTDA.	Serviços de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação -TI	PEF 21/2018	5.893.233,06	1.998.943,91
PTLS Serviços de Tecnologia e Assessoria Técnica LTDA.	Prestação de serviço de autenticação por múltiplos fatores, com fornecimento de tokens homologados, serviço de instalação com repasse de conhecimento e treinamento oficial do fabricante	ARP 52/2022 TRE-BA	2.665.902,00	2.665.902,00
G3 Comércio e Sistemas LTDA.	Licenciamento dos <i>softwares</i> Red Hat	ARP 61/2022 TRE-PB	1.418.580,00 (Contrato 1) 1.922.436,00 (Contrato 2)	3.201.816,00



PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

Cadeia de Valor	Processos da Cadeia de Valor da STI	Principais iniciativas (sistemas e projetos)	Principais resultados obtidos (benefícios e impactos)
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Governança e Gestão de TIC/ Realizar a gestão da estratégia, dos planos e portfólios de TIC	Aprimoramento da governança de TIC	Melhoria na pontuação do IGOVTIC-JUD, passando de 84,48 para 89,42, mantendo o nível de excelência e dando ao(à) cidadão(ã) paulista a tranquilidade de ser atendido(a) por um órgão de extrema competência nos seus serviços digitais prestados.
		Realização de contratações de soluções de TIC em conjunto com outros tribunais	Economia de recursos financeiros e humanos, graças às contratações conjuntas, a exemplo da contratação da Plataforma de Conscientização em Segurança da Informação, cujo valor unitário de licenças previsto de R\$ 390 foi reduzido para R\$ 59,99 a partir da entrada dos demais TREs como copartícipes, possibilitando a implantação e o uso, a partir do primeiro trimestre de 2023, por todos(as) os(as) servidores(as) da Justiça Eleitoral paulista, resultando em economia de cerca de R\$ 1,8 milhão.
	Desenvolver sistemas de informação	Sistema BIL - Pagamento de auxílio-alimentação de mesárias e mesários via PIX	O pagamento do auxílio-alimentação via PIX proporcionou desburocratização, agilidade e simplicidade ao processo, beneficiando cerca de 400 mil mesárias e mesários, que tiveram apenas que realizar cadastro de chave PIX do tipo CPF em qualquer instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.
		Aprimoramento do Sistema de Transparência	As adequações do Sistema de Transparência dos Servidores, em atendimento à Res. CNJ n. 389/2021, ampliaram o direito fundamental de acesso à informação dentro do princípio da publicidade da administração pública, que compreende a transparência, a acessibilidade, a integralidade e a integridade das informações referentes à gestão administrativa e financeira.
		Adequação de sistemas informatizados ao nome social	A possibilidade de utilização de nome social promoveu melhor atendimento às cidadãs e aos cidadãos.
		Aprimoramento do sistema PJe, com a implementação do serviço PJe-Docs, em desenvolvimento colaborativo com o TSE e CNJ	As melhorias possibilitaram a realização de download de processos cujas peças somam até 2GB, anteriormente limitado a 200MB, bem como o aprimoramento de performance aos usuários do sistema.
		Sistema de cadastro das emissoras de rádio e televisão e veículos de comunicação social	Novo sistema para registro das informações exigidas pela legislação eleitoral referentes à propaganda eleitoral, ao horário eleitoral gratuito e à propaganda político-partidária, em atendimento ao Provimento Conjunto da Presidência e Corregedoria do TRE/SP nº 2/2022.
		ColetaCand	A implantação do sistema desenvolvido pelo TRE-BA permitiu a entrega online da mídia de prestação de contas gerada pelo sistema SPCE-Cadastro (Candidatos e Direções Estaduais).

Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Desenvolver sistemas de informação	Gerador automatizado de atas de distribuição de processos judiciais	A implementação de serviço desenvolvido pelo TSE possibilitou dar publicidade às distribuições e redistribuições de processos no Tribunal Regional Eleitoral, nos termos da Portaria TRE-SP nº 25/2022.
	Realizar suporte operacional	Implantação do <i>chatbot</i> para usuários internos	A ferramenta de atendimento automatizado (<i>chatbot</i>) permitiu redução da sobrecarga de demandas de suporte técnico de 1º nível de TIC.
	Infraestrutura tecnológica e serviços em nuvem	Transmissão de boletins de urna por modens satélites BGAN	A <i>Broadband Global Area Network</i> (BGAN) é uma tecnologia utilizada originalmente pelo TRE-PA desde as Eleições 2006, para inclusão eleitoral de ribeirinhos e indígenas naquele Estado. Implantada pelo TRE-SP de modo colaborativo, conforme recomendado pela ENTIC-JUD, a inovação foi aplicada nas praias isoladas de Castelhanos e Bonete, em Ilhabela, com um ponto de transmissão em cada uma, beneficiando cerca de 300 eleitores pertencentes a comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras, que, antes, tinham de se deslocar por quatro horas para votar.
Gestão da segurança da informação e proteção de dados	Segurança da informação e proteção de dados	Implantação do <i>data center</i>	Maior nível de segurança física, melhor infraestrutura e maior controle e monitoramento do ambiente quanto aos subsistemas de fornecimento de energia, cabeamento estruturado e refrigeração, além da implementação de subsistema de combate ao incêndio, com atuação imediata em caso de necessidade. O fornecimento de energia elétrica redundante, com geradores com maior capacidade, diminui a necessidade de desligamento do data center, gerando maior disponibilidade dos serviços prestados e preservação de investimentos nos ativos de processamento e armazenamento em caso de sinistros.
		Contratações de soluções de segurança da informação	Conclusão de diversos projetos de contratação de equipamentos e de soluções de segurança cibernética, visando a manutenção da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações, tais como: - Licenças de antivírus com EDR; - Plataforma de Conscientização em Segurança Cibernética; - <i>Web Application Firewall</i> (WAF); - Autenticação MFA, - Solução de backup; - Auditoria de segurança para o AD; - Gestão de ativos e patches; - Solução de gerenciamento de acessos privilegiados para - dispositivos; - Licenças de Red Hat; - Módulos de segurança adicionais para Oracle e ativos de rede, com conclusão parcial em 2022 e continuidade da implantação em 2023.
		Incremento na segurança da informação	A revisão da Política de Segurança da Informação e a implantação de soluções como o DUO CISCO para autenticação MFA (autenticação multifator), a VPN com duplo fator de autenticação, antivírus nos servidores corporativos e de aplicações, bem como das recomendações de segurança do TSE para as Eleições 2022, garantiram a ausência de incidentes cibernéticos com danos a dados ou serviços essenciais mantidos pelo TRE-SP, além de manterem a pontuação máxima no tema "Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados" no questionário IGOVTIC-JUD 2022 do CNJ.
	Disseminação da cultura de segurança da informação	Elaboração do Plano de Educação e Cultura de SI para 2023/2024	A elaboração do documento, que contou com a participação de diversas áreas, trouxe maior sensibilização ao tema, demonstrando que a cultura em segurança da informação não é de responsabilidade apenas da área técnica.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Com a transformação digital, o trabalho, a distância e o grande número de soluções de TIC disponibilizadas em rede virtual privada e em nuvem, um dos grandes desafios a ser enfrentado é o aprimoramento constante dos mecanismos de proteção dos ativos de TIC, especialmente contra ameaças cibernéticas externas ou ataques maliciosos.

Em 2022, A Política de Segurança da Informação (PSI) do TRE-SP foi revisada e aperfeiçoada, sendo formalizada por meio da Resolução TRE-SP nº 580/2022, trazendo consigo o alinhamento à nova PSI da Justiça Eleitoral, estabelecida pela Resolução TSE nº 23. 644/2021, e às inovações estabelecidas pela Resolução CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

A PSI se instrumentaliza, no dia a dia, por meio de normas que versam sobre segurança na gestão de ativos, controle de acesso físico e lógico, gestão de riscos de segurança da informação, uso aceitável de recursos de TIC, cópias de segurança, continuidade dos serviços essenciais e sistemas estratégicos de TIC, gestão de incidentes, de vulnerabilidades, logs, desenvolvimento seguro de sistemas e uso de recursos criptográficos, e que são disponibilizadas em ambiente de rede interno (intranet).

No Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, o tema é tratado pela Comissão de Segurança da Informação, um grupo multidisciplinar formado por representantes de todas as áreas e subordinado à presidência do Tribunal, tendo como atribuições propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando à operacionalização, divulgação e fiscalização da Política de Segurança da Informação.

Há, ainda, a figura do gestor de segurança da informação, que detém amplo conhecimento dos processos de negócio do Tribunal e de segurança da informação, sendo responsável por propor à Comissão de Segurança da Informação normas, iniciativas e novas tecnologias que visem aumentar o nível de segurança da informação na instituição.

Outras comissões e grupos de trabalho compõem a estrutura para manutenção e melhoramento contínuo da segurança da informação, como a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR), responsável por tratar eventuais incidentes relacionados à segurança da informação, e o Grupo Técnico de Análise de Riscos de Segurança da Informação, que deve avaliar os cenários, elaborar o plano de resposta e recuperação aos riscos da segurança da informação e zelar pela proteção de um dos principais ativos da organização - a informação - bem como pela reputação e pela imagem do TRE-SP, por meio da implementação e da gestão de ações corretivas e preventivas.

Toda essa estrutura, aliada à revisão da PSI e à implantação de soluções como a VPN com duplo fator de autenticação, o antivírus nos servidores corporativos e de aplicações, bem como a implementação das recomendações de segurança do TSE para as Eleições 2022, garantiram a ausência de incidentes cibernéticos com danos a dados ou serviços essenciais mantidos pelo TRE-SP, além de assegurarem a pontuação máxima no tema “Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados” no questionário iGovTIC-JUD 2022 do CNJ.

Ciente da importância da educação contínua de todos os usuários e usuárias dos recursos de TIC para garantir total adesão à Política de Segurança da Informação, o Tribunal adquiriu a Plataforma de Conscientização em Segurança da Informação, a ser implementada progressivamente em 2023, e planeja a realização da Semana de Segurança da Informação, com atividades de sensibilização e conscientização sobre o assunto.



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- ▶ **Execução do Plano de Contratações de Soluções de TIC:** Em 2022, o TRE-SP atingiu 77,9% de execução, com meta definida de 85%; considera-se que o objetivo de aperfeiçoar as contratações foi atingido, pois praticamente todas as contratações relevantes foram concluídas ou avançaram significativamente no período.
- ▶ **Governança de TIC e indicador iGovTIC-JUD:** O resultado do TRE-SP subiu de 84,48, em 2021, para 89,42, em 2022, com pontuação máxima nos quesitos referentes às estruturas organizacionais e macroprocessos, políticas e planejamento, atendimento e suporte ao usuário, riscos, segurança da informação e proteção de dados e sistemas de informação. O desafio para os próximos ciclos avaliativos será atingir 90 pontos, resultado mínimo exigido a partir de 2023, de modo a permanecer no nível de maturidade máximo. Isso exigirá a manutenção dos processos já existentes e aperfeiçoamento nos quesitos relativos à transformação digital, particularmente quanto à implementação de modelos de inteligência artificial (IA), aprimoramento dos processos de gestão de pessoas de TIC e, finalmente, estudos quanto à adoção de serviços de infraestrutura em nuvem.
- ▶ **Investimentos em cibersegurança:** Com a publicação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), instituída pelo CNJ, e da Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral, definida pelo TSE, houve vultosa descentralização de créditos para aplicação de recursos financeiros em contratações de soluções de cibersegurança, concluídas ao final de 2022 e que serão implementadas de forma progressiva e integrada a partir do primeiro trimestre de 2023.
- ▶ **Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem pública:** A implantação trará o desafio de apoiar a transformação digital nos processos de trabalho internos do TRE-SP, executados tanto presencialmente como em teletrabalho, ao permitir o acesso a recursos computacionais compartilhados, com alta disponibilidade e segurança, a partir de diferentes dispositivos conectados à internet.
- ▶ **Suporte a usuários e usuárias:** Para aperfeiçoar o serviço, está prevista a implantação de visitas técnicas presenciais aos cartórios eleitorais e a ampliação do suporte via *chatbot*, além da contratação de serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas automatizados, visando ampliar a oferta de soluções automatizadas às áreas do Tribunal.

GESTÃO DE CUSTOS

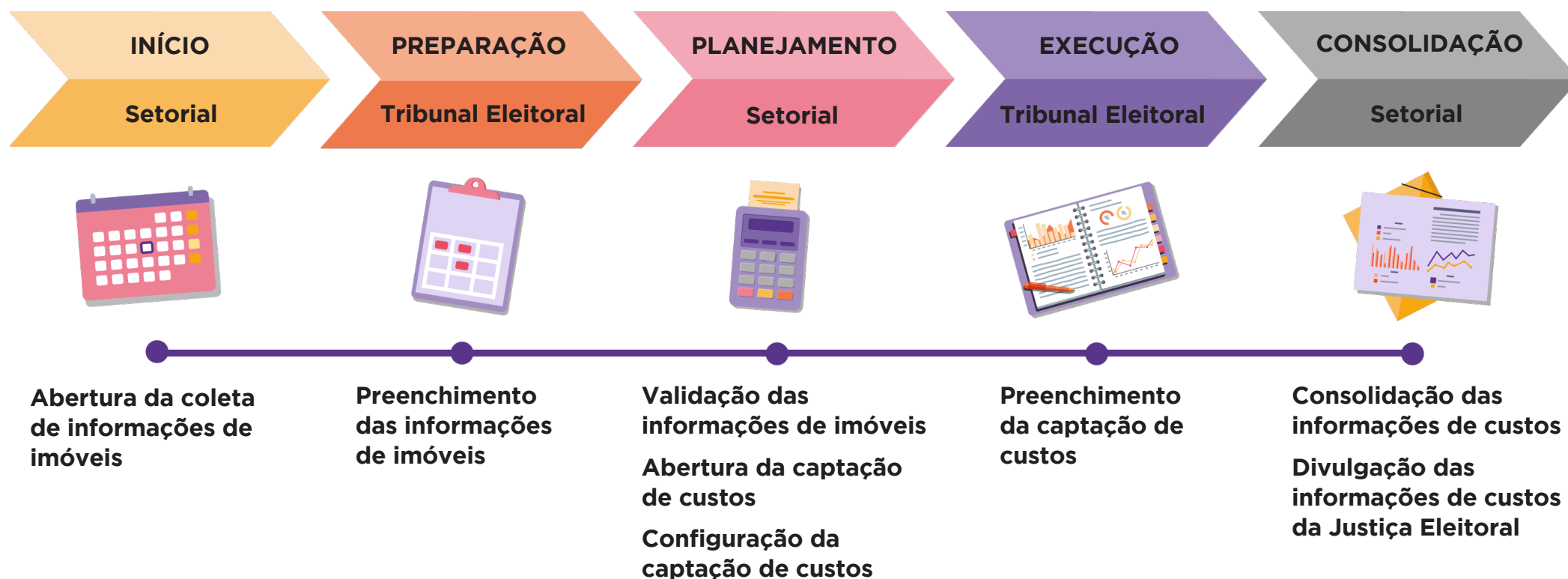
A sistemática de apuração de custos implementada no âmbito da Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução TSE nº 23.504/2016, foi elaborada a fim de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Essa sistemática própria da Justiça Eleitoral adota o imóvel como centro de custos e tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça especializada, que está presente em aproximadamente 2.200 municípios e possui mais de 2.700 imóveis em utilização em todo o território. Optou-se por uma sistemática que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, e que também evidenciasse

os resultados da gestão e que servisse de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral, e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Regionais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, sendo esta a Setorial de Custos da Justiça Eleitoral.

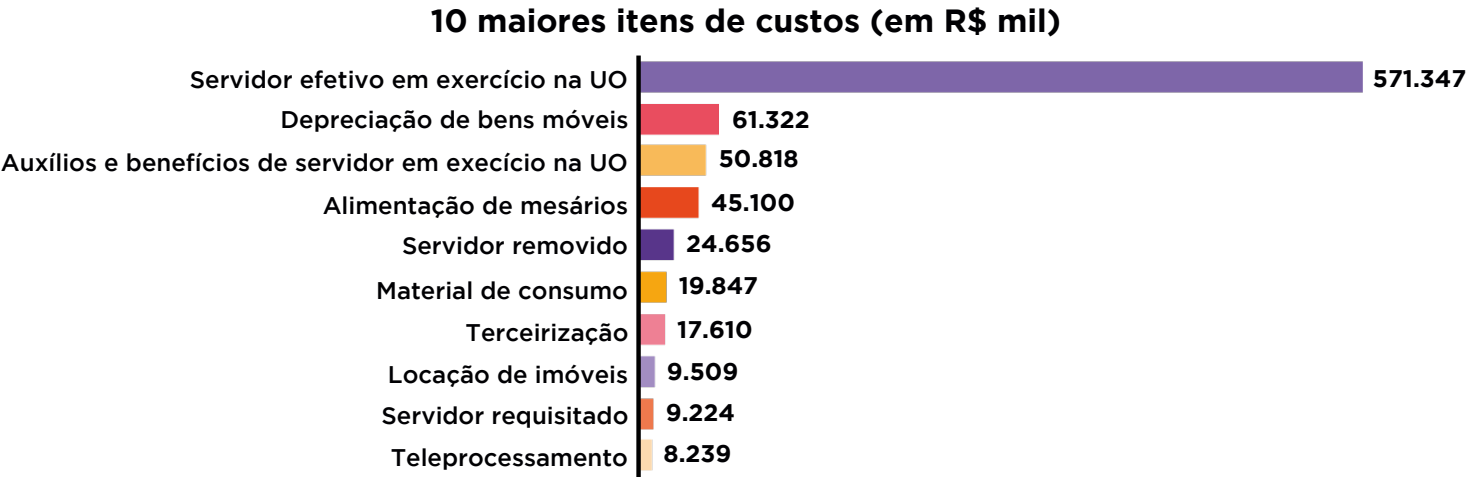
O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Nessa metodologia existem dois eixos de informações, “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

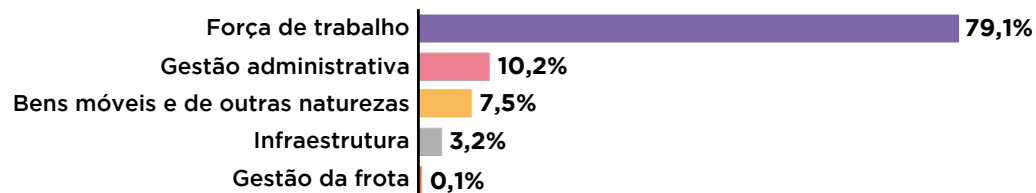


Em relação aos custos apurados no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, referentes ao exercício de 2022, que somam um total de R\$ 861.122.428,90, os 10 maiores itens de custo são os apresentados no gráfico a seguir:



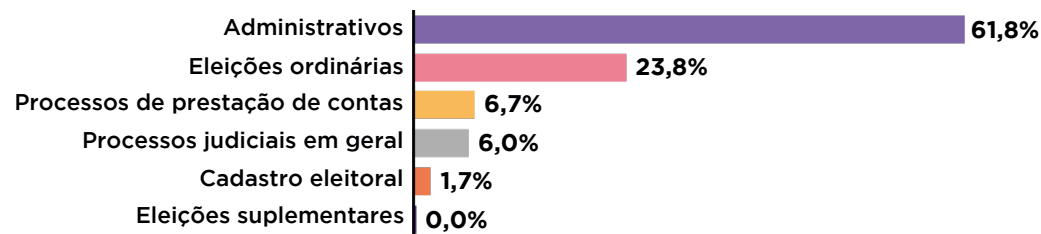
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, tem-se a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupos (em %)



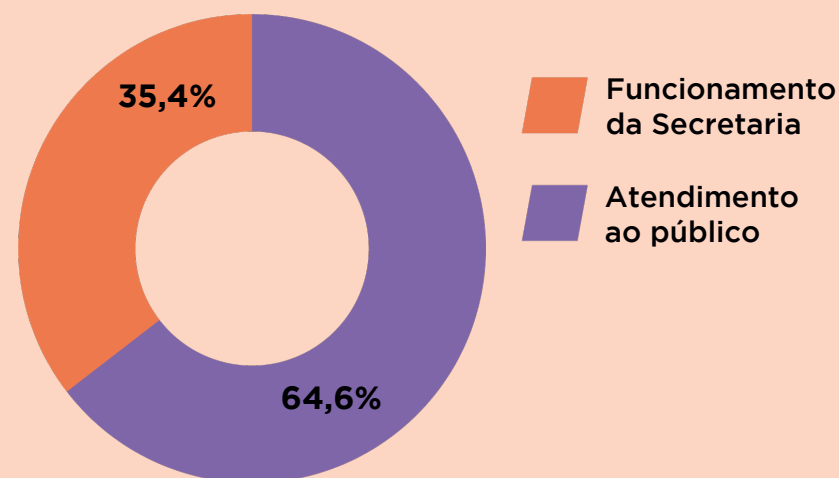
Os custos por atividades/serviços estão representados abaixo:

Custos por Atividades/Serviços (em %)



A distribuição dos custos entre o atendimento ao público e o funcionamento da Secretaria apresenta-se da seguinte forma:

Funcionamento da Secretaria X Atendimento ao público (em %)



É importante destacar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos(as) gestores(as) e ao público em geral. Assim, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos(as) gestores(as) da Justiça Eleitoral.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ser reconhecido como um tribunal sustentável faz parte da visão de futuro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Assim, um dos macrodesafios estabelecidos no Plano Estratégico Institucional para o ciclo 2021-2026 foi justamente a promoção da sustentabilidade, que se reflete na busca por soluções que minimizem o impacto das atividades do TRE-SP no meio ambiente. O compromisso institucional com a sustentabilidade também está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU). As ações internas priorizam a redução do consumo de recursos naturais, o consumo racional de materiais, a cultura da preservação do meio ambiente, a gestão de resíduos, entre outros, e envolvem juízas(es) eleitorais, servidoras(es), terceirizadas(os) e estagiárias(os) lotadas(os) na Secretaria e nas Zonas Eleitorais.

DESTAQUES 2022

Ampliação dos ecofiscais

Ecofiscais são servidoras(es) lotadas(os) nas diversas unidades administrativas do Tribunal, designadas(os) para auxiliar a Administração na divulgação de eventos, projetos e ações socioambientais.

Em 2022, houve ampliação no quantitativo de ecofiscais designados, tanto na Secretaria quanto nas Zonas Eleitorais do Estado:

2021



65

Ecofiscais

2022



510

Ecofiscais

Desempenho no Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário



Na 6ª edição do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, o TRE-SP alcançou o terceiro melhor desempenho entre os Tribunais eleitorais.

O relatório tem o objetivo de dar transparência à atuação do Poder Judiciário sob a ótica do desempenho Socioambiental, e calcula o índice de desempenho de sustentabilidade (IDS) dos órgãos com base em sete indicadores: consumo de energia elétrica, água, copos descartáveis, papel e garrafas de água, destinação de papel para reciclagem e número de usuários por veículo.

Rede SustentAção-SP



Em 2022, o TRE-SP passou a integrar a Rede SustentAção-SP, uma rede colaborativa de instituições que visa aperfeiçoar suas práticas de sustentabilidade, implementar programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade econômica, observando diretrizes de gestão e sustentabilidade vigentes para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Por meio de projetos conjuntos, troca de experiências entre as instituições, desenvolvimento de pesquisas e grupos de trabalho, realização de simpósios, seminários, congressos, eventos e atividades correlatas, espera-se otimizar a gestão sustentável.

Eleições Sustentáveis 2022

Ciente da poluição ambiental gerada pela propaganda eleitoral, a Justiça Eleitoral tomou medidas para tentar reduzir seus efeitos nas Eleições 2022.

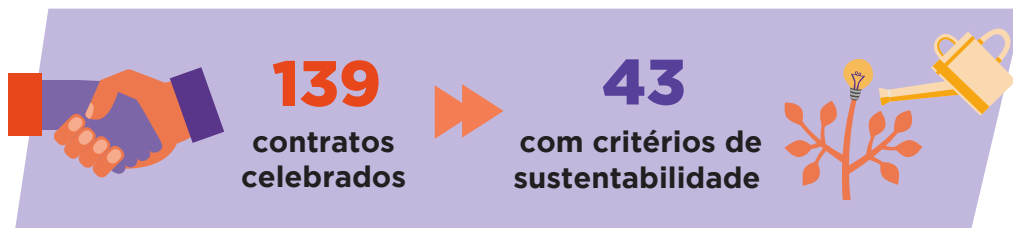
O TRE-SP orientou órgãos partidários estaduais sobre o modo correto de descarte das sobras de materiais de campanha, tais como papéis, plásticos, lonas, metais, entre outros, recomendando destiná-las à reciclagem por cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Internamente, foi feito o monitoramento da quantidade de papel e demais materiais, produzidos pelos cartórios eleitorais do Estado no período eleitoral, destinados à reciclagem.



CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

A sustentabilidade também permeia as contratações e aquisições do TRE-SP. Em 2022, tivemos:



Entre os critérios de sustentabilidade adotados nas contratações, destacam-se:

-  Apresentação do comprovante de registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal do Ibama, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido com chave de autenticação, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021
-  Selo de certificação FSC, Cerflor ou ABNT Beija-Flor, garantindo o correto manejo florestal na produção
-  Embalagem confeccionada em material reciclável, visando privilegiar iniciativas voltadas à proteção ambiental
-  Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (junto ao IBAMA), bem como selo do INMETRO, obedecendo a regulamentação do PBE (eficiência energética)
-  Uso preferencial de etanol nos veículos flex, por ser um combustível proveniente de fontes renováveis, e de diesel S10, que apresenta melhor qualidade e baixíssimo teor de enxofre, causando menos danos ao meio ambiente



Utilização de sistemas de reaproveitamento da água para a execução dos serviços, ou outra medida de uso racional



Certificado de aprovação no Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso (inspeção ambiental veicular), caso este seja novamente implantado



Acondicionamento, transporte e descarte do óleo lubrificante, conforme Resoluções CONAMA nº 307/02 e nº 362/15



Limpeza, transporte e descarte de efluentes em conformidade com a legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 430/2011)

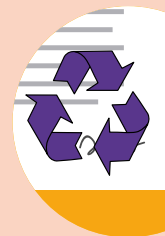


Cumprimento da Resolução CONAMA nº 257/99, relativa à destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas



Utilização de ferramentas e equipamentos elétricos com selo Procel de maior economia de energia elétrica, ou detentores da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) da classe de maior eficiência

Investimento de



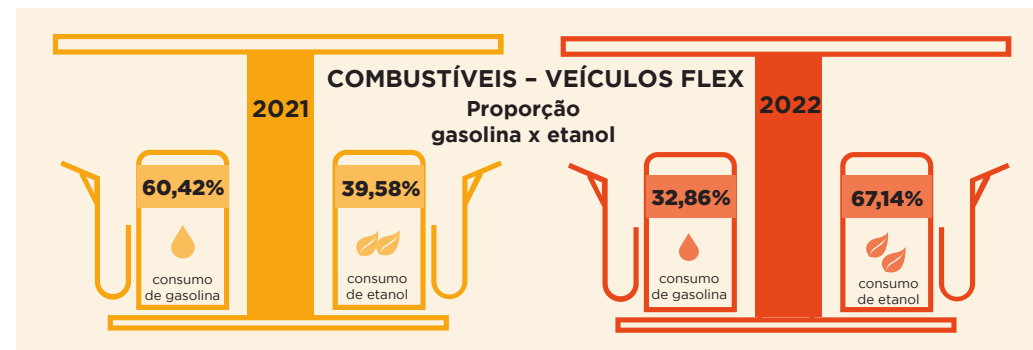
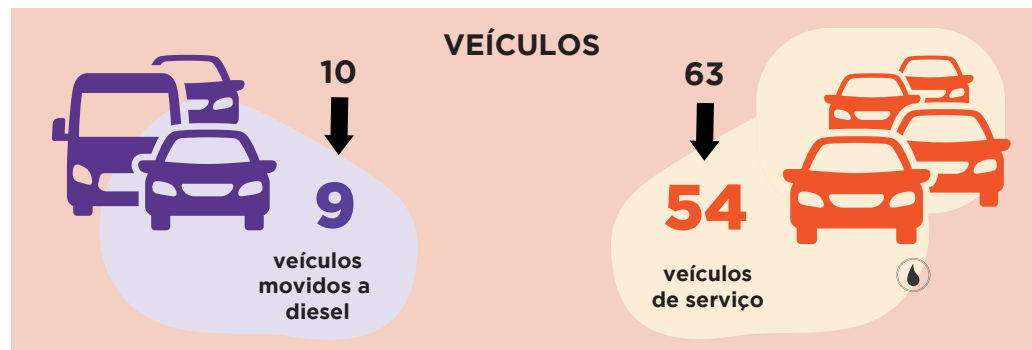
R\$ 14.149.277,47
em contratações sustentáveis

15%
de todo o valor
contratado em
2022

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

A preservação dos recursos naturais é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável.

Assim, em 2022, o TRE-SP adotou medidas relativas a veículos e combustíveis com o intuito de minimizar o impacto no meio ambiente.



Além dessas medidas, destaca-se que a atualização da frota é realizada visando à aquisição de veículos energeticamente mais eficientes (melhor aproveitamento dos combustíveis e menos poluentes), proporcionando também menos gastos com a manutenção de veículos mais antigos. Em relação à utilização do serviço de transporte, o agendamento é realizado de forma racional, para que um único veículo escalado possa ser utilizado, sempre que possível, para atender a mais de uma requisição de

unidades distintas em localidades próximas.

O TRE-SP utiliza sistema de climatização de alta eficiência energética e sem utilização de gases nocivos ao meio ambiente, e também implementa um programa de substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas mais eficientes de led.

Redução de resíduos poluentes

A correta destinação de resíduos, inclusive por meio da reciclagem de materiais, é uma prática já estabelecida na Justiça Eleitoral paulista.

Em 2022, o quantitativo coletado foi bastante expressivo:



PRINCIPAIS AÇÕES, CAMPANHAS, ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2022

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Foi realizada, entre os dias 20 e 23 de junho, a Semana do Meio Ambiente do TRE-SP, com o escopo de debater temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à Agenda 2030, que contou com os seguintes eventos e resultados:



20
06

Webinário - Tema:
**Cidades
Sustentáveis**



240

servidoras(es)
participaram



710

visualizações no
YouTube

21
06

Webinário - Tema:
**Contratações
Sustentáveis**



257

servidoras(es)
participaram



690

visualizações no
YouTube

22
06

Webinário - Tema:
**Inovação, Meio Ambiente
e ODS (Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável)**

Exibição do vídeo “**Projeto
da Escolinha Eleitoral da
Piraporinha**”, enviado pela
Zona Eleitoral nº 372 –
Piraporinha



208

servidoras(es)
participaram



753

visualizações no
YouTube

23
06

Oficina sustentável
que ensinou, na prática,
servidoras e servidores
a elaborarem terráreos
de plantas suculentas
e a plantarem diversas
mudas, utilizando
recipientes recicláveis e
sustentáveis



117

servidoras(es)
participaram, sendo **31**
de forma presencial



761

acessos ao link de
transmissão na
plataforma Zoom

Em síntese, a Semana do Meio Ambiente propiciou a capacitação de 822 servidoras e servidores na seara da sustentabilidade e obteve 2.914 visualizações nas plataformas de transmissão.

AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO

Recepção de novos(as) servidores(as)

Por meio de palestras de sensibilização, o Tribunal foi apresentado aos(as) 153 novos(as) servidores(as) que ingressaram em 2022 em eventos de ambientação denominados INSERE, que envolvem diversas áreas da Secretaria.



Campanhas para a redução no consumo de água, copos plásticos descartáveis, papel e energia elétrica

As campanhas de conscientização são um meio bastante utilizado pela Justiça Eleitoral paulista para sensibilizar servidores e servidoras, assim como o público em geral. Consumo de água e de energia elétrica, uso de papel e copos plásticos foram alguns dos temas dessas campanhas.

Campanha Desejos de Natal

Em 2022, o TRE-SP aderiu à Campanha Desejos de Natal, realizada pela Cruz Vermelha de São Paulo. Nesta ação, direcionada a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, servidoras e servidores apadrinharam 55 crianças e adolescentes.



Campanha do agasalho

Realizada em caráter permanente pelo TRE-SP, a campanha arrecadou, em 2022, 904 peças doadas por servidoras(es) e enviadas para a Cruz Vermelha.



Substituição dos copos plásticos descartáveis por copos biodegradáveis

O copo plástico descartável comum leva até 400 anos para se decompor, e o seu uso gera grande quantidade de resíduos que prejudicam o meio ambiente. Por essa razão, o TRE-SP substituiu os copos ainda utilizados por copos biodegradáveis, que iniciam o processo de decomposição em apenas 2 anos.

Distribuição de canecas reutilizáveis

Com o objetivo de fomentar a redução do consumo de copos de plástico descartáveis, foram distribuídas canecas reutilizáveis para todas(os) as(os) juízas(es) eleitorais, servidoras(es), terceirizadas(os) e estagiárias(os) lotadas(os) na Secretaria e nas Zonas Eleitorais, para o uso diário em suas unidades.



GESTÃO DA ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Em todos os campos de sua atuação, o TRE-SP busca zelar pelo respeito à diversidade e à equidade, empenhando-se em implementar medidas que assegurem a ampla participação social, sem qualquer tipo de discriminação. O atendimento é garantido a todas as pessoas, sem distinção, com especial atenção ao tratamento igualitário, humanizado, acessível, com cordialidade, urbanidade, empatia e uso de linguagem cidadã. Essas diretrizes estão presentes na Política de Acessibilidade e Inclusão (Resolução TRE-SP nº 503/2020), na Política de Sustentabilidade (Resolução TRE-SP nº 562/2021) e no Programa de Integridade e Compliance (Portaria TRE-SP nº 45/2023).

DESTAQUES 2022

ACORDO DE COOPERAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO (SMPED) E TRE-SP

Em junho de 2022 foi assinado o novo acordo de cooperação técnica entre a Justiça Eleitoral paulista e a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPED. A parceria visa a realização de ações de promoção, capacitação, conscientização, sensibilização e treinamento sobre o tema da acessibilidade e inclusão.



PROJETO TRANSPORTE DE ELEITORES(AS) COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

O projeto teve início na capital, em 2010, com a disponibilização de transporte fornecido pelo Serviço de Atendimento Especial (Serviço Atende+), aos(as) usuários(as) já cadastrados(as), no dia das eleições.

Essa parceria entre o TRE-SP e a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT) foi bem-sucedida e, a partir de 2014, o Tribunal estendeu a iniciativa para o interior do Estado, contando com o suporte das prefeituras para a disponibilização do serviço de transporte específico para munícipes com deficiência e/ou mobilidade reduzida no dia da eleição.

Resultados obtidos em 2022:



187

**Municípios Paulistas
forneceram transporte
específico para pessoas com
deficiência nas Eleições**

**Quantidade de eleitores(as)
transportados (as) no 1º e
2º turnos de votação das
eleições de 2022**

605 **416**
Interior Capital



PROJETO LIBRAS

O projeto tem como principal objetivo a remoção de barreiras de comunicação, a fim de possibilitar o adequado atendimento e orientação aos(as) eleitores(as) surdos(as) ou com deficiência auditiva. Criada em 2013 e aplicada a partir das Eleições 2014, a iniciativa tem por base o cadastramento de colaboradores(as) com conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atuarem nos locais de votação em todo o Estado no dia do pleito, prestando auxílio a eleitores(as).

Campanha de arrecimação de voluntários(as)

O TRE-SP realiza, desde as eleições de 2020, campanha de arrecimação de voluntários(as) com conhecimento em Libras, visando aumentar o número de pessoas com conhecimento na língua para atuarem nos locais de votação, de forma a ampliar a disponibilização desse importante recurso de acessibilidade comunicacional em todo o Estado.

1.192

colaboradores(as) com
conhecimento em Libras,
nomeados em 2022



Central de Intermediação em Libras

Na capital, o Projeto Libras também tem o apoio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) para a disponibilização dos serviços da Central de Intermediação em Libras - CIL/SMPED no dia do pleito. Disponível a partir das eleições de 2020, a central atende tanto os apoios logísticos designados pela Justiça Eleitoral quanto os(as) eleitores(as) surdos(as) ou com deficiência auditiva nos locais de votação.



223

videochamadas

POP RUA JUD SAMPA

Com o objetivo de promover políticas públicas judiciais de atenção à pessoa em situação de rua, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu o Comitê Nacional PopRuaJud. O TRE-SP integra o projeto POpRuaJud no estado de São Paulo e participou das duas primeiras edições do Mutirão de Atendimento à População de Rua da Cidade de São Paulo, prestando serviços eleitorais.

Resultados obtidos em 2022:

1.005

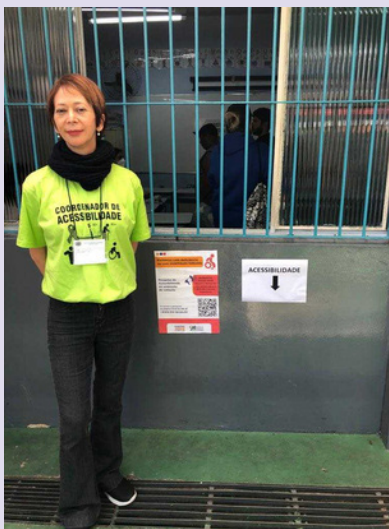
pessoas em situação
de rua atendidas



PESQUISA DE ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE DE VOTAÇÃO

Com o objetivo de extrair informações sobre a temática da acessibilidade e inclusão nas eleições de 2022, o TRE-SP realizou pesquisa aos(as) eleitores(as) com deficiência ou com mobilidade reduzida, servidores(as), mesários(as), apoio logístico, Coordenadores(as) de Acessibilidade e Apoio Logístico com conhecimento em Libras

Sobre as condições de acessibilidade das seções eleitorais, destaca-se que 86% dos(as) eleitores(as) participantes da pesquisa consideraram os locais acessíveis. Além disso, 90% disseram que identificaram Coordenadores(as) de Acessibilidade no local e 42% precisaram do auxílio desses(as) colaboradores(as). Sobre os recursos de acessibilidade da urna eletrônica, 93% dos(as) eleitores(as) informaram que o fone de ouvido estava disponível na seção eleitoral, sendo que 4% dos(as) eleitores(as) cegos(as) ou com deficiência visual informaram que precisaram do equipamento para votar.



**Coordenadora de
Acessibilidade
1ª Zona Eleitoral -
Bela Vista**

PROJETO COORDENADOR(A) DE ACESSIBILIDADE

A pessoa designada para atuar como coordenador(a) de acessibilidade desempenha importante papel na busca pela eliminação de barreiras na comunicação e na informação, bem como pela redução das barreiras físicas e atitudinais, no dia da eleição. Considerando a importância dessa função, o projeto foi criado para que haja, no mínimo, um apoio logístico designado como coordenador(a) de acessibilidade em cada local de votação.

Esse(a) colaborador(a) tem como atribuição realizar vistoria de véspera das condições de acessibilidade do espaço que receberá os(as) eleitores(as), além de prestar atendimento adequado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no dia do pleito, assegurando, de forma incondicional, o exercício do voto e respeitando as necessidades de cada eleitor(a).

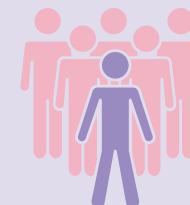
Resultados obtidos em 2022:

Coordenadores(as) de Acessibilidade

10.769
1º TURNO



10.765
2º TURNO



O TRE-SP está em constante busca por medidas que facilitem o exercício da cidadania pelos(as) eleitores(as) com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo, assim, o acesso amplo e irrestrito aos serviços da Justiça Eleitoral e ao exercício do voto. Ao longo do ano de 2022, foram desenvolvidas diversas ações visando a concretização desse objetivo. Tiveram destaque os guias e manuais direcionados aos(as) servidores(as) e colaboradores(as),

Para treinamento, capacitação, sensibilização e conscientização acerca das tratativas, atendimento adequado e cumprimento de requisitos de acessibilidade comunicacional, visando o fomento de uma cultura acessível e inclusiva no âmbito do TRE-SP. Assim, espera-se alcançar a excelência no atendimento às pessoas com deficiência, por meio de um serviço respeitoso, inclusivo, claro, livre de preconceitos e que gere autonomia a esse coletivo.

CARTILHA DE ACESSIBILIDADE PARA AS ELEIÇÕES - INTERIOR E CAPITAL



Figura: Capas das Cartilhas de Acessibilidade para as Eleições 2022 – versões interior e capital, respectivamente.

bit.ly/3Yg4R12

bit.ly/3ypcfpg

GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS E CONTEÚDOS ACESSÍVEIS

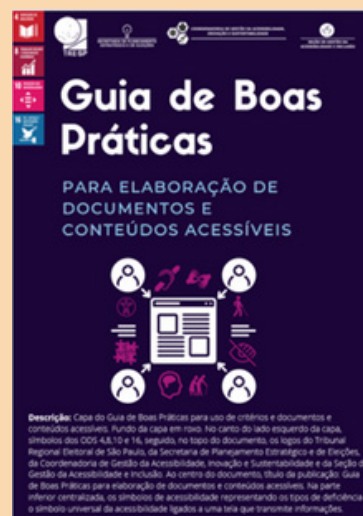


Figura: Capa do Guia de Boas Práticas para elaboração de documentos e conteúdos acessíveis

bit.ly/3kHgLK

GUIA RÁPIDO - DICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



Figura: Capa do Guia Rápido – dicas de acessibilidade e inclusão

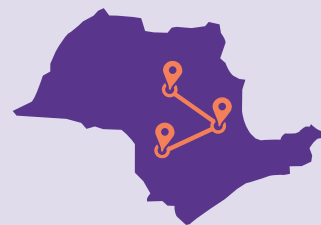
bit.ly/3Zg9fym

PROGRAMA PENAS ALTERNATIVAS

Inserido na linha de atuação da reinserção social do Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP, o Programa de Penas e Medidas Alternativas consiste na prestação de serviços à comunidade pelos(as) condenados(as) que tiveram pena privativa de liberdade aplicada não superior a quatro anos, e desde que o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Assim, é aplicada uma medida penal de caráter educativo e socialmente útil ao(à) infrator(a), em substituição à pena privativa de liberdade. Em São Paulo, os cartórios eleitorais do Estado possuem discricionariedade para a adesão a esse programa, contudo, constatou-se um aumento significativo no número de Zonas Eleitorais participantes em 2022, após palestra de sensibilização e esclarecimento realizada pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo no evento “Abertura das Eleições 2022”.

Resultados obtidos em 2022:

Zonas Eleitorais participantes do programa em 2022:



25

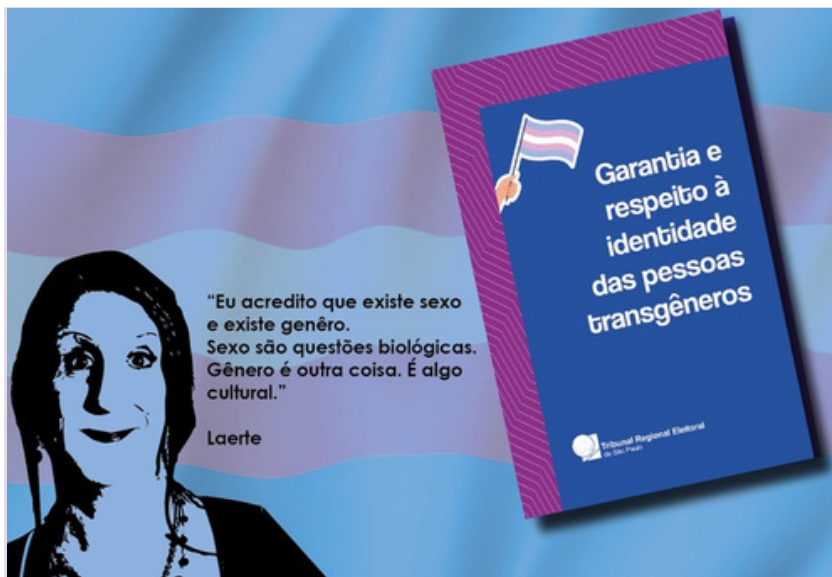
aumento de aproximadamente 78%, em relação à 2021, que contaram com a participação de 14 zonas eleitorais

Beneficiários(as) participantes do programa em 2022:



62

aumento de 59% em relação à 2021, que tiveram 39 beneficiários(as)



GARANTIA E RESPEITO À IDENTIDADE DAS PESSOAS TRANSGÊNEROS

A Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP), do TRE-SP, foi a vencedora do II Concurso de Boas Práticas das Escolas Judiciárias Eleitorais, na categoria “Capacitação”, com o curso “Garantia e Respeito à Identidade das Pessoas Transgêneros”. A fim de assegurar o reconhecimento do direito ao nome social, além de garantir um atendimento digno e inclusivo pela Justiça Eleitoral, o curso foi concebido para sensibilizar e capacitar servidoras e servidores a respeito do tema, apresentando aspectos teóricos e técnicos de diversidade sexual e informando sobre preconceito e discriminação, além de recomendar as melhores práticas no atendimento ao público.

<https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/sao-paulo-vence-concurso-de-boas-praticas-das-escolas-judiciarias-eleitorais>

SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO

Em 2022, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo elaborou diversas ações com o objetivo de informar, conscientizar e sensibilizar servidores e servidoras sobre relações saudáveis de trabalho e prevenção ao assédio moral, assédio sexual e discriminação.

As iniciativas, que envolveram cursos, debates, palestras, além da publicação da Cartilha Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação, estão alinhadas à Resolução CNJ nº 351/2020, que instituiu a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário.

Ações de sensibilização

- ▶ **Moral e Sexual no Trabalho;**
- ▶ **Combate ao assédio;**
- ▶ **LGBTQIA+Conceitos e Histórias - Diversificando seu olhar de mundo;**
- ▶ **Gênero e atuação legislativa;**
- ▶ **Políticas étnico-raciais: conceitos e métodos na superação do racismo e desigualdades;**
- ▶ **Direitos Humanos: Uma Declaração Universal;**
- ▶ **Liberdade Religiosa e Estado Laico;**
- ▶ **Debates e Rodas de conversa;**
- ▶ **Palestra: “Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação”**



<https://tinyurl.com/yjphsz2a>

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU, CONTEMPLANDO AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS E PENDENTES DE CUMPRIMENTO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

SEI nº 0000329-70.2022.6.26.8000, desdobramento da análise dos cargos feita no SEI nº 0017121-36.2021.6.26.8000. Relacionado, também, ao SEI nº 0028557-89.2021.6.26.8000

Acórdão TCU 2976/2021 – 08/12/2021: trata das peças 229, 230 e 231 do processo TC 016.801/2020-2 (SEI nº 0028557-89.2021.6.26.8000).

Monitoramento dos Acórdãos nº 199/2011, nº 1.229/2014 e nº 2.617/2016, todos do Plenário, prolatados nos autos do TC-014.770/2009-9 (os dois primeiros) e do TC-014.541/2016-5, que visaram, em síntese, verificar a regularidade dos atos de requisição de pessoal no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Sobre os acórdãos supracitados, em 2021 houve a determinação da cessação de afastamento de 91 servidores(as) cujas atribuições do cargo ocupado no órgão de origem foram consideradas vinculadas a funções de limpeza ou de natureza análoga, conforme os processos SEI nº 0045266-39.2020.6.26.8000, nº 0020775-31.2021.6.26.8000 e nº 0032134-75.2021.6.26.8000.

Além disso, foram reanalisadas outras 29 requisições cujas atribuições do cargo ocupado pelos(as) servidores(as) no órgão cedente poderiam ser incompatíveis com aquelas desempenhadas na Justiça Eleitoral, resultando na determinação de cessação de afastamento de 10 requisitados(as), conforme processos SEI nº 0032811-08.2021.6.26.8000 e nº 0003876-05.2022.6.26.8070.

Está em curso nova análise dos cargos, em monitoramento contínuo, e a disponibilização no Portal da Transparência, na internet, no sítio oficial deste Tribunal, o rol de servidores(as) requisitados(as) com várias informações destinadas à averiguação da regularidade das requisições, inclusive no tocante às atribuições com documentação comprobatória das funções inerentes ao cargo no órgão de origem.

SEI nº 0001073-02.2021.6.26.8000

Acórdão TCU nº 1345/2020 - Plenário, OFÍCIO nº 0447/2021-TCU/Seproc, Processo TC 025.106/2019-8.

Limites de vagas das Zonas Eleitorais e quantitativo de requisitados(as) de 2016 até 2020; tempo de requisição no último dia de 2020, dividido entre órgãos das três esferas públicas (municipal, estadual e federal); número de requisitados(as) na Secretaria em contraposição ao de efetivos; tempo de requisição daqueles(as) lotados(as) na Secretaria e total de efetivos e requisitados de 2016 até 2020.

No processo SEI nº 0005068-23.2021.6.26.8000, que tratou do levantamento do número de vagas atribuídas às Zonas Eleitorais (eleitorado total X eleitores(as) aptos(as)), o que resultou na devolução de servidores(as) requisitados(as) excedentes acima do limite autorizado pela Resolução TSE nº 23.523/2017 (despachos – documentos SEI nº 2620865 e nº 2776738).

Mantida em 2022 a análise do número de vagas atribuídas para requisição, consonante o eleitorado da Zona Eleitoral. Exceção feita às requisições extraordinárias, durante o período eleitoral, em conformidade com o art. 8º, §§1º e 2º da Resolução TSE nº 23.523/2017.

SEI nº 0022921-45.2021.6.26.8000, desdobramento do processo SEI nº 0068225-38.2019.6.26.8000 (Ofício 4710/2019- TCU/Sefip, de 13/9/2019)

Ofício nº 33.314/2021-TCU/Seproc, Processo TC 001.084/2020-8, Acórdão TCU nº 1421/2021-Plenário, de 16/06/2021.

Encaminhado ao Tribunal de Contas o Ofício TRE-SP nº 1.572/2021, que, em seu teor, ratifica o cumprimento dos prazos das requisições e da obrigatoriedade de cumprimento do estágio probatório pelos servidores(as) requisitados(as), nos termos da Resolução TSE nº 23.523/2017, alterada pela Resolução TSE nº 23.643/2021, bem como, na análise dos pedidos de requisição, a consideração aos eventuais problemas

enfrentados pelos órgãos cedentes. Outrossim, foram prestados esclarecimentos sobre a cessão de servidores(as), de acordo com o inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/1990 c/c o § 1º do art. 3º do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, assim como a inexistência de cessões que violem o art. 20, § 3º, da Lei nº 8.112/1990 c/c art. 16 do Decreto nº 9.144/2017 (atual art. 4º do Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021).

No que concerne às requisições, mantida a observância dos problemas enfrentados pelos órgãos de origem, como atestam acordos firmados com o Executivo estadual e com o Judiciário estadual, bem como a análise das requisições de servidores(as) da Unicamp, em atendimento à solicitação daquela instituição de ensino.

Mantida a obrigatoriedade de cumprimento do estágio probatório como requisito para a requisição, considerando, além do supracitado acórdão, o disposto no art. 1º da Resolução TSE nº 23.523/2017.

Exceção às cessões para as eleições previstas no inciso II do artigo 94-A, da Lei nº 9.504/1997, e no art. 12 da Resolução TSE nº 23.523/2017.

SEI nº 0000329-70.2022.6.26.8000 - ACÓRDÃO TCU nº 2976/2021 - Plenário

Tomada ciência do teor do acórdão que considerou cumpridos itens/subitens dos Acórdãos nº 2.617/2016, nº 1.229/2014 – Plenário e nº 2.617/2016 – Plenário; **em cumprimento**, no que tange ao Acórdão nº 199/2011 – Plenário, o subitem 9.1.2, bem como a perda de objeto de itens/subitens dos citados acórdãos.

Cabe esclarecer que esse acórdão determina ao Tribunal Superior Eleitoral, com fulcro nos arts. 6º, caput e 8º, caput e §§ 2º e 3º, da Lei nº 12.527/2011, que promova, no prazo de 120 dias, alteração normativa com o objetivo de prever a disponibilização, nos portais da internet dos Tribunais Eleitorais, na área de transparência relativa à gestão de pessoas, em formato aberto, da relação dos servidores(as) requisitados(as), que contemple, no mínimo, informações:

- 9.5.1. relativas aos(as) servidores(as) no órgão de origem, tais como: nome completo; matrícula, se pertencente à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às Autarquias; órgão de origem; cargo que ocupa no órgão de origem; data da posse no cargo efetivo; natureza das atribuições de forma detalhada ou das atividades desenvolvidas no cargo de origem (Lei 6.999/1982, art. 2º, § 2º, e Resolução TSE nº 23.523/2017, art. 1º, caput, e art. 2º, caput);

- 9.5.2. referentes aos(as) servidores(as) no órgão de destino, tais como: natureza das

atribuições ou das atividades desenvolvidas na Justiça Eleitoral; data de início e do término da requisição; número de prorrogações que foram requeridas; data da nova requisição após um ano da data de retorno ao órgão de origem, se houver (art. 6º, caput, e § 1º e art. 10, caput);

- 9.5.3. que visam a demonstrar a correlação entre as atividades desenvolvidas pelo(a) servidor(a) no órgão de origem e aquelas a serem desenvolvidas no serviço eleitoral, tais como: correlação entre as atividades e o caráter administrativo; análise da correlação de atividades desenvolvidas pelo(a) servidor(a) no órgão de origem e das atividades serem desenvolvidas no serviço eleitoral, observando, inclusive, o caráter administrativo das atribuições do cargo de origem (Resolução TSE nº 23.523/2017, art. 5º, caput, § 1º).

Em 12/04/2022, o Tribunal Superior Eleitoral alterou a Resolução TSE nº 23.523/2017 e introduziu o artigo 14, que prevê a publicação, no Portal da Transparência dos Regionais, tabela que contemple todos os itens exigidos pelo Tribunal de Contas da União.

A determinação encontra-se em fase de implantação neste Tribunal.

SEI nº 0021712-07.2022.6.26.8000 - ACÓRDÃO TCU nº 2076/2022 - 2ª Câmara, Ofício nº 19.069/2022-TCU/Seproc, Processo TC 023.930/2021-7

Aposentadoria de servidor. Vantagem denominada “quintos” de função. Negativa de registro pelo Tribunal de Contas da União, observando-se o decidido pelo STF no Recurso Extraordinário nº 638.115-CE.

No processo SEI nº 0008304-80.2021.6.26.8000, que tratou da aposentadoria de servidor, foi verificado que fazia jus a quintos de função comissionada, conforme decisão judicial proferida pelo Juízo da 22ª Vara Federal Cível de São Paulo no bojo do processo 0000292-57.2004.4.03.6100, em ação promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo – Sintrajud. Desse modo, em razão do decidido pelo STF nos autos do RE nº 638.115-CE, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) (“quintos”) foi considerada para o cálculo dos proventos do servidor, visto que se trata de parcela permanente.

Em razão da prévia observância pelo TRE-SP do quanto apontado pelo TCU, foi interposto pedido de reexame na Corte de Contas, encaminhando-se novo ato de aposentadoria por meio do sistema próprio do TCU.

SEI nº 0036630-16.2022.6.26.8000 - ACÓRDÃO TCU nº 3922/2022 – 2ª Câmara, Ofício nº 40.055/2022-TCU/Seproc, Processo TC 008.099/2022-7

Aposentadoria de servidor. Vantagem denominada “quintos” de função. Negativa de registro pelo Tribunal de Contas da União. Manutenção dos pagamentos em respeito à decisão proferida pelo STF nos autos do RE n. 638.115-CE.

No processo SEI nº 0080872-65.2019.6.26.8000, que tratou da aposentadoria de servidor, foi verificado que fazia jus a quintos de função comissionada, conforme decisão judicial proferida pelo Juízo da 22ª Vara Federal Cível de São Paulo no bojo do processo 0000292-57.2004.4.03.6100, em ação promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo – Sintrajud.

Desse modo, em razão do decidido pelo STF nos autos do RE n. 638.115-CE, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) (“quintos”) foi considerada para o cálculo dos proventos do servidor, visto que se trata de parcela permanente.

Não obstante, o Tribunal de Contas determinou o destaque na folha de pagamento da parcela como VPNI para que propicie futuras absorções, nos moldes do determinado pelo STF.

Contudo, em razão da observância da decisão do STF, foi interposto pedido de reexame na Corte de Contas, com envio de novo ato de aposentadoria por meio do sistema próprio do TCU.

SECRETARIA DE GESTÃO DE MATERIAIS

Representação do Tribunal de Contas da União (TCU), recebida em outubro de 2020, questionava a exigência de comprovação, por meio de atestados de capacidade técnica, em 100% do quantitativo em disputa no pregão eletrônico destinado à contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte com veículos de uso misto com motoristas (tríduo eleitoral/logística de distribuição de urnas eletrônicas) para os cartórios eleitorais da capital, nas Eleições 2020, e, ainda, sobre a ausência de estimativa da quilometragem a ser percorrida na prestação do serviço de transporte.

Prestadas as informações requisitadas, sobreveio o v. Acórdão TCU nº 2977/2020

– Plenário, que julgou parcialmente procedente a representação, para determinar providências para as futuras licitações, nas quais deveria passar a constar a quilometragem média e os possíveis destinos a serem percorridos na execução dos serviços de transportes.

Para a demonstração do atendimento à determinação do TCU, na repetição da licitação para as Eleições 2022 referente à contratação dos serviços de transporte para distribuição de urnas eletrônicas para os cartórios da capital, o edital do pregão nº 49/2022 indicou a quilometragem estimada a ser percorrida por item na prestação dos serviços.



INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO E AS PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES FEITAS PELA INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO, RELATANDO OS FATOS APURADOS OU EM APURAÇÃO PELAS COMISSÕES DE INQUÉRITO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES COM O INTUITO DE APURAR DANO AO ERÁRIO, FRAUDES OU CORRUPÇÃO

No ano de 2022, foram realizadas 20 inspeções em cartórios eleitorais do Estado, sendo 10 *in loco* e 10 virtuais, conforme cronograma publicado em:

<https://www.tre-sp.jus.br/servicos-judiciais/sistema-editais-cre>

Essas inspeções contaram com a participação de equipe multidisciplinar, formada por servidores da Corregedoria e de outras unidades do TRE-SP, o que possibilitou, além do acompanhamento, fiscalização e orientação das rotinas cartorárias, a averiguação de questões relacionadas à tecnologia da informação e de gestão de pessoas.

Também foram recebidos e analisados diversos procedimentos de autoinspeção, realizados pelos próprios Juízes Eleitorais:

AUTOINSPEÇÃO
ANUAL:

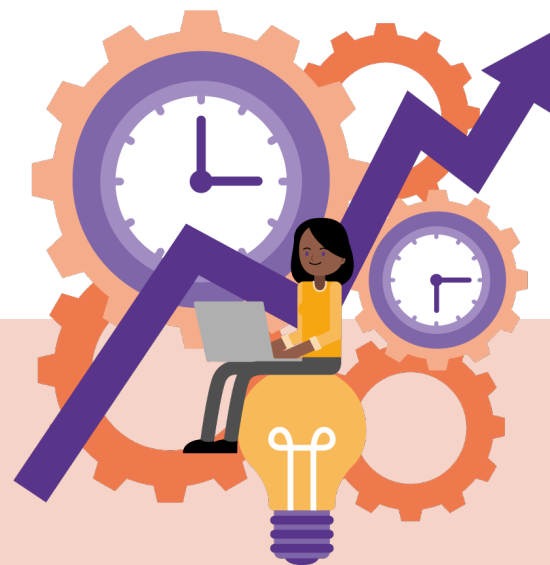
393

AUTOINSPEÇÃO
INICIAL:

47

Em nenhum desses procedimentos foram identificados casos de dano ao erário, fraudes ou corrupção.

Da mesma forma, a sindicância e os dois processos administrativos disciplinares instaurados em 2022 não apuraram nenhum caso de dano ao erário, fraudes ou corrupção.



APRESENTAÇÃO

A Justiça Eleitoral divulga à sociedade, por meio das Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas, informações contábeis detalhadas e acessíveis para a compreensão da situação orçamentária, contábil e financeira do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, que integram o presente relatório referente ao exercício de 2022.

Estas peças contábeis estão disponíveis em sua integralidade no endereço eletrônico:

<https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstracoes-contabeis-2>

Elas contêm, em resumo, as seguintes informações:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, referentes ao exercício de 2022, foram elaboradas observando-se as normas contábeis vigentes no Brasil – Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Manual SIAFI, e são as seguintes:

Balanço Patrimonial (BP)

Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Demonstração que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

Demonstração que apresenta as entradas e as saídas de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Balanço Orçamentário (BO)

Documento que evidencia o orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, especifica a previsão da receita (inicial e atualizada), a dotação da despesa (inicial e atualizada) e suas respectivas realizações.

Balanço Financeiro (BF)

Documento que evidencia os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Notas Explicativas (NE) constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público, e evidenciam informações relevantes não suficientemente divulgadas nas demonstrações contábeis. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus(suas) diversos(as) usuários(as).

Declaração do contador

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e às respectivas Notas Explicativas do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, as quais refletem a conformidade contábil pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual SIAFI e as demais normas aplicáveis.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023.

Abelardo Moreira Cruz
Contador – CRC Nº 182952-O/O





RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

Editoração

Secretaria de Comunicação Social - SECOM

Patrícia Nogueira Nascimento Wowk

Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições - SEPLAN

Gláucia Bertocchi Faria Berg

Thainá Alvarenga de Azevedo

Revisão

Secretaria de Comunicação Social - SECOM

Flávia Andréia dos Santos

Rudá Cortez Palacios

Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições - SEPLAN

Ana Regina Nakamura

Fotografia

Secretaria de Comunicação Social - SECOM

Cayo Pereira Fernandes

Secretaria de Gestão de Serviços - SGS

Paulo Montesso Eberlein

Banco de imagens do TRE-SP



Tribunal Regional Eleitoral
de São Paulo